



PREFEITURA DE  
**CAMARAGIBE**

Secretaria de  
Proteção e Defesa Civil

# PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PLANCON 2026





Instituições e Autoridades Envolvidas Direta e Indiretamente no Plancon (PDC)

Prefeitura da Cidade de Camaragibe  
Prefeito Diego da Rocha Cabral

Secretaria de Proteção e Defesa Civil  
Secretário Luciano Alves Bezerra da Fonsêca

Secretaria de Segurança e Ordem Pública  
Secretário Marcílio Rossini

Secretaria Municipal de Saúde  
Secretária Ana Pérez

Secretaria Municipal de Educação  
Secretário Iran Fernandes Escobar Júnior

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, Direitos Humanos, Juventude e  
Combate a Fome  
Secretária Dra Daiana

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos  
Secretário Fernando Martins

Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, Habitação e Meio Ambiente  
Secretária Amanda Matos

Secretaria de Transportes, Acessibilidade e Mobilidade Urbana  
Secretário Josemir Rufino

Secretaria Municipal de Comunicação  
Secretário Rossini Barreira



**PREFEITURA DE**  
**CAMARAGIBE**

Secretaria de Finanças

Secretário Gilvani Cavalcanti

Secretaria de Gabinete e Relações Institucionais

Secretário Antônio Xavier Borba Neto

Secretaria de Proteção e Defesa Animal

Secretário Jaime Barbosa

Assessoria Especial de Planejamento e Monitoramento da Gestão

Assessor Wagner Maciel

Controladoria Geral do Município

Controlador Gabriel Mateus



## CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES

AÇÃO	DATA
ELABORAÇÃO	
APRESENTAÇÃO	
SIMULADO	
AUDIÊNCIA PÚBLICA	
REVISÃO	
APROVAÇÃO	

**Elaboração:** Etapa interna de agregar informações e descrever procedimento

**Apresentação:** momento de divulgação interna, explicado e tornado acessível aos envolvidos, como equipes, gestores.

**Consulta pública:** pode ser feita disponibilizando-se o documento na página de internet da prefeitura, por exemplo, e incentivando que qualquer parte interessada possa fazer comentários, sugestões e contribuições ao documento dentro de um período pré-determinado. As consultas públicas normalmente são feitas antes das audiências públicas, e as contribuições devem passar por aprovação na plenária desta última.

**Audiência pública:** é uma exigência legal que deve ser atendida a cada nova versão do plano de contingência. É a oportunidade para que qualquer interessado possa conhecer, avaliar, discutir e contribuir para a versão que será publicamente aprovada. Quando o envolvimento da sociedade civil ocorre desde o início do planejamento, as audiências são espaços de diálogo mais tranquilos e organizados.

As audiências de avaliação e prestação de contas estão previstas na Lei 12.608/12, Artigo 22, Parágrafo 6º “O Plano de contingência de Proteção e Defesa Civil será elaborado no prazo de 1 (um) ano, sendo submetido à avaliação e prestação de contas anual, por meio de audiência pública, com ampla divulgação”

**Validação:** consiste na formalização do plano pelas instituições que assumiram responsabilidades em sua execução. Deve ser realizada uma reunião em que haja a leitura do documento final (incluindo qualquer modificação ocorrida em consultas e audiências públicas). Após a leitura, os representantes de cada instituição devem assinar a Folha de Validação, que fará parte do documento final.

**Aprovação e Divulgação do plano de contingência:** O documento final do plano de contingência deve ser de conhecimento público, em alinhamento às diretrizes de transparência. Há, porém, no documento final informações sensíveis, como telefones de autoridades, por exemplo. Neste caso, a versão completa com todos os cadastros deve estar disponível aos órgãos responsáveis pelas ações de acionamento.

Aos demais, deve ser divulgada uma versão sem os cadastros, que pode estar disponível em sites da prefeitura e de outras instituições, além de ser publicado em Diário Oficial.

**Simulado:** exercício prático e/ou teórico envolvendo diferentes órgãos e instituições para testar a capacidade de resposta em situações de desastres, com a criação de cenários de risco, o treinamento de equipes e a conscientização da população sobre procedimentos de segurança, rotas de fuga e abrigos.



## CONTEÚDO

1	APRESENTAÇÃO	8
2	INTRODUÇÃO	10
3	JUSTIFICATIVA	12
4	OBJETIVOS	13
4.1	Geral	13
4.2	Específicos	13
5	METODOLOGIA	13
5.1	Índice de contingência	14
6	ATIVAÇÃO DO PLANCON	20
6.1	Estrutura do Plano de Contingência	20
6.1.1	Ativação do PLANCON	20
6.1.2	Planos Operativos	20
6.1.3	Matriz de Responsabilidade	20
6.1.4	Desmobilização do Plano	20
6.1.5	Conclusão	22
7	CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	22
8	DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO	23
8.1	Categorias de risco	27
8.1.1	Natural Meteorológico - Inundações, Enxurradas e Alagamentos	27
8.1.2	Natural Hidrológico	29
8.1.3	Geológico - Deslizamentos	34
8.1.4	Tecnológicos _ Edificações, Barragens	36
9	CENÁRIOS DE RISCOS NATURAIS, GEOLÓGICOS E TECNOLÓGICOS	41
9.1	Cenários de Riscos Naturais	41
9.2	Cenários de Riscos Meteorológicos	44
9.3	Cenários de Riscos Hidrológicos - Inundações	46
9.4	Cenários de Riscos Hidrológicos - Enxurradas	47
9.5	Cenários de Riscos Hidrológicos - Alagamentos	47
9.6	Riscos Geológicos	48
9.7	Riscos Tecnológicos	59
9.7.1	Colapso de Edificações	59
9.7.2	Rompimento de barragens	60



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

10	POPULAÇÃO ASSISTIDA	62
10.1	Dimensão social	68
10.2	Dimensão ambiental	69
10.3	Dimensão econômica	70
10.4	Dimensão estrutural	70
11	CICLO DE GESTÃO DE RISCO E DESASTRES - GRD	72
11.1	Atribuições gerais	73
11.2	Atribuições específicas	74
12	CRITÉRIOS PARA ATIVAÇÃO DO PLANCON	74
12.1	Desastres naturais	74
12.2	Desastres tecnológicos	75
12.2.1	Colapso em edificações	75
12.2.2	Barragens	75
13	GATILHOS METEOROLÓGICOS / GEOLÓGICOS X PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA PARA O MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE	76
14	FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA GERENCIAMENTO DE RISCO	78
14.1	Sinais de alerta e alarme	78
14.2	Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs)	87
14.3	Sala de Monitoramento	88
14.4	Simulação de desastres	89
15	REFERÊNCIAS	91
16	ANEXOS	94
	Matriz de responsabilidades	
	Equipamentos públicos municipais	
	Formulário de Informações de desastres (FIDE)	
	Relação dos contatos prioritários em situação de emergência	
	Caderno de mapas	
	Equipes integradas coordenadas pela Defesa Civil Municipal	



## FIGURAS

Figura 1	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – Chuvas intensas (COBRADE)	27
Figura 2	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – Inundações	30
Figura 3	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - Enxurradas	32
Figura 4	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – Alagamentos	33
Figura 5	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres: Riscos Geológicos - Movimento de Massa (Deslizamentos)	35
Figura 6	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - Relacionados a Obras Civis	37
Figura 7	Fotos da barragem do besouro	59
Figura 8	Organograma dos órgãos internos e externos	71
Figura 9	Fases da gestão de risco	72
Figura 10	Ciclo de monitoramento do sistema de alerta e alarme	78
Figura 11	Kit mochila	79

## GRÁFICOS

Gráfico 1	Histórico de Precipitação do município	28
Gráfico 2	Precipitação Acumulada média , média anual em Milímetros (mm)	44

## QUADROS

Quadro 1	Parâmetro 01 - P1: Setores/Cenários de Riscos	16
Quadro 2	Parâmetro 02 - P2: Severidade do Impacto	16
Quadro 3	Parâmetro 03 - P2: Probabilidade de Ocorrer	16
Quadro 4	Índice de Contingência	18

## MAPAS

Mapa 1	Região Politico Administrativa de Camaragibe (RPA)	23
Mapa 2	Bacia Hidrográfica	30
Mapa 3	Bacia hidrográfica - rios	34
Mapa 4	Cenários de riscos naturais	41
Mapa 5	Cenários de riscos naturais 2	42
Mapa 6	Áreas alagáveis	46



Mapa 7	Áreas suscetíveis a movimento de massa	49
Mapa 8	Setores de risco R3	51
Mapa 9	Setores de risco R4	52

## TABELAS

Tabela 1	RPA's por Localidades	24
Tabela 2	Divisão operacional por localidades	24
Tabela 3	Regiões administrativas - Características	25
Tabela 4	Áreas suscetíveis a risco geológico	36
Tabela 5	Graduação dos riscos	37
Tabela 6	Matriz de risco e danos - barragens	40
Tabela 7	Graduação dos riscos 2	42
Tabela 8	Setorização por grau de risco	43
Tabela 9	Setores alagáveis	47
Tabela 10	Moradias por riscos	50
Tabela 11	Setores de risco R3 e R4 2019 , 2022	50
Tabela 12	Setores de risco por bairro R3	51
Tabela 13	Setores de risco por bairro R4	52
Tabela 14	Tipos de ocupação por RPA	53
Tabela 15	Ocorrências relacionadas a deslizamentos em 2019 e 2025	54
Tabela 16	Edificações laudadas com risco	58
Tabela 17	Localização dos pluviômetros da cidade	75
Tabela 18	Gatilhos em relação ao tempo de precipitação	76
Tabela 19	Gatilhos meteorológicos	77
Tabela 20	Bairros de Camaragibe por área operacional	85



## 1. APRESENTAÇÃO

Este documento integra as ações da Secretaria de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC) do município de Camaragibe, voltadas para o planejamento e a gestão de riscos de desastres naturais: **meteorológicos, hidrológicos, geológicos e tecnológicos**, incluindo transbordamentos de reservatórios (barragens) e edificações em risco iminente de colapso estrutural, como prédios de alvenaria resistente. As diretrizes contidas neste plano têm o objetivo de orientar a preparação de recursos (humanos, materiais e logísticos) para as medidas a serem adotadas em caso de desastres naturais ou tecnológicos.

O Plano de Contingência (Plancon - PDC) foi desenvolvido como um instrumento prático para garantir respostas rápidas e eficientes em qualquer evento que exija sua operacionalização. É crucial especificar as ações, designar os responsáveis e descrever os procedimentos adotados em cada caso, facilitando assim a consulta e a tomada de decisões ágeis.

As atividades das secretarias municipais (Secretaria de Segurança e Ordem Pública, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, Direitos Humanos, Juventude e Combate a Fome, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, Habitação e Meio Ambiente, Secretaria de Transportes, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, Secretaria Municipal de Comunicação, Secretaria de Finanças, Secretaria de Gabinete e Relações Institucionais, Assessoria Especial de Planejamento e Monitoramento da Gestão, Controladoria Geral do Município) devem ser orientadas pelas diretrizes deste Plano de Contingência, coordenadas pela Secretaria de Proteção e Defesa Civil Municipal, assim como por órgãos internos que colaboram nas ações definidas na matriz de responsabilidades.

As atribuições da Defesa Civil Municipal são regidas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme a **Lei Federal n.º 12.608/2012**. O Art. 3º desta lei estabelece ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação e **Lei Municipal 1.054 de 22 de Setembro de 2025**, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil –SIMPDEC.

Com o objetivo de fortalecer as iniciativas de defesa civil e reduzir os riscos e danos enfrentados pela população em situações de desastre, foi criada a Secretaria de Proteção e Defesa Civil, estabelecida pelo **Decreto Municipal n.º 004, de 22 de fevereiro de 1997**.

Essa Secretaria atua como uma entidade especial e integra o conjunto de Secretarias diretamente subordinadas ao Prefeito.

As orientações contidas neste documento apresentam conceitos básicos sobre eventos naturais, segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), abrangendo riscos meteorológicos (chuvas intensas), hidrológicos (inundações, enxurradas, alagamentos) e geológicos (movimentos de massa, solo/lama, rocha/detrimento).



Além disso, o Plancon - PDC abordará diretrizes de prevenção para os riscos relacionados ao transbordamento de barragens, conforme o **Plano de Ações Emergenciais para Barragens (COMPESA, 2020)**. Serão seguidas as orientações do Relatório de Segurança de Barragens do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), da Agência Pernambucana de Águas e Climas (APAC) e da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).

Para a execução das ações do Plancon - PDC 2025/2026, será priorizada a **Barragem Besouro**, devido ao seu risco e ao dano associado.

No modelo proposto pela Secretaria de Defesa Civil, as ações serão integradas com as demais Secretarias municipais. Os planos de contingência específicos para diferentes situações de risco serão apresentados em subcapítulos, detalhando as orientações e o plano de execução das atividades na matriz de responsabilidades.



## 2. INTRODUÇÃO

As ações da Secretaria de Proteção Defesa Civil Municipal (SEPDEC) estão alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), conforme estabelecido na Lei 12.608/2012. Além disso, suas iniciativas são fundamentadas no Marco de Sendai para Redução de Riscos e Desastres, que visa reduzir a mortalidade causada por desastres, o número de pessoas afetadas, os danos a infraestruturas críticas e a interrupção de serviços básicos (ONU, 2015). Essa legislação orienta as atividades da SEDEF nos planos de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Dentro do escopo de preparação, o Plano de Contingência (Plancon) estabelece protocolos a serem seguidos pelos órgãos competentes durante chuvas intensas e desastres relacionados a enchentes, deslizamentos de terra, transbordamentos de barragens e colapso de edificações.

O conceito de contingência refere-se a possibilidade de ocorrência de eventos adversos ou situações não planejadas que demandam uma resposta imediata, ou seja, incerteza sobre a ocorrência de um evento específico, que pode ou não se concretizar em um determinado período. O Plano de Contingência é um documento elaborado para guiar o planejamento das ações de resposta a eventos adversos, emergências ou calamidades públicas.

O Plancon - PDC abrange os seguintes capítulos:

- 1. Justificativa**
- 2. Objetivos**
- 3. Metodologia**
- 4. Fase Inicial das Ações:** Quando o Plancon (PDC) deve ser ativado?
- 5. Caracterização da População**
- 6. Diagnóstico do Território**
- 7. Categorias de Risco:** Meteorológico, Hidrológico, Geológico e Tecnológico
- 8. Cenários de riscos**
- 9. População Assistida**
- 10. Ciclo da Gestão de Riscos de Desastres (GRD)**
- 11. Critérios para ativação do Plancon**
- 12. Gatilhos Meteorológicos/Geológicos x Precipitação**
- 13. Ferramentas e Equipamentos para Gerenciamento de Risco**
- 14. Referências**
- 15. Anexos**



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

Dessa forma, o Plancon (PDC) se configura como um instrumento abrangente e prático para a gestão de riscos, contribuindo para a segurança e bem-estar da população.



### 3. JUSTIFICATIVA

A criação do Plano de Contingência Municipal (Plancon - PDC) é essencial para o planejamento das ações de prevenção, mitigação, preparação e resposta, em conformidade com a Lei n.º12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Essa lei estabelece diretrizes para o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC). O artigo 2º enfatiza que a responsabilidade de implementar ações para reduzir os riscos de acidentes ou desastres é compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Adicionalmente, o artigo 22, § 2º, inciso II, determina que os municípios devem elaborar um Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituir órgãos municipais de Defesa Civil, seguindo os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do SINPDEC.

O município de Camaragibe apresenta 5,54% de área exposta a riscos de movimento de massa, numa área de 287,10 ha, segundo dados do PMRR 2006.

Em agosto de 2014, o CPRM apresentou uma carta de suscetibilidade do município que aponta para 16% da área do município se encontra em risco R3 ou R4 e 2,63% esta suscetível a inundação

Ao antecipar medidas de prevenção, mitigação e preparação, os gestores municipais garantem uma resposta rápida e eficiente diante da iminência de desastres naturais, reduzindo os danos humanos e os prejuízos materiais sofridos pela população em áreas vulneráveis.

Ao integrar a lista de cidades resilientes, o município reafirma seu compromisso com a proteção das populações mais vulneráveis, considerando suas particularidades e incluindo pessoas de diferentes gêneros, com deficiência e grupos específicos com necessidades diversas.



## 4. OBJETIVOS

### 4.1 GERAL

O Plano de Contingência – PLANCON - DC do município de Camaragibe - PE, estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos responsáveis no atendimento a emergências e desastres naturais e tecnológicos. Este plano visa normatizar, a partir da adesão dos órgãos signatários, os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta. Inclui ações de socorro, ajuda humanitária, abrigo e reabilitação de cenários, com o objetivo de minimizar danos e prejuízos decorrentes de tais eventos.

### 4.2 ESPECÍFICOS

- a) Coordenar as operações das equipes de Defesa Civil, voluntários e demais entidades municipais envolvidas no gerenciamento de emergências durante desastres naturais e tecnológicos, incluindo crises relacionadas a deslizamentos de terra, inundações, alagamentos, enchentes e colapsos de edificações e barragens;
- b) Salvar vidas e mitigar os danos humanos e materiais;
- c) Envolver de forma ativa e participativa agentes e gestores públicos municipais, organizações comunitárias e não governamentais, assim como membros de comunidades em situação de vulnerabilidade;
- d) Promover a resiliência do município de Camaragibe em face de desastres naturais, geológicos ou tecnológicos.

## 5. METODOLOGIA

Para a elaboração deste Plano de Contingência, foram realizadas consultas abrangentes com as Secretarias Municipais de Infraestrutura, Segurança Pública, Assistência Social, Comunicação, Saúde, Educação, Meio Ambiente, bem como com seus respectivos gestores e pontos focais de instituições públicas estaduais e federais parceiras na prevenção de riscos e desastres naturais. Além disso, foram implementadas iniciativas de orientação junto à comunidade e aos responsáveis pelos abrigos locais, com o objetivo de esclarecer a viabilidade de utilização desses espaços em situações de iminência de desastre.



Um dos pilares do Plancon-PDC é a implementação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdec), com atuação prioritária em áreas historicamente mais suscetíveis a desastres, como deslizamentos de encostas, alagamentos e inundações. A identificação dos pontos críticos foi realizada com base nas diretrizes do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) de 2006, aliada a um processo participativo envolvendo moradores e lideranças locais. Essa abordagem garantiu um mapeamento mais preciso e legitimado das zonas de maior vulnerabilidade, fortalecendo a capacidade de resposta e a resiliência das comunidades frente a eventos adversos.

Para abordar desastres tecnológicos, foram realizadas consultas com os órgãos competentes, que contribuíram para a identificação precisa de locais de risco, fundamentais para a elaboração do plano.

A aplicação deste documento será feita de forma multidisciplinar e interdisciplinar pelas diversas Secretarias da cidade acima citadas, que, dentro de suas competências, executarão suas atividades conforme as diretrizes do Plancon.

As atividades de capacitação e treinamento das equipes técnicas e operacionais devem alinhar-se às orientações deste documento, garantindo que todos estejam preparados para a ação efetiva.

Destaca-se a importância da atualização contínua deste material, fundamental para otimizar o desempenho e a eficácia das equipes responsáveis pela implementação do Plancon.

## 5.1 ÍNDICE DE CONTINGÊNCIA

O índice de contingência prevê as prioridades, recursos e medidas iniciais que devem ser tomadas para responder à emergência de forma eficiente e minimizar prejuízos.

Para fins deste Plancon-PDC, foram considerados **três** parâmetros para cada tipo de risco de desastre, sejam eles do tipo natural ou tecnológico: **(P1) Setor/Cenário de Risco; (P2) Probabilidade de Ocorrer; e, (P3) Severidade do Impacto**, para a composição do indicador que apontará qual nível de contingência será considerado para a aplicação de medidas de resposta e atuação de agentes.

Para cada parâmetro, foram considerados os graus de risco alto (R3) e muito alto (R4), bem como seus respectivos pesos, respeitando a complexidade de cada grau e a necessidade de atuação conforme critérios para determinar a gravidade do desastre:



Quadro 1 - Parâmetro 01 - **P1: Setores/Cenários de Riscos**

P1: Setores/Cenários de Risco				
Risco	Peso	Tipos de Riscos		
		Meteorológicos	Hidrológicos	Geológico
Alto	0,5	Setores de Risco + Monitoramento DC	Setores de Risco + Monitoramento DC	Setores de Risco + Monitoramento DC
Muito Alto	1	Setores de Risco + Monitoramento DC	Setores de Risco + Monitoramento DC	Setores de Risco + Monitoramento DC

Fonte: Secretaria de Defesa Civil, Município de Camaragibe, 2025.

Quadro 2 - Parâmetro 02 - **P2: Severidade do Impacto<sup>1</sup>**

P2: Severidade do Impacto				
Risco	Peso	Tipos de Riscos		
		Meteorológicos	Hidrológicos	Geológico
Alto	0,5	0 a 3.400 hab. <sup>2</sup>	0 a 3.400 hab.	0 a 3.400 hab.
Muito Alto	1	acima de 3.401 hab.	acima de 3.401 hab.	acima de 3.401 hab.

Fonte: Secretaria de Defesa Civil, Município de Camaragibe, 2025.

Quadro 3 - Parâmetro 03 - **P3: Probabilidade de Ocorrer**

P3: Probabilidade de Ocorrer				
Risco	Peso	Tipos de Riscos		
		Meteorológicos	Hidrológicos	Geológico
Alto	0,5	Acima de 70mm em 24h	Acima de 70mm em 24h	Acima de 70mm em 24h
Muito Alto	1	Acima de 100mm em 24h	Acima de 100mm em 24h	Acima de 100mm em 24h

Fonte: Secretaria de Defesa Civil, Município de Camaragibe, 2025.

<sup>1</sup> O Banco de Dados de Eventos de Emergência EM-DAT foi criado em 1988 como uma iniciativa conjunta entre o Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres (CRED) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

<sup>2</sup> Valores referentes a 2022 S2ID



Cabe aqui fazer um detalhamento acerca da severidade do impacto associado ao número de pessoas. Não existe um número fixo ou universal de vítimas para definir um acidente como severo. A classificação depende, fundamentalmente, da relação entre o número e a gravidade das vítimas e a capacidade de resposta dos recursos locais disponíveis no momento do acidente, e deve ser levando em conta danos generalizados à infraestrutura, serviços básicos e propriedades, resultando em um grande impacto social e econômico que afeta toda a comunidade ou região. Protocolos, como os usados em São Paulo (Brasil) para planejamento hospitalar, definem níveis de criticidade com base no número de vítimas:

Criticidade 1: Menos de 20 vítimas (acionamento parcial de equipes).

Criticidade 3: Mais de 30 vítimas (acionamento completo e gabinete de crise).

Já para que um evento seja registrado no EM-DAT, ele deve atender a pelo menos um dos seguintes critérios: 10 ou mais pessoas mortas; 100 ou mais pessoas afetadas; declaração de estado de emergência; ou pedido de assistência internacional.

Assim, baseado nesses fatores, os números de referência devem levar em conta a **escala da devastação, o impacto sistêmico e a capacidade de resposta da região afetada**: Grande número de mortos que exige protocolos especiais de Identificação de Vítimas de Desastres (DVI - Disaster Victim Identification) e milhares de desalojados, desabrigados ou feridos que necessitam de assistência humanitária e médica imediata em larga escala.

De acordo com o protocolo PE-F-2603454-13214-20220529 S2ID (29/05/2022), o município registrou 06 (óbitos), 01 (um) desaparecido, 22 (vinte e dois) feridos, 224 (duzentos e vinte e quatro) desabrigados e 3.230 (três mil duzentos e trinta) desalojados, totalizando 3.483 (três mil, quatrocentos e oitenta e três) pessoas atingidas diretamente no evento. Dessa forma, utilizaremos esse parâmetro como valor de severidade de impacto.

Embora existam muitas escalas, expressar claramente o nível de gravidade é difícil por dois motivos principais: primeiro, não existe um padrão globalmente aceito para comunicar o nível de gravidade de um desastre natural (Caldera et al. 2016a) e, segundo, não há uma medida única que possa estimar o escopo total de um desastre (Yew et al. 2019). Consequentemente, não existe um sistema comum para ajudar a medir o impacto de desastres naturais, determinar a alocação adequada de recursos e agilizar os processos de mitigação. Portanto, a capacidade de um governo em gerenciar eventos extremos, incluindo desastres naturais e outros perigos, é difícil quando não há um método consistente ou entendimento mútuo entre os sistemas de gerenciamento de emergências.



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

O índice varia de 0 a 1. Até 0,7, considera-se que município está diante de **Média Contingência**, a partir de 0,71 a 1; **Alta Contingência**. Para cada tipo de contingência, abordar-se-á medidas e níveis de interação dos stakeholders envolvidos, conforme Quadro 04:



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

Natureza	Tipo	Setor de Risco	Setor de Risco ID	Probabilidade de Ocorrer	Probabilidade de Ocorrer ID	Severidade do Impacto	Severidade ID	Índice VALOR	Contingência
Hidrológico	Alagamentos, Inundações, Enxurradas	Muito Alto	1	Muito Alto	1	Muito Alto	1	1	ALTA CONTINGÊNCIA
Hidrológico	Alagamentos, Inundações, Enxurradas	Muito Alto	1	Alto	0,5	Muito Alto	1	0,83	ALTA CONTINGÊNCIA
Hidrológico	Alagamentos, Inundações, Enxurradas	Muito Alto	1	Muito Alto	1	Muito Alto	0,5	0,83	ALTA CONTINGÊNCIA
Hidrológico	Alagamentos, Inundações, Enxurradas	Muito Alto	1	Alto	0,5	Alto	0,5	0,66	MÉDIA CONTINGÊNCIA
Hidrológico	Alagamentos, Inundações, Enxurradas	Alto	0,5	Muito Alto	1	Alto	1	0,83	ALTA CONTINGÊNCIA
Hidrológico	Alagamentos, Inundações, Enxurradas	Alto	0,5	Alto	0,5	Muito Alto	1	0,66	MÉDIA CONTINGÊNCIA
Hidrológico	Alagamentos, Inundações, Enxurradas	Alto	0,5	Muito Alto	1	Alto	0,5	0,66	MÉDIA CONTINGÊNCIA
Hidrológico	Alagamentos, Inundações, Enxurradas	Alto	0,5	Alto	0,5	Alto	0,5	0,5	MÉDIA CONTINGÊNCIA
Geológico	Deslizamentos	Muito Alto	1	Muito Alto	1	Muito Alto	1	1	ALTA CONTINGÊNCIA
Geológico	Deslizamentos	Muito Alto	1	Alto	0,5	Muito Alto	1	0,83	ALTA CONTINGÊNCIA
Geológico	Deslizamentos	Muito Alto	1	Muito Alto	1	Muito Alto	0,5	0,83	ALTA CONTINGÊNCIA



PREFEITURA DE  
**CAMARAGIBE**

Geológico	Deslizamentos	Muito Alto	1	Alto	0,5	Alto	0,5	0,66	MÉDIA CONTINGÊNCIA
Geológico	Deslizamentos	Alto	0,5	Muito Alto	1	Alto	1	0,83	ALTA CONTINGÊNCIA
Geológico	Deslizamentos	Alto	0,5	Alto	0,5	Muito Alto	1	0,66	MÉDIA CONTINGÊNCIA
Geológico	Deslizamentos	Alto	0,5	Muito Alto	1	Alto	0,5	0,66	MÉDIA CONTINGÊNCIA
Geológico	Deslizamentos	Alto	0,5	Alto	0,5	Alto	0,5	0,5	MÉDIA CONTINGÊNCIA

Quadro 4 - Índice de Contingência

Fonte: Secretaria de Defesa Civil, Município de Camaragibe, 2025.



## 6. QUANDO O PLANCON (PDC) DEVE SER ATIVADO?

A mobilização do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (Plancon-PDC) constitui um procedimento essencial para a prevenção, preparação e resposta eficaz a desastres de origem natural ou tecnológica. Esse plano deve ser acionado por autoridades competentes como o Prefeito ou o Secretário de Proteção e Defesa Civil, sempre que houver a iminência ou ocorrência de eventos adversos que representem risco à vida da população, ao meio ambiente ou à infraestrutura urbana. Sua ativação permite a articulação rápida de recursos, equipes e estratégias para mitigar danos e garantir a segurança da comunidade.

### 6.1 ESTRUTURA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

#### 6.1.1 Ativação do Plano:

- a) Responsáveis: Prefeito ou Secretário de Proteção e Defesa Civil;
- b) Mobilização: Envolvimento de órgãos internos e externos seguindo protocolos específicos em diferentes fases: Prevenção, Mitigação, Preparação, Resposta e Recuperação.

#### 6.1.2 Planos Operativo:

- a) Riscos Naturais: Abrangem situações meteorológicas, hidrológicas e geológicas;
- b) Riscos Tecnológicos: Relacionados a barragens e edificações em risco de colapso.

#### 6.1.3 Matriz de Responsabilidade:

Define as ações preventivas e operacionais, detalhando as responsabilidades de cada órgão em situações de risco em anexo.

#### 6.1.4 Desmobilização do Plano:

O Plano de Contingência será desmobilizado de maneira organizada e criteriosa, sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterize um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução positiva das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento, ou pela dimensão do impacto, em especial:

##### 6.1.4.1. Confirmação de Segurança;

- a) Não confirmação de eventos meteorológicos ou geológicos que justifiquem a continuidade do plano;



b) A evolução dos níveis de precipitação não indica risco, segundo monitoramento meteorológico;

c) Níveis de Segurança;

d) Envio de “CESSAR” pelos órgãos de monitoramento.

6.1.4.2. Redução das cotas dos níveis dos rios para condições seguras.

a) Verificação de que os reservatórios atingiram a cota de segurança, conforme o Plano de Ação Emergencial (PAE);

b) Envio de “CESSAR” pelos órgãos de monitoramento.

6.1.4.3. Retorno à Normalidade:

Após a normalização das condições e/ou o retorno seguro das pessoas às suas residências.

6.1.4.4. Transição para Recuperação:

A SEPDEC Camaragibe deve coordenar a transição para a recuperação, garantindo que os serviços essenciais permaneçam acessíveis à população. Atentando, dentre outras, para as seguintes medidas:

Além dos itens elencados acima, deverão ser observados, para fins de desmobilização o seguinte:

- de
- A Secretaria de Proteção e Defesa Civil coordenará a desmobilização e a desativação do posto de Comando;
  - Dispensar recursos empregados;
  - Relatar os casos de vítimas fatais causados por desastres;
  - Desmobilizar e reagrupar recursos empregados nas operações na Sede da Secretaria;
  - Realizar avaliação de danos nos equipamentos (particulares) utilizados e informar ao Centro de Gerenciamento;
  - Retirar o isolamento das áreas sinistradas;
  - Realizar limpeza nas escolas que serviram de Abrigo Público;
  - Solicitar ao Centro de Gerenciamento que após a visita da Vigilância Sanitária, sejam liberadas as escolas para retorno as aulas.
  - Providenciar o retorno do funcionamento das repartições.
  - Solicitar ao Centro de Comando, autorização para liberar as famílias que poderão retornar a suas casas;
  - Realizar inspeção nas áreas de risco.



#### 6.1.4.5. Autoridade para desmobilização:

O PLANCON poderá ser desmobilizado pelas seguintes autoridades:

- Prefeito;
- Secretário de Proteção e Defesa Civil Municipal

#### 6.1.5 Conclusão

A efetividade do Plancon-PDC depende da definição clara de responsabilidades e da atuação integrada entre os diversos órgãos envolvidos. As etapas de mobilização e desmobilização devem ser conduzidas com planejamento e precisão, garantindo a segurança e o bem-estar da comunidade.

### 7. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Segundo dados do Censo do IBGE (2022), o município de Camaragibe possui uma população de 147.771 habitantes, sendo o sexto mais populoso da RMR e o oitavo do Estado de Pernambuco. Com uma densidade demográfica de 2.879,35 habitantes por km<sup>2</sup>, o território municipal abrange 51.321 km<sup>2</sup> (2023), dos quais 26,32 km<sup>2</sup> (2019) correspondem a área urbanizada. Aproximadamente 80% desse território está situado em áreas de morros e tabuleiros. 80% da população está localizada na parte baixa do município e o restante na parte alta, abrangendo sinteticamente os bairros de Tabatinga e Aldeia. Por outro lado, uma pesquisa mais recente, mostra que 86% do território é constituído por áreas de relevo movimentado, assim, 31,37 % da população do município (34.992 pessoas) mora em área considerada de risco geológicos pelo PMRR 2006. Mesmo entre os 14% restantes, representando as áreas de planícies, uma parte pode ser incluída como áreas de morros, devido ao padrão de vales fortemente encaixados no relevo<sup>3</sup>.

O Plano Municipal de Redução de Riscos PMRR-2006 de Camaragibe, mapeou os setores de risco em áreas de encosta, distribuídos por bairros nas áreas administrativas do município, totalizando 164 setores de riscos em 28 localidades. Contudo, para fins de PLANCON, serão fiscalizados com maior intensidade as áreas R3 e R4.

As principais áreas vulneráveis a eventos hidrológicos e meteorológicos estão localizadas nas áreas I, II e III. Quanto aos riscos geológicos, relacionados a deslizamentos e movimentos de massa, estes são encontrados nas áreas I,II,III e IV.

---

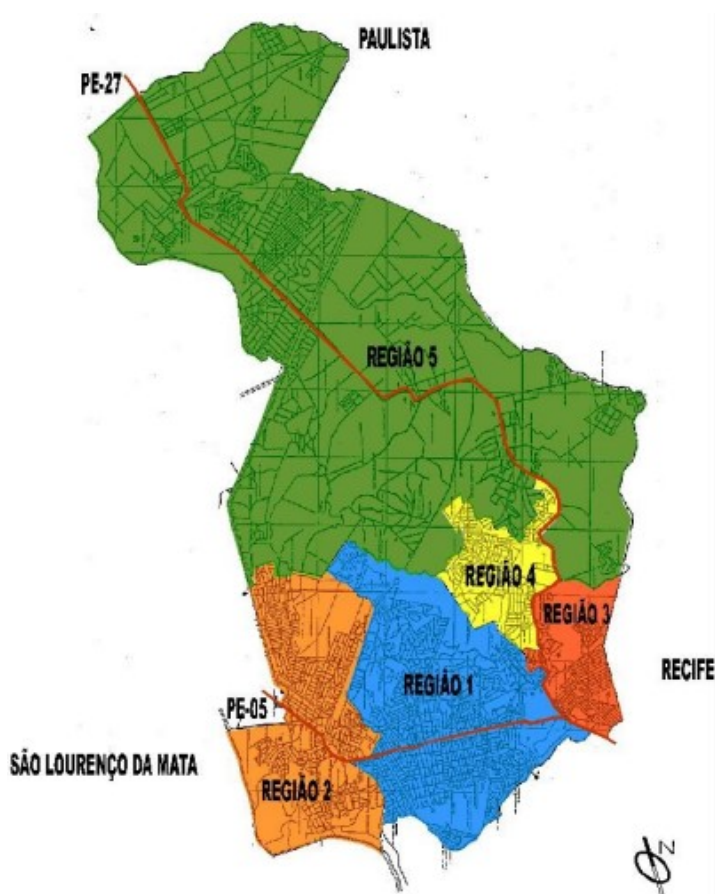
<sup>3</sup>Mantovani, Bárbara. Mapeamento de risco a movimentos de massa e inundação em áreas urbanas do município de Camaragibe / Bárbara Mantovani. -2016. 288 folhas, il.pág.130



## 8. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

A divisão político-administrativa do município de Camaragibe é organizada em 05 (cinco) áreas, todavia para fins operacionais de Defesa Civil, o território é dividido em 04 (quatro) áreas. Segundo o Banco de Dados do Estado (BDE), a região com maior população é a Área 2, que possui 14 bairros e 84.246 hab.

Mapa 1 - RPAs de Camaragibe





**PREFEITURA DE**  
**CAMARAGIBE**

Tabela 1 - RPAs / Localidades

<b>RPA</b>	<b>LOCALIDADES</b>
1	Aldeia de Baixo, Alto da Boa Vista, Alto Santo Antônio, Areeiro, Bairro dos Estados, Bairro Novo Carmelo, Celeiro, Céu Azul, Santa Tereza, São Paulo, Timbi, Viana, Vila da Fábrica
2	Alberto Maia, Estação Nova, João Paulo II, Santana, São João e São Paulo, Santa Mônica
3	Nazaré, Jardim Primavera, São Pedro, Vale das Pedreiras, Vila da Inabi
4	Tabatinga
5	Aldeia dos Camarás, Borrvalho, Oitenta, Vera Cruz

Tabela 2 - Divisão Operacional / Localidades

<b>DIVISÃO OPERACIONAL ADOTA PELA DEF CIVIL</b>	<b>LOCALIDADES</b>
ÁREA 1	Bairro dos Estados
ÁREA 2	Alberto Maia, Alto Santo Antônio, Areeiro, Bairro Novo, Celeiro, Céu Azul, Estação nova, Loteamento João Paulo II, Loteamento São João e São Paulo, Santa Tereza, Santa Mônica, Santana, Timbi
ÁREA 3	Aldeia de Baixo, Alto da Boa Vista, Vila da Inabi, Jardim Primavera, Loteamento São Pedro, Loteamento São Paulo, Nazaré, Vale das Pedreiras, Vila da Fábrica
ÁREA 4	Aldeia dos Camarás, Tabatinga, Borrvalho, Oitenta. Vera Cruz



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

Tabela 3 - Regiões Administrativas do Município de Camaragibe / Características

Regiões Político-Administrativa	Bairros	População	Área Ocupada	Densidade Demográfica	Características Gerais
ÁREA 1	Aldeia de Baixo, Alto da Boa Vista, Alto Santo Antônio, Arceiro, Bairro dos Estados, Bairro Novo Carmelo, Celeiro, Céu Azul, Santa Tereza, São Paulo, Timbi, Viana, Vila da Fábrica	60.444 hab.	9,30 km <sup>2</sup>	6.499 hab./km <sup>2</sup>	Região com loteamentos de baixa renda e ocupação espontânea, Região com forte vocação comercial. Possui reservas ecológicas de Mata Atlântica e uma significativa área de um centro urbano e histórico.
ÁREA 2	Alberto Maia, Estação Nova, João Paulo II, Santana, São João e São Paulo, Santa Mônica	26.000 hab.	7,80 km <sup>2</sup>	3.333 hab./km <sup>2</sup>	Região com loteamentos de baixa renda, ocupação por espontânea e invasões. Região com grande densidade de barreira, Região com grande vegetação e com unidades ribeirinhas.
ÁREA 3	Nazaré, Jardim Primavera, São Pedro, Vale das Pedreiras, Vila da Inabi	18.355 hab.	2,40 km <sup>2</sup>	7.648 hab./km <sup>2</sup>	Região com Conjuntos habitacionais e invasões Área com ocupação habitacional densa e uma fábrica tombada.
ÁREA 4	Tabatinga	14.376 hab.	2,10 km <sup>2</sup>	6.846 hab./km <sup>2</sup>	Região com loteamentos de baixa renda e ocupações desordenadas nas cabeceiras de drenagem. Região com grande área de vegetação de reservas.
ÁREA 5	Aldeia dos Camarás, Borralho, Oitenta, Vera Cruz	15.681 hab.	31,30 km <sup>2</sup>	501 hab./km <sup>2</sup>	Região com loteamentos de baixa renda e ocupações desordenadas nas cabeceiras de drenagem, também encontramos assentamentos de média e alta renda, constituídos por granjas e clubes de campo, com algumas invasões próximos aos córrego

Fonte: PMRR 2006

O município de Camaragibe apresenta condições geológicas e geomorfológicas que favorecem a ocorrência de desastres naturais, especialmente em função da presença de áreas de morros íngremes e planícies fluviais sujeitas a inundações. Essas feições do relevo, aliadas a processos de urbanização desordenada e ocupações irregulares, aumentam significativamente os riscos socioambientais. A expansão urbana de Camaragibe tem ocorrido, em grande parte, de forma espontânea, com forte presença de loteamentos populares implantados sem o devido suporte de infraestrutura urbana, como drenagem, saneamento e contenção de encostas. Essa lógica de ocupação, incentivada por uma política habitacional



permissiva e fragmentada, tem servido de modelo para a proliferação de novos assentamentos informais em áreas ambientalmente sensíveis, agravando a exposição da população a eventos extremos, como deslizamentos de terra e alagamentos.

O ambiente físico natural é marcado por planícies fluviais do rio Capibaribe e áreas de morros e colinas, caracterizadas por formas topográficas bem definidas (CPRM, 1997).

O Município apresenta uma pequena parte de seu território formado por áreas de baixada (6,55%), restritas à parte sul e sudeste do município. A rede de drenagem do município é formada, principalmente, pelos rios Besouro e Camaragibe (mesma linha fluvial) e seus afluentes e, secundariamente, pelo riacho Timbí, sendo todos afluentes do rio Capibaribe. A parte nordeste da área pertence à Bacia do Beberibe, drenada pelos rios Araçá e Pacas e pelo riacho dos Macacos, principal afluente do rio Morno, na mesma bacia. No extremo norte corre o riacho da Mina, que é a principal cabeceira do rio Paratibe<sup>4</sup>.



## 8.1 CATEGORIAS DE RISCO

É fundamental planejar as ações a serem realizadas para facilitar a tomada de decisões e os processos de monitoramento, seguindo o Ciclo de Gestão de Risco de Desastre, que abrange prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução. Os desastres são categorizados na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE, 2012), que inclui riscos naturais, como meteorológicos, hidrológicos e geológicos, e riscos tecnológicos, como o colapso de edificações e o rompimento de barragens.

Os riscos tecnológicos são regulamentados pelos parâmetros estabelecidos pelo órgão de Proteção e Defesa Civil, em conformidade com a Lei n.º 12.334/2010 para riscos de colapso em barragens e pelas diretrizes do ITEP (2010) e da SEDC.

As ações executadas constituem um processo contínuo, integrado e interdependente, envolvendo a Secretaria de Defesa Civil e as demais Secretarias municipais que desempenham papéis diretos e indiretos nas intervenções em proteção e defesa civil.

### 8.1.1. NATURAL METEOROLÓGICO - CHUVAS INTENSAS

Segundo o COBRADE (Figura 01) dentre os desastres classificados na categoria de desastres naturais meteorológicos, temos: Chuvas intensas - 1.3.2.1.4.

Figura 1 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - Chuvas Intensas (COBRADE)

<b>CATEGORIA</b>	1. NATURAIS
<b>GRUPO</b>	3. Meteorológico
<b>SUBGRUPO</b>	2. Tempestades
<b>TIPO</b>	1. Tempestade local / conectiva
<b>SUBTIPO</b>	4. Chuvas intensas
<b>DEFINIÇÃO</b>	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).
<b>COBRADE</b>	1.3.2.1.4
<b>SÍMBOLO</b>	

Fonte: COBRADE (2012)



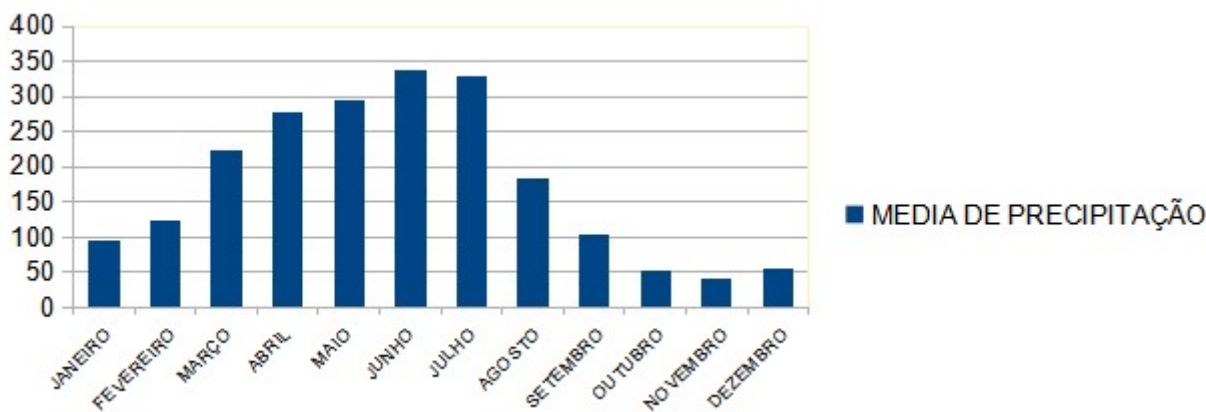
# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

As chuvas intensas ocorrem quando há um acúmulo significativo de precipitação pluviométrica, resultando em eventos como alagamentos, inundações, enxurradas e movimentos de massa. No município de Camaragibe, esses eventos são mais frequentes entre os meses de maio e agosto, sendo maio e julho os períodos com os maiores acumulados de precipitação, conforme a série histórica da Agência Pernambucana de Águas e Climas (Gráfico 01).

A climatologia do município indica uma concentração do período chuvoso nos meses de outono e inverno. O período mais seco se estende de outubro a fevereiro, de acordo com a série histórica dos últimos cinco anos.

Gráfico 1 - Histórico de Precipitação do Município dos últimos 30 anos

ACESSO À INFORMAÇÃO	Calçados	37	44	79	95	89	103	104	54	31	19	13	22	691
	Calumbi	101	131	178	148	91	66	58	20	16	17	27	64	918
	<b>Camaragibe</b>	<b>95</b>	<b>123</b>	<b>223</b>	<b>279</b>	<b>295</b>	<b>339</b>	<b>329</b>	<b>185</b>	<b>103</b>	<b>52</b>	<b>40</b>	<b>55</b>	<b>2117</b>
	Camocim de São Félix	39	59	89	105	93	97	110	54	31	16	15	29	737
	Camutanga	59	78	124	149	167	186	154	86	46	23	24	35	1130
	Canhotinho	35	40	85	106	124	143	147	78	43	20	13	24	857
	Caneiras	48	63	94	103	86	93	90	49	30	23	18	28	723



Fonte: APAC 2025

No contexto de climatologia, o município de Camaragibe situa-se na parte norte da Região Metropolitana do Recife, Estado de Pernambuco, limitado pelas coordenadas geográficas (UTM) 9.111.000 e 9.122.800 mN e 275.600 e 282.900 mE, latitude 08°01'18" sul e a uma longitude 34°58'52" oeste, estando a uma altitude de 55 metros, cujo clima no município enquadra-se no tipo As', pela classificação de Köppen, caracterizado como tropical chuvoso, com verão seco e estação chuvosa, que se adianta para o outono, antes do inverno. Os meses mais chuvosos (acima de 100mm) vão de março a agosto.



## 8.1.2 NATURAL HIDROLÓGICO

### 8.1.2.1 DESASTRES POR INUNDAÇÕES

Os eventos relacionados à categoria dos riscos hidrológicos estão relacionados a inundações (1.2.1.0.0), Enxurradas (1.2.2.0.0) e alagamentos (1.2.3.0.0).

Para os fins deste PLANCON foram consideradas as seguintes terminologias:

Enchente – situação de nível alto das calhas fluviais por ocasião das chuvas

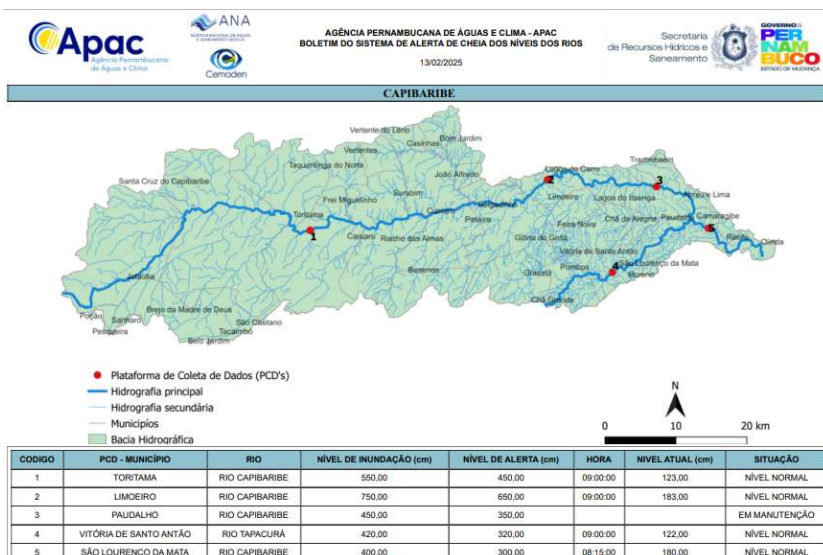
Inundação – extravasamento das calhas para a planície aluvial emersa, submergindo áreas que normalmente são cobertas por água.

Alagamento – acumulação de águas nos espaços urbanos durante eventos pluviais intensos, por dificuldades de vazão (podendo atingir vias públicas e edificações)

De acordo com o COBRADE (2012), os desastres do subgrupo de inundações, podem ser definidos como a submersão de áreas que normalmente não são cobertas por água, ocorrendo fora dos limites habituais de um determinado corpo d'água. O transbordamento geralmente se dá de forma gradual, frequentemente resultante de chuvas prolongadas em áreas de planície. Trata-se de um evento de origem natural hidrometeorológica, causado por chuvas intensas e rápidas ou por precipitações prolongadas. As chuvas intensas são, portanto, o principal fator que contribui para o surgimento das inundações.

O município de Camaragibe, pelas suas características fisiográficas, apresenta uma pequena parte de seu território formado por áreas de baixada (6,55%). Essa fisionomia de relevo fica restrita à parte sul e sudeste, nas áreas de influência do rio Camaragibe, afluente do rio Capibaribe.

Mapa 2 - Bacias Hidrográficas





# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

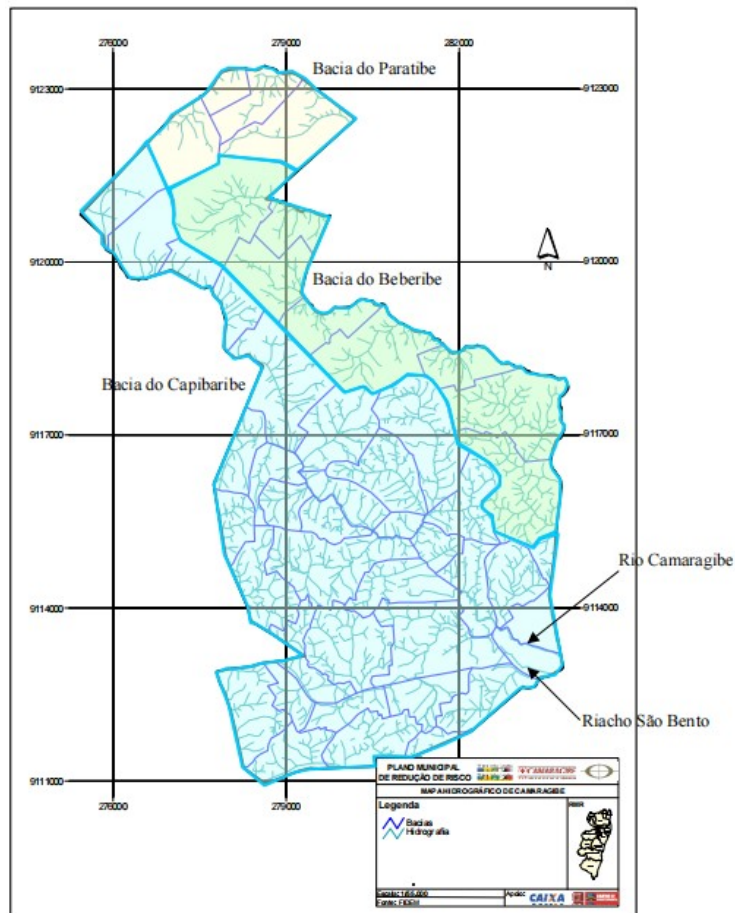


Figura 2 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - Inundações (COBRADE)

<b>CATEGORIA</b>	1. NATURAIS
<b>GRUPO</b>	2. Hidrológico
<b>SUBGRUPO</b>	1. Inundações
<b>TIPO</b>	0
<b>SUBTIPO</b>	0
<b>DEFINIÇÃO</b>	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.
<b>COBRADE</b>	1.2.1.0.0
<b>SÍMBOLO</b>	

Fonte: COBRADE (2012)



No município de Camaragibe, as ocorrências de inundações estão concentradas nas Áreas 1, 2 e 3.

Os assentamentos que mais sofrem esse tipo de processo são: a invasão Viana, na margem do córrego do Desastre, afluente pela margem esquerda do rio Capibaribe e as invasões INAB e Nazaré e no Sítio Areinha, no riacho São Bento, afluente pela margem direita do rio Camaragibe. A faixa marginal do Loteamento Primavera, próxima ao último córrego que chega à margem esquerda do rio Camaragibe também alaga, durante as cheias do referido córrego.

As ocorrências de inundações na Área 2 está diretamente relacionadas ao transbordamento do Rio Capibaribe no bairro de Viana, as margens do Córrego do Desastre.

Na Área 03, os bairros de Vila da Inabi, Nazaré e Loteamento Primavera são afetados pela margem direita e esquerda do rio Camaragibe, pelo riacho São Bento.

Por fim, na Área 1, o bairro de Areinha sofre influencia do riacho São Bento, afluente pela margem direita do rio Camaragibe.

#### 8.1.2.2. DESASTRES POR ENXURRADAS

De acordo com o COBRADE (2012) (Figura 03), o subgrupo Enxurradas refere-se a escoamentos superficiais de alta velocidade e energia, causados por chuvas intensas e concentradas, geralmente em pequenas bacias com relevo acidentado. Esse fenômeno é caracterizado pela elevação súbita das vazões em um determinado sistema de drenagem e pelo transbordamento brusco da calha fluvial, resultando em um grande potencial destrutivo.

As enxurradas são eventos de origem natural e hidrológica que variam em intensidade de acordo com a precipitação pluviométrica, a topografia do terreno, as condições do solo e o uso da cobertura da terra. Quando ocorrem com grande intensidade em áreas urbanas, podem causar sérios transtornos, resultando em danos materiais e humanos em larga escala.



Figura 3 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - Enxurradas (COBRADE)

<b>CATEGORIA</b>	1. NATURAIS
<b>GRUPO</b>	2. Hidrológico
<b>SUBGRUPO</b>	2. Enxurradas
<b>TIPO</b>	0
<b>SUBTIPO</b>	0
<b>DEFINIÇÃO</b>	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.
<b>COBRADE</b>	1.2.2.0.0
<b>SÍMBOLO</b>	

Fonte: COBRADE (2012).

### 8.1.2.3. NATURAL HIDROLÓGICO - DESASTRES POR ALAGAMENTOS

Os eventos associados ao subgrupo de alagamentos têm origem natural e são classificados como hidrológicos. De acordo com a Classificação Brasileira de Desastres, esses eventos ocorrem quando há uma extrapolação da capacidade de escoamento do sistema de drenagem urbana, resultando no acúmulo de água em ruas, calçadas e outras infraestruturas urbanas devido a precipitações intensas (Figura 4).



Figura 4 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – Alagamentos

CATEGORIA	1. NATURAIS
GRUPO	2. Hidrológico
SUBGRUPO	3. Alagamentos
TIPO	0
SUBTIPO	0
DEFINIÇÃO	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.
COBRADE	1.2.3.0.0
SÍMBOLO	

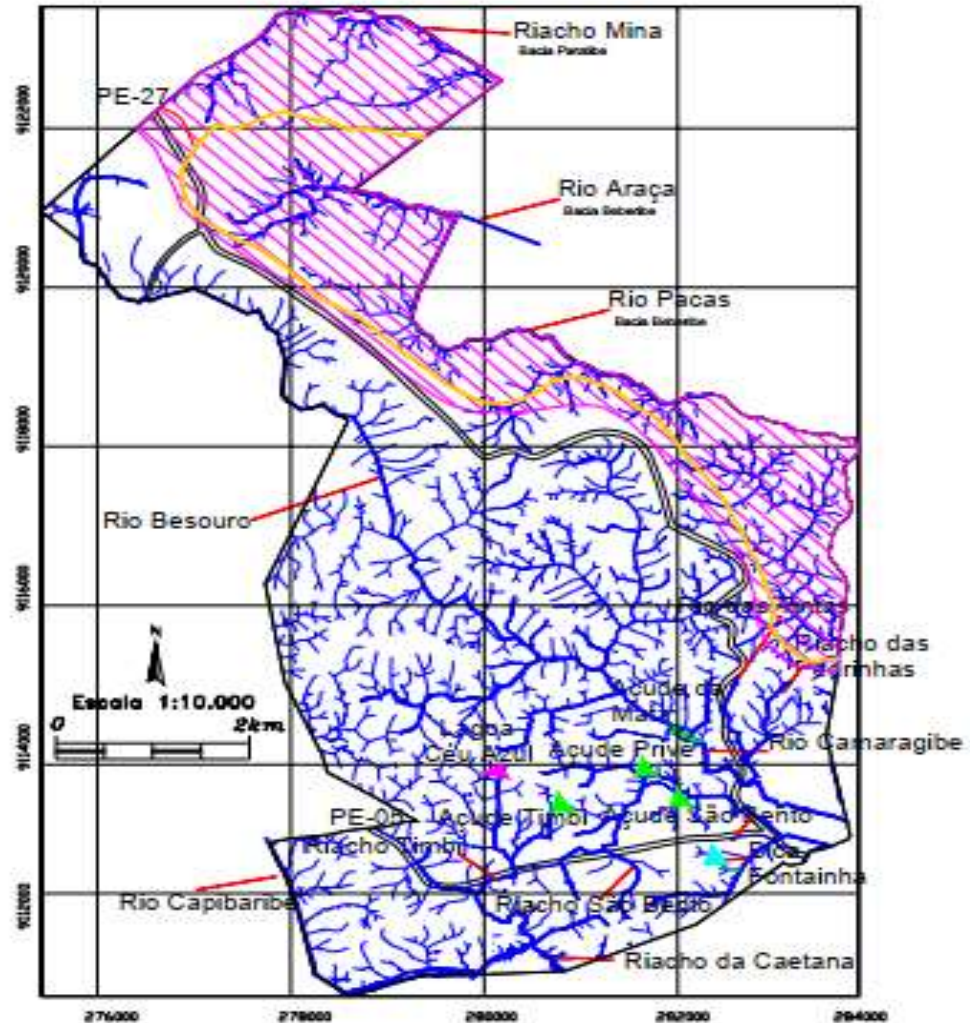
Fonte: COBRADE (2012).

Os alagamentos geralmente ocorrem em áreas com elevado grau de impermeabilização, onde a rede de drenagem pluvial é incapaz de escoar volumes de água superiores à sua capacidade de projeto. Embora os prejuízos materiais decorrentes desses eventos sejam, em geral, limitados e o nível de elevação das águas não atinja grandes alturas, os transtornos à população podem ser significativos — sobretudo em relação à mobilidade urbana, com destaque para o comprometimento do tráfego de veículos e a ocorrência de congestionamentos severos.

O Rio Capibaribe e Rio Camaragibe, são os principais rios do município, também temos os rios secundários para o município que são o Rio Pacas e Rio Araçá, os riachos Timbi, Besouro, do Meio e das Pedrinhas compõem a rede principal de drenagem do município de Camaragibe. Vários córregos também são encontrados na cidade que dão nomes a algumas localidades, como o Córrego da Andorinha, Córrego do Desastre e o Córrego do Jacaré.



Mapa 3 - Bacias hidrográficas - rios




### 8.1.3 GEOLÓGICO - DESLIZAMENTOS

Os eventos associados aos riscos geológicos, conforme definido pelo COBRADE (2012) (Figura 05), são classificados como movimentos rápidos de solo ou rocha, caracterizados por uma superfície de ruptura bem definida e uma duração relativamente curta. Essas massas de terreno apresentam volumes geralmente bem determinados, com seu centro de gravidade deslocando-se para baixo e para fora do talude. As fissuras são os primeiros sinais indicativos de movimento de massa.



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

Figura 5 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres: Riscos Geológicos - Movimento de Massa (Deslizamentos)

<b>CATEGORIA</b>	1. NATURAIS
<b>GRUPO</b>	1. Geológico
<b>SUBGRUPO</b>	3. Movimento de massa
<b>TIPO</b>	2. Deslizamentos
<b>SUBTIPO</b>	1. Deslizamentos de solo e/ou rocha
<b>DEFINIÇÃO</b>	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.
<b>COBRADE</b>	1.1.3.2.1
<b>SÍMBOLO</b>	

Fonte: COBRADE (2012).

Conforme a metodologia proposta no manual de mapeamento de perigo e risco para movimentos gravitacionais de massa (CPRM, 2018), a classificação de risco baseia-se na interação entre três componentes: os processos geológicos relacionados aos movimentos gravitacionais, o perigo e o risco. A premissa fundamental dessa metodologia é que não existe risco sem a presença de um perigo. Sendo assim, a identificação dos movimentos gravitacionais de massa, que representam um perigo potencial, é essencial para fundamentar a realização de estudos de prevenção.

Para atingir esse objetivo, são utilizados critérios topográficos e características de instabilidade para determinar os tipos de movimentos que podem ocorrer em áreas específicas. Os movimentos de massa podem resultar em rupturas complexas, envolvendo mais de um tipo de evento, como deslizamentos e quedas.



As áreas do município mais suscetíveis a riscos geológicos estão localizadas nas áreas 1, 2, 3 e 4.

Tabela 4 - Áreas suscetíveis a risco geológico

<b>BAIRRO</b>	<b>RISCO</b>	<b>ÁREA</b>
Bairro dos Estados	R4	1
Alto Santo Antônio	R4	2
Bairros Novo Carmelo	R4	2
João Paulo II	R4	2
Santa Mônica	R4	2
Timbi	R4	2
Viana	R4	2
Alto Boa Vista	R4	3
Jardim Primavera	R4	3
Loteamento São Paulo	R4	3
Loteamento São Pedro	R4	3
Vale das Pedreiras	R4	3
Vila da Fábrica	R4	3
Tabatinga	R4	4
Vera Cruz	R4	4



Fonte: PMRR 2006, CPRM 2019, 2022.

#### 8.1.4. TECNOLÓGICO - EDIFICAÇÕES, BARRAGENS

Os eventos relacionados aos riscos tecnológicos são classificados, segundo o COBRADE (2012), como desastres associados a obras civis, incluindo o colapso de edificações (2.4.1.0.0) e o rompimento ou colapso de barragens (2.4.2.0.0) (Figura 06). O plano de contingência (Plancon - PDC) para o colapso de edificações baseia-se na análise de avaliações e mapeamentos de riscos potenciais, bem como nos cenários de risco considerados prováveis e relevantes, que são caracterizados como hipóteses de desastres.



Figura 6 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - Relacionados a Obras Civis

CATEGORIA	2. TECNOLÓGICOS
GRUPO	4. Desastres relacionados a obras civil
SUBGRUPO	1. Colapso de edificações
	2. Rompimento / colapso de barragens
TIPO	0
SUBTIPO	0
DEFINIÇÃO	1. Queda de estrutura civil
	2. Rompimento ou colapso de barragens
COBRADE	2.4.1.0.0
	2.4.2.0.0
SÍMBOLO	1. 
	2. 

Fonte: COBRADE (2012).

#### 8.1.4.1. EDIFICAÇÕES

Este plano também leva em consideração pressupostos fundamentais para o planejamento e a tomada de decisões, considerando algumas patologias encontradas em prédios caixão: falhas ou insuficiência de projeto, baixa qualidade dos materiais e por fim, causas ambientais<sup>5</sup>.

Por outro lado o ITEP aponta alguns parâmetros que podem nortear ações da Defesa Civil categorizando os riscos em quatro níveis, conforme detalhado no Quadro 06.

5 Principais Patologias em Prédios-caixão na RMR, Rafael Campos de Alencar Araújo. – Recife: O Autor, 2015.



Tabela 5 - Graduação dos Riscos, Características e Probabilidades

GRAU DE RISCO	INDICAÇÃO DO RISCO
0 a 1	Risco baixo
2 a 3	Risco alto
3 a 4	Risco muito alto

Fonte: Instituto de Tecnologia de Pernambuco - ITEP, 2010

Além disso, a avaliação considera a Norma Brasileira de Inspeção Predial, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE) em 2012, na qual o risco é classificado em três categorias: Crítico, Médio e Mínimo.

#### **Classificação de Risco:**

- **CRÍTICO:** Risco de danos à saúde e segurança das pessoas e do meio ambiente; perda acentuada de desempenho e funcionalidade; potenciais paralisações; custos de manutenção elevados; e comprometimento significativo da vida útil.
- **MÉDIO:** Risco de perda parcial de desempenho e funcionalidade, sem prejuízo à operação direta dos sistemas, mas com deterioração precoce.
- **MÍNIMO:** Risco de pequenos prejuízos à estética ou à atividade programada, sem a probabilidade de ocorrência de riscos críticos ou regulares, além de baixo ou nenhum comprometimento do valor imobiliário.

Durante as avaliações realizadas pela Defesa Civil, são solicitadas vistorias periciais dos prédios atendidos, em conformidade com a Lei Estadual n.º 13.032, de 14 de junho de 2006 (e suas alterações), bem como com o Decreto Estadual n.º 33.747, de 06 de agosto de 2009. Este último estabelece a periodicidade das vistorias e a execução de manutenções preventivas e corretivas quando recomendadas pela inspeção.

A seguir, destacamos alguns dos principais artigos que tratam dos direitos e deveres dos proprietários, possuidores e responsáveis, conforme a Lei Estadual n.º 13.341, de 27 de novembro de 2007, e alterações da Lei Estadual n.º 17.882, de 13 de julho de 2022:

Art. 2º É direito dos proprietários e dos possuidores das unidades autônomas de imóvel edificado verificar periodicamente as condições físicas do conjunto da edificação, no que tange principalmente o estado de conservação de sua estrutura, e todos os demais acessórios, tais como: instalações diversas, sistemas mecânicos, de potência e componentes de fachadas do prédio, e exigir dos responsáveis pela administração do



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

respectivo condomínio o implemento da vistoria técnica-pericial de que trata esta Lei, com vistas a atestar a sua solidez, segurança e adequada funcionalidade.

A vistoria técnica de que trata esta Lei, para análise pericial de todos os aspectos relacionados à solidez e segurança da edificação, deverá dar ênfase aos seguintes itens:

- I- fundações, pilares, lajes e fachadas;
- II - instalações elétricas e hidráulicas de uso comum da edificação;
- III - estado de conservação do sistema de combate a incêndio;
- IV - estado de conservação dos reservatórios de água e casa de máquinas;
- V - estado de conservação do sistema de esgotamento sanitário;
- VI - estado de conservação dos sistemas mecânicos e de potência (elevadores, escadas rolantes, grupos geradores, subestações, climatizadores etc.) quanto à segurança e funcionalidade.

Art. 3º As vistorias de que trata esta Lei serão realizadas, por iniciativa do condomínio de unidades autônomas, através de pessoas físicas ou jurídicas, habilitadas na forma da lei, devidamente registradas no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco (CREA-PE), com base nas normas emanadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para operação, uso e manutenção das edificações, nos seguintes prazos:

- I - 4 (quatro) anos para edificações residenciais, condominiais, educacionais, de entretenimento, comerciais, culturais, de saúde, estádios de futebol e complexos poliesportivos, com até 20 (vinte) anos de construção;
- II - 3 (três) anos para edificações residenciais com mais de 20 anos de construção;
- III - 3 (três) anos para edificações públicas e comerciais.

Art. 5º O profissional ou a empresa responsável pela realização da vistoria elaborará, ao término dos trabalhos, laudo pericial circunstanciado sobre o estado de conservação da edificação, que será registrado no CREA-PE, através de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, na forma da Lei nº 6.496/77 e das resoluções do CONFEA. No ato do registro, uma cópia do laudo pericial deverá ser fornecida ao CREA-PE.

Parágrafo único. O CREA-PE deverá encaminhar a cópia do laudo ao órgão municipal regulador das edificações, que se encarregará de proceder às fiscalizações delas decorrentes e aplicar as penalidades cabíveis, se for o caso.

Assim, é responsabilidade dos condomínios contratar uma empresa ou profissional legalmente habilitado para a realização da vistoria pericial e elaboração do laudo técnico, conforme previsto no Decreto Estadual n.º 33.747, de 06 de agosto de 2009. É essencial realizar as manutenções preventivas e corretivas recomendadas, garantindo a estabilidade do edifício por meio de inspeções aprofundadas e ensaios laboratoriais.



Ressalta-se que as vistorias realizadas pelos Agentes de Proteção e Defesa Civil seguem critérios estabelecidos por órgãos técnicos reconhecidos. No entanto, tratam-se de avaliações exclusivamente visuais, sem a utilização de ferramentas ou recursos de engenharia diagnóstica. Dessa forma, não é possível atestar de forma categórica as condições de segurança e estabilidade física/estrutural das edificações. Cabe, portanto, aos administradores dos condomínios o cumprimento da legislação vigente, de modo a subsidiar tecnicamente as inspeções visuais conduzidas por este órgão.

#### 8.1.4.2. BARRAGENS

As ações relacionadas ao PLANCON - PDC para transbordamento de reservatórios (barragens) são fundamentadas no Plano de Ações Emergenciais (PAE) da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), órgão responsável pela segurança das barragens e de suas estruturas.

A Lei n.º 12.334/2010 estabelece que as barragens devem ser classificadas pelos agentes fiscalizadores com base em categorias de risco, dano potencial associado e volume, utilizando critérios gerais definidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Os riscos são classificados de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Águas (Quadro 07).

Tabela 6 - Relação da Matriz de Risco e Dano Potencial Associado de Barragens.  
Agência Nacional de Águas (ANA), Resolução nº 91 de 2 de abril de 2012 (art. 3º/Anexo I)

Categoria de Risco	Dano potencial associado		
	Alto	Médio	Baixo
Alto	A	B	C
Médio	A	C	D
Baixo	A	C	E

Fonte: ANA (2022)

O município de Camaragibe possui três barragens registradas no Sistema Nacional de Segurança de Barragens (SNISB): (i) Condomínio Residencial Torquato Castro (APAC) ; (ii) Condomínio do Clube Rancho Salvador (APAC); (iii) Besouro (COMPESA).

A criação do Plancon Barragem é determinada pelo recebimento do Plano de Ação Emergencial (PAE), elaborado pelo empreendedor em conformidade com a Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010 (COMPESA, 2019). Em caso de eventos críticos, serão ativados os planos relacionados à barragem de



Besouro.

A responsabilidade pela elaboração do Plano de Ação Emergencial - PAE recai sobre o órgão empreendedor, que também deve indicar os impactos dos cenários de risco.

A barragem de Besouro está integrada às ações do Plano de Ação Emergencial elaborado pelo órgão empreendedor COMPESA. Este plano delinea as principais ações de prevenção e resposta em caso de um possível desastre.

## 9. CENÁRIOS DE RISCOS NATURAIS, GEOLÓGICOS E TECNOLÓGICOS

Embora o COBRADE inclua o tipo Meteorológico em sua matriz de classificação de risco, para os fins deste Plancon-PDC, a Defesa Civil abordará os riscos naturais classificados nos grupos: **Hidrológicos, Geológicos e Tecnológicos**. Para a atuação em emergências ou na iminência de desastres, o grupo Meteorológico é considerado risco apenas quando associado ao contexto socioambiental e suas vulnerabilidades estruturais e não estruturais.

Assim, para a Defesa Civil de Camaragibe, as chuvas intensas previstas por grupos meteorológicos representam risco apenas quando associadas a cenários que envolvem exposição, ameaça e vulnerabilidades de ordem socioambiental e/ou socioestrutural. Isso se verifica, por exemplo, em contextos de precariedade no acesso a serviços urbanos ou em territórios suscetíveis a desastres em decorrência de ocupações irregulares e/ou desordenadas.

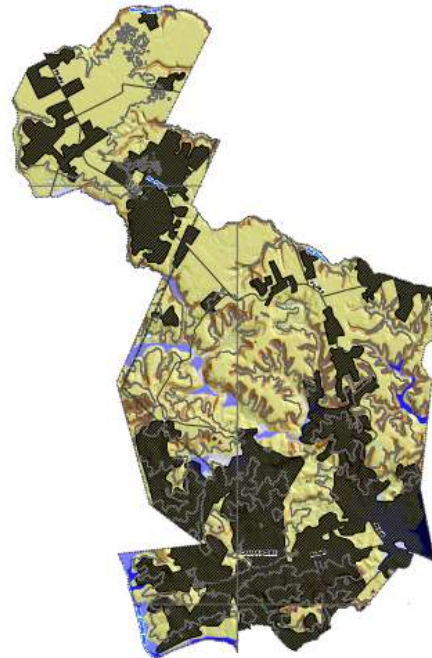
### 9.1. CENÁRIOS DE RISCOS NATURAIS

Conforme o último Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), elaborado em 2006, foram mapeados setores de risco em áreas de encosta distribuídos pelos bairros das do município. Esses setores foram identificados e quantificados de acordo com seu grau de risco, totalizando 164 setores, classificados da seguinte forma: R1 - 52, R2 - 22, R3 - 52 e R4 - 38 (Figura 07).



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

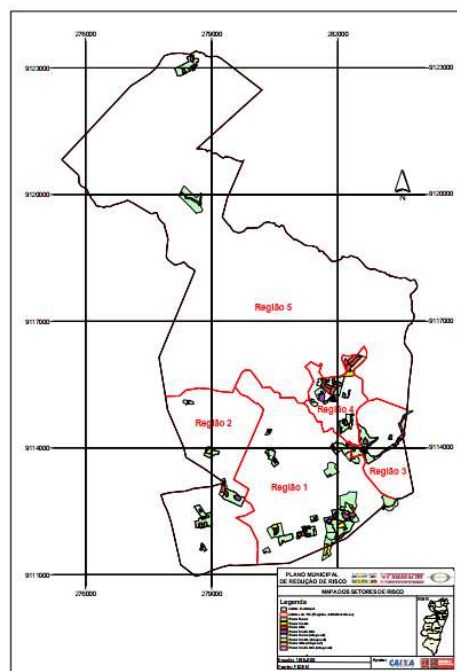
Mapa 4 - Cenário de riscos naturais



Suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa	Alta	Média
Suscetibilidade a inundações	Alta	Média

Fonte: Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR (2006).

Mapa 5 - Cenário de riscos naturais 2





O grau de risco estabelecido no PMRR de 2006 considera características e probabilidades de ocorrência, conforme os critérios do Ministério do Desenvolvimento Regional. Os riscos são avaliados em quatro categorias: R1 (baixo), R2 (médio), R3 (alto) e R4 (muito alto) (Quadro 8).

Tabela 7 - Graduação dos Riscos, Características e Probabilidades

<b>RISCO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS / PROBABILIDADE</b>
R1	os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes e a falta de intervenção no Setor são de baixa potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e erosão. Não se observa(m) evidência(s) de instabilidade ou processos de instabilização de encostas. É a condição menos crítica. Mantidas as condições existentes, não se espera a ocorrência de eventos destrutivos no período de 1 ano
R2	os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes e a falta de intervenção no Setor são de média potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e erosão. Observa-se a presença de algumas evidências de instabilidade. Processo de instabilização em estágio inicial de desenvolvimento. Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de 1 ano.
R3	os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes e a falta de intervenção no Setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de deslizamentos e erosão. Observa-se a presença de significativas evidências de instabilidades. Processo de instabilização em pleno desenvolvimento. Mantidas as condições existentes, é possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de 1 ano
R4	os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes e a falta de intervenção no Setor são de muito alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e erosão. As evidências de instabilidade são expressivas e estão presentes em grande número ou magnitude. Processo de instabilização em avançado estágio de desenvolvimento. É a condição mais crítica. Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de 1 ano

Fonte: Graduação dos Riscos e Características, PMRR, 2006

O quadro abaixo mostra os setores agregados por graus de risco representados por sua área, em hectares, em valores absolutos e porcentagem.

Tabela 8 - Setores por grau de risco

<b>SETORES DE RISCO</b>	<b>RISCO MUITO ALTO (R4)</b>	<b>RISCO ALTO (R3)</b>	<b>TOTAL</b>
Nº de setores de risco	38	52	90
Área dos setores (ha)	21,19 ha	37,97 ha	59,16 ha
% em relação ao município (5.180 ha)	0,41%	0,73%	1,14%

Fonte: PMRR 2006

O município de Camaragibe apresenta características geológicas e geomorfológicas que o tornam suscetível a desastres naturais. As áreas de morros e tabuleiros ocupam praticamente todo o município; 86% do território é constituído por áreas de relevo movimentado. Mesmo entre os 14% restantes, representando as áreas de planícies, uma parte pode ser incluída como áreas de morros, devido ao padrão



de vales fortemente encaixados no relevo<sup>6</sup>.

Para fins de PLANCON foram associados a tabela 08 (oito) setores de risco R1 e 02(dois) setores de risco R2 por serem regiões limítrofes.

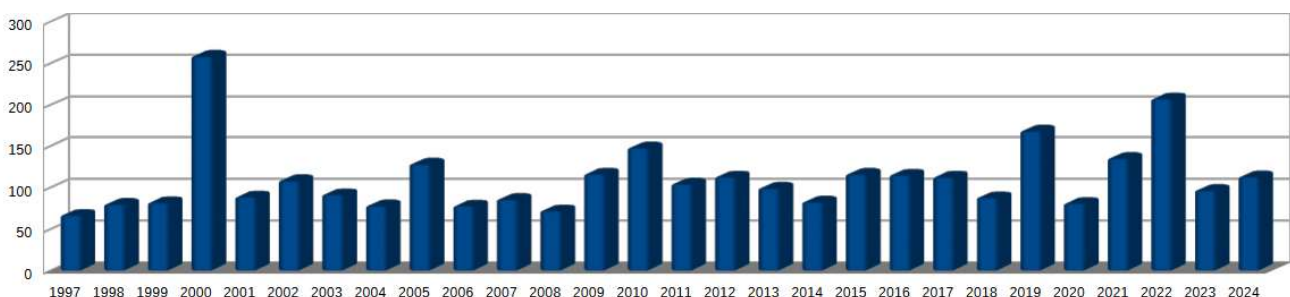
Segundo dados do atlas brasileiro de desastres<sup>7</sup>, de 2015 a 2023, nos últimos 08 anos, o município registrou 7.281 pessoas afetadas por alagamentos, 4.683 por movimento de massa, 9.962 por inundações e 68 por enxurradas.

## 9.2. CENÁRIOS DE RISCOS METEREOLÓGICOS

Os eventos relacionados aos riscos meteorológicos, especificamente chuvas intensas, ocorrem no município entre os meses de maio e julho, com uma média mensal superior a 300 mm. O período mais seco é novembro, com uma média de apenas 40 mm. A precipitação acumulada média anual é de 2.155,5 mm. O mês mais chuvoso é junho, com uma média de 395 mm, enquanto o mais seco é novembro, com apenas 35,7 mm (Pereira, 2024).

Os dados históricos de índices pluviométricos médios e máximos registrados em Camaragibe pela Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), ocorreu a partir de 1997, quando foi instalado o pluviômetro na Sede da Prefeitura e criado o setor da Defesa Civil.

Gráfico 2 - Precipitação Acumulada média anual em Milímetros (mm) do Município de Camaragibe



Fonte: Defesa Civil de Camaragibe

<sup>6</sup>Mantovani, Bárbara. Mapeamento de risco a movimentos de massa e inundação em áreas urbanas do município de Camaragibe / Bárbara Mantovani. -2016. 288 folhas, il.pág.130

<sup>7</sup> [Gráficos](#)



Chuvas intensas são consideradas ameaças climáticas quando sua frequência e duração levam a enchentes, inundações e deslizamentos de terra, provocando efeitos adversos no contexto social e ambiental. Isso inclui danos humanos e materiais, mortes de animais e perdas de safra devido ao excesso de água em áreas vulneráveis a inundações e à passagem temporária das águas superficiais (MARENGO, 2008).

As consequências acumuladas das chuvas intensas estão frequentemente associadas a outros desastres, como inundações e movimentos de massa. A Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC) fundamenta sua matriz de decisão para avisos meteorológicos considerando os impactos hidrometeorológicos gerados pela ocorrência de chuvas e os possíveis danos à população. As chuvas são categorizadas por intensidade e classificadas conforme o acumulado em um intervalo de 24 horas. As classificações são as seguintes:

- sem chuva (chuva  $< 2$  mm);
- fraca ( $2 \text{ mm} \leq \text{chuva} < 10$  mm);
- fraca a moderada ( $10 \text{ mm} \leq \text{chuva} < 30$  mm);
- moderada ( $30 \text{ mm} \leq \text{chuva} < 50$  mm);
- moderada a forte ( $50 \text{ mm} \leq \text{chuva} < 100$  mm); e
- forte (chuva  $> 100$  mm).

Para a APAC, a precipitação acima de 50 mm é considerada intensa. Nesse contexto, é importante considerar a capacidade de infiltração do solo, que pode ser rapidamente atingida durante longos períodos de chuva, impedindo a absorção adicional da água. Vale destacar que sequências prolongadas de dias chuvosos podem ser mais problemáticas do que episódios isolados de chuva intensa. Os volumes de precipitação classificados como muito chuvosos e extremamente chuvosos são cruciais para que a Defesa Civil inicie os procedimentos de alerta e alarme para a população mais vulnerável nas áreas de risco, além de serem fundamentais para a tomada de decisões e coordenação das equipes responsáveis pela contingência (Farias, 2016).



### 9.3. CENÁRIOS DE RISCOS HIDROLÓGICOS - INUNDAÇÕES

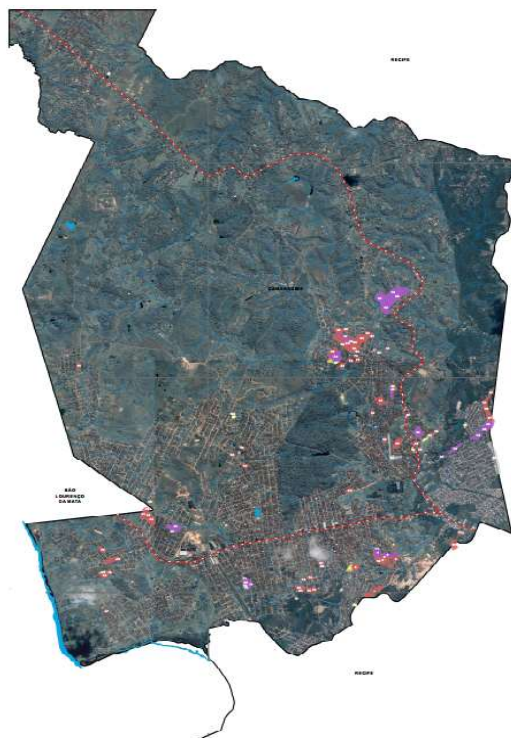
Os eventos relacionados às inundações estão associados às altas cotas de precipitação acumuladas nas bacias hidrográficas dos rios Capibaribe, Camaragibe e seus afluentes. A rede de drenagem do município é formada, principalmente, pelos rios Besouro e Camaragibe (mesma linha fluvial) e seus afluentes e, secundariamente, pelo riacho Timbí, sendo todos afluentes do rio Capibaribe. A parte nordeste da área pertence à Bacia do Beberibe, drenada pelos rios Araçá e Pacas e pelo riacho dos Macacos, principal afluente do rio Morno, na mesma bacia. No extremo norte corre o riacho da Mina, que é a principal cabeceira do rio Paratibe. Neto et al. (2022) identificaram outras condicionantes que contribuem para os processos de inundação no município, como a ocupação desordenada de áreas inundáveis próximas aos rios e canais fluviais, além da declividade do terreno, que favorece a acumulação de água. A força da gravidade faz com que a água se desloque dos locais mais altos para os mais baixos, resultando em inundações.

A densidade urbana também é um fator importante na susceptibilidade a eventos de inundação. Áreas com níveis mais elevados de urbanização, e, conseqüentemente, mais impermeabilizadas, tendem a acumular mais água na superfície, aumentando o risco de inundações e alagamentos.

Os dados preliminares mostram que a ocupação das margens dos cursos d'água, o assoreamento progressivo das calhas dos rios e canais, a impermeabilização da cidade e o lançamento de lixo, metralha e outros detritos na rede hídrica, reduzem a capacidade de vazão dos rios, promovendo o seu transbordamento.

As áreas inundáveis do município que estão ligadas à rede de drenagem são :

- Rio Capibaribe : Bairro Alberto Maia (ÁREA 2) , Santa Mônica (ÁREA 2) e Santa Terezinha, Bairros da Baixinha (ÁREA 4), Loteamento São Paulo / Japão (ÁREA 3), Aldeia de Baixo (ÁREA 3) e Nazaré (ÁREA 3).
- Riacho do Meio : Ostracil (ÁREA 4)



Mapa 6 - Áreas inundáveis

#### 9.4. CENÁRIOS DE RISCOS HIDROLÓGICOS - ENXURRADAS

Os eventos relacionados aos riscos hidrológicos caracterizam-se por uma elevação abrupta do nível das calhas fluviais em decorrência de chuvas intensas. Esse fenômeno é mais frequente em áreas urbanas, onde a impermeabilização do solo favorece o acúmulo e o escoamento superficial da água. De acordo com registros da Secretaria de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC), as enxurradas são classificadas na mesma categoria de risco hidrológico que as inundações e os alagamentos. Contudo, não há registros específicos para a categoria de enxurradas nos chamados atendidos pela Secretaria, estando os dados limitados às ocorrências registradas como inundações e alagamentos.

#### 9.5. CENÁRIOS DE RISCOS HIDROLÓGICOS - ALAGAMENTOS

As áreas suscetíveis a alagamentos foram identificadas com base em registros de ocorrências e, posteriormente, setorizadas de acordo com os logradouros que receberam atendimento da equipe técnica da Defesa Civil (Figura 10). Essas áreas são priorizadas nas ações de prevenção e mitigação da SEPDEC, uma vez que são densamente povoadas e localizadas próximas aos principais cursos hídricos.



Tabela 9 - Setores alagáveis

BAIRRO	RUA	ÁREA
Alberto Maia	Rua Paraíso do Norte	2
Alberto Maia	Rua Nossa Senhora do Carmo	2
Aldeia de Baixo	Rua Virgínia Rocha	3
Bairro Novo	Rua Manjeronas	2
Bairro Novo	Rua Padre Luiz Nuremberg c/ Av. Belmino Correia	2
Bairro Novo	Rua Odon Franco de Souza c/ Av. Belmino Correia	2
Bairro Novo	Rua das Casuarinas	2
Bairro Novo	Rua Vitória Régia	2
Bairro Novo	Rua Jasmin / Begônia	2
Baixinha	Baixinha	4
Jardim Primavera	Rua São Braz – Condomínio Parque Residencial Camaragibe	3
Lotº São Paulo	Trav. Beira Rio – Japão	3
Lotº São Pedro	1ª Trav. Estrada das Pedreiras	3
Nazaré	Vila Inabi	3
Nazaré	Nazaré	3
Santa Mônica	Rua Beira Rio	2
Santa Terezinha	Rua Beira Rio	2
Timbi	Rua Dayse de Araújo	2
Timbi	Rua 13 d Maio c/ Av. Belmino Correia	2
Timbi	Rua Araponga	2
Timbi	Rua Getúlio Albuquerque	2
Timbi	Rua Sátiro Ivo	2
Vera Cruz	Rua do Canal	4
Vera Cruz	Invasão do Sapo	4
Viana	Rua Damião Pedro da Cruz	2

Fonte: Secretaria de Proteção e Defesa Civil de Camaragibe - Relatório 2022, PLANCON 2023, 2024

## 9.6. RISCOS GEOLÓGICOS

Os riscos geológicos estão relacionados a movimentos de massa, como deslizamentos de solo e de rocha, especialmente em áreas suscetíveis. Esses riscos são exacerbados por ações antrópicas resultantes de diversos fatores sociais e ambientais, como a ocupação desordenada.

Segundo Bandeira (2003), o Município de Camaragibe está situado em área constituída por rochas do embasamento cristalino, recoberto por solo residual de granito, originado do cristalino; pelos sedimentos da formação barreiras e pelos depósitos aluvionares. O afloramento do cristalino pode ser verificado de forma isolada em alguns pontos do município<sup>8</sup> de áreas propensas a deslizamentos<sup>9</sup>,

8 Silva, Marília Mary da. Estudo geológico-geotécnico de uma encosta com problemas de instabilidade no município de camaragibe – PE / Marília Mary da Silva – Recife: o Autor, 2007. Pág 53



principalmente aquelas formadas por solos arenosos da Formação Barreiras e solos residuais.

Os setores de riscos identificados no Município de Camaragibe correspondem a deslizamentos planares em áreas que apresentam relevo inclinado associado à urbanização inadequada, sem um adequado sistema de escoamento de águas superficiais e com padrões construtivos por meio de cortes e aterros.

As áreas visitadas correspondem a solos residuais, majoritariamente provenientes de alterações das rochas sedimentares da Formação Barreiras. Porém, em alguns locais, foram identificados solos residuais provenientes da alteração de granitos. Nos dois casos, os solos podem apresentar texturas mais granulares que propiciam a formação de feições erosivas.

Conforme a Carta Geotécnica de Camaragibe, dois outros tipos de deslizamentos também são identificados: deslizamentos rotacionais e deslizamentos planares. O documento classifica as áreas suscetíveis a movimentos de massa em três categorias: alta, média e baixa suscetibilidade.

---

<sup>9</sup> Deslizamento: é a ruptura e queda por gravidade de partes do talude, em decorrência da perda de sucção dos solos, que ocorre com a saturação pelas águas de infiltração. (PMRR 2006)



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

Mapa 7 - Áreas suscetíveis a movimento de massa

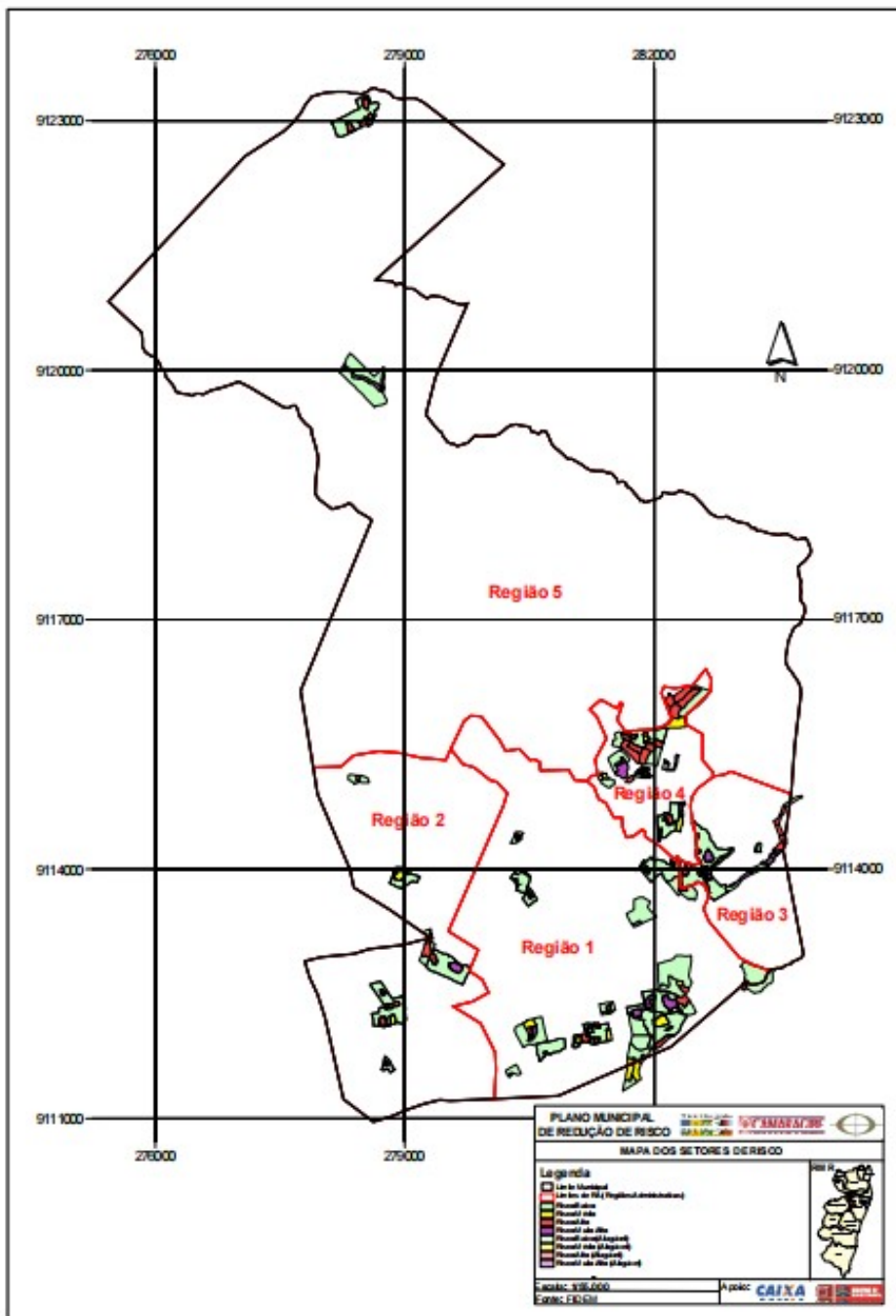


Figura 8 - Mapa Preliminar dos Setores de Risco do Município de Camaragibe - PE (PMRR 2006)

Considerando as informações cartográficas acima, o PMRR 2006 apresentou as seguintes informações acerca de imóveis e famílias associadas as áreas de risco alto e muito alto.



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

Tabela 10 - Moradias por risco

RISCO	R1	R2	R4	R3	TOTAL
Número de moradias nos setores	8	2	912	1.281	2.193
Número de casas ameaçadas	3	1	399	349	748

Obs.: entraram nessa tabela algumas edificações R1 e R2 por estarem em áreas limítrofes com moradias situadas em R3 e R4

Em dados mais atuais, no ano de 2019 o CPRM emitiu cartas de setorização de áreas, quantificando em 25 setores de risco R3 e R4.

Após as chuvas de 2022, o CPRM novamente emitiu relatório de avaliação técnica pós desastre, incluindo mais 06 (seis) setores em risco R3 e R4.

Consolidamos abaixo todos os dados referentes ao CPRM 2019 e 2022.

Tabela 11 - Setores de risco R3 e R4 2019, 2022

SETORES	QTE IMÓVEIS	QTE FAMÍLIAS
01	50	200
02	45	180
03	240	960
04	15	60
05	70	280
06	37	148
07	30	120
08	10	40
09	130	520
10	08	32
11	08	32
12	70	280
13	120	480
14	70	280
15	25	100
16	50	200
17	30	120
18	350	1400
19	20	80
20	10	40



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

SETORES	QTE IMÓVEIS	QTE FAMÍLIAS
21	25	100
22	20	80
24	07	28
25	15	60
26	34	136
27	07	28
28	16	64
29	02	08
30	06	24
31	29	116
<b>TOTAL</b>	<b>1.574</b>	<b>6.296</b>

OBS.: A descrição acima refere-se apenas aos riscos R3 e R4

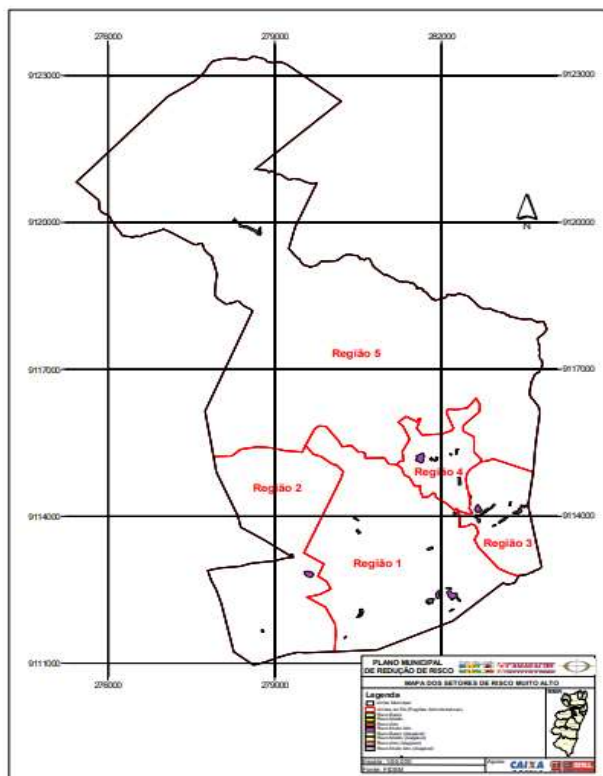
Pela informações coletadas no PMRR 2006, CPRM 2019 e 2022, podemos definir os seguintes setores com riscos R3 e R4, conforme abaixo.

Tabela 12 - Setores de risco R3 por bairros e R1 e R2 limítrofes

Mapa 8 - Setores de risco

R3

BAIRRO	RISCO	ÁREA	Qte SETORES/ Pontos de Risco
Bairros dos Estados (Areinha)	R3	1	3
Alberto Maia (Sta Maria, Estação Nova)	R3	2	5
Alto Santo Antônio	R3	2	1
Areiro	R3	2	9
Bairro Novo Carmelo (Carmelitas)	R3	2	3
Celeiro	R3	2	1
Estação Nova	R3	2	2
São João e São Paulo	R3	2	1
Timbi (Céu Azul)	R3	2	6
Jardim Primavera	R3	3	5
Loteamento São Paulo	R3	3	3
Loteamento São Pedro	R3	3	2
Aldeia (Luzanópolis)	R3	4	5
Tabatinga	R3	4	16
Vera Cruz	R3	4	2





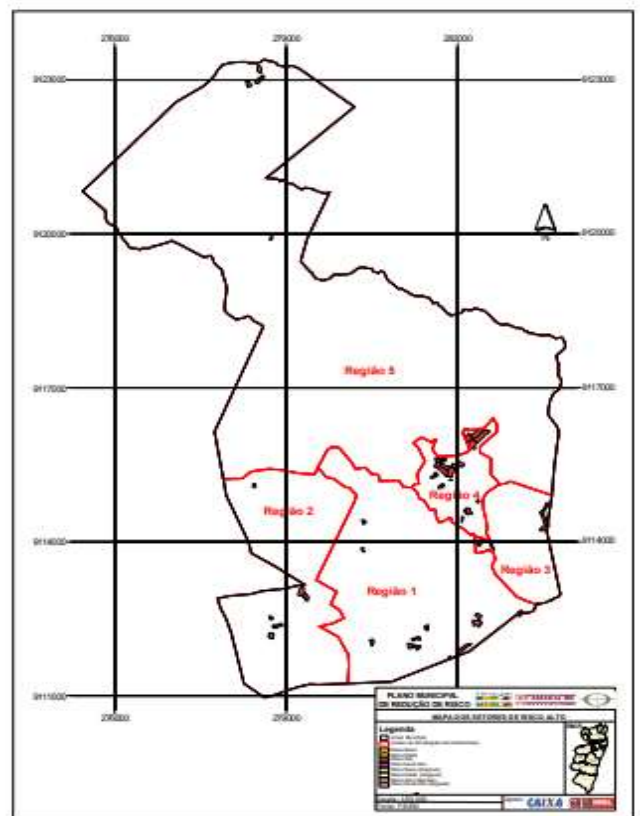
# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

BAIRRO	RISCO	ÁREA	Qte SET. Pontos de Risco
Bairro dos Estados (Bairro Novo)	R1	1	3
Tabatinga (Córrego do Palitó)	R1	4	1
Bairro Novo Carmelo (Camelitas - Rua Sta Helena)	R2	2	1

Tabela 13 - Setores de risco R4 por bairros e R1 e R2 limítrofes

BAIRRO	RISCO	ÁREA	Qte SETORES / Pontos de Risco
Bairros dos Estados	R4	1	8
Bairro Novo Carmelo (Camelitas)	R4	2	1
Alto Santo Antônio (Córrego do Desastres)	R4	2	1
João Paulo II	R4	2	1
Santa Mônica	R4	2	1
Timbi (Burrione)	R4	2	5
Viana (Córrego do Desatre)	R4	2	2
Alto da Boa Vista	R4	3	1
Jardim Primavera	R4	3	4
Loteamento São Paulo	R4	3	1
Loteamento São Pedro	R4	3	5
Vale das Pedreiras	R4	3	1
Vila da Fábrica	R4	3	1
Tabatinga	R4	4	8
Vera Cruz	R4	4	3
Areiro	R1	2	1
Alto Santo Antônio (Escadaria João Félix)	R1	2	1
Estação Nova	R1	2	1
Tabatinga (Córrego da Andorinha)	R1	4	1
Tabatinga (Córrego da Andorinha)	R2	4	1

Mapa 09 - Setores de Risco R4





# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

O detalhamento das ruas com as casas e número de famílias, relativo ao levantamento de 2006, 2019 e 2022, consta na **Tabela 9**, em anexo.

Os número finais encontrados foram:

- 117 pontos foram levantados pelo PMRR 2006, CPRM 2019 e 2022, identificando 4.125 (quatro mil, cento e vinte e cinco) edificações no setor, 1.459 (um mil quatrocentos e cinquenta e nove) ameaçadas e 16.500 pessoas em risco.

- 55 pontos foram levantados pela Defesa Civil do Município após as chuvas de 2023, não sendo ainda contabilizadas a quantidade de edificações e pessoas em risco.

Podemos encontrar as seguintes informações, baseadas no PMRR2006, CPRM 2019 e 2022:

PMRR e CPRM	IBGE/BDE
Área 1	
4.164 pessoas	5.964 pessoas
69,80%	100%

PMRR e CPRM	IBGE/BDE
Área 3	
2.264 pessoas	24.180 pessoas
9,36%	100%

PMRR e CPRM	IBGE/BDE
Área 2	
5.132 pessoas	84.246 pessoas
6,09%	100%

PMRR e CPRM	IBGE/BDE
Área 4	
4.940 pessoas	42.709 pessoas
11,56%	100%

O mapeamento das áreas de risco também inclui todos os assentamentos precários<sup>10</sup> mapeados pelas pesquisas indicados pela SECDEF, onde os riscos estão associados a deslizamentos e erosões. Os dados do PMRR de 2005/2006 mostra o seguinte quadro por tipo de ocupação nas Regiões Administrativas:

<sup>10</sup> caracterizados por aglomerações informais em locais irregulares, de pouca ou nenhuma infraestrutura, geralmente apresentando baixo padrão construtivo e sem critérios técnicos adequados. Estão em espaços urbanos com geomorfologia desfavorável à urbanização e forma de ocupação e densidade demográfica incompatíveis com as condições físico-ambientais do seu entorno.



Tabela 14 - Tipo de ocupação por RPAs

REGIÕES	TIPO DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA (km)	POPULAÇÃO (hab)	DENS. MÉDIA (hab/km)
RA1	Loteamentos de baixa renda e ocupação espontânea	9,30	60.444	6.499
RA2	Loteamentos de baixa renda e ocupações por invasões	7,80	26.000	3.333
RA3	Conjuntos habitacionais e invasões	2,40	18.355	7.648
RA4	Loteamentos de baixa renda e ocupações desordenadas nas cabeceiras de drenagem	2,10	14.376	6.846
RA5	Assentamentos de média e alta renda, constituídos por granjas e clubes de campo, com algumas invasões próximos aos córregos	31,30	15.691	501

Durante o mapeamento foram observados os critérios abaixo. Condiçantes que somatizam o risco:

**- CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL**

Talude natural/ talude de corte, Altura do talude, Aterro compactado / lançado, Distância da moradia ao talude (pé ou crista), Declividade, Presença de blocos de rocha/matacões Presença de lixo/entulho.

**- EVIDÊNCIAS DE MOVIMENTAÇÃO**

Trincas moradia/aterro, Inclinação de árvores/postes/muros, Degraus de abatimento, Cicatrizes de escorregamentos, Feições erosivas, Muros/paredes “embarrigados”.

**- ÁGUA**

Concentração de água de chuva em superfície, Lançamento de água servida em superfície, Presença de fossas, Surgências d’água, Vazamentos rede de esgoto/rede de água.

**- VEGETAÇÃO NO TALUDE OU PROXIMIDADES**

Presença de árvores, Vegetação rasteira, Área desmatada, Área de cultivo.

Para conhecimento, a Secretaria de Proteção e Defesa Civil no período de 2019 a 2025, cadastrou 435 (quatrocentos e trinta e cinco) pontos de ocorrências relacionados a deslizamentos, detalhada na **Tabela 15**.

Contudo, para fins de monitoramento e PLANCON utilizaremos os dados de estatísticos do PMRR 2006, CPRM 2019, CPRM 2022 e dados coletados pela Secretaria de Proteção e Defesa Civil 2023, 2024 e 2025.



PREFEITURA DE  
**CAMARAGIBE**

Tabela 15 - Ocorrências Relacionadas a Deslizamentos

Ano	Área	Endereço	Bairro	Quantidade
2023	1	Rua Mato Grosso	Bairro dos Estados	35
		Rua Rio de Janeiro	Bairro dos Estados	
		Rua João Carneiro da Cunha	Bairro dos Estados	
		Rua Henrique Dias	Bairro dos Estados	
		Rua 2ª Travessa Bom Jesus	Bairro dos Estados	
		Rua 6ª Travessa Pio XII	Bairro dos Estados	
		Av. Pernambuco	Bairro dos Estados	
		Rua 13 de Maio	Bairro dos Estados	
		Rua 24 de Outubro	Bairro dos Estados	
		Rua 3a Travessa 15 de Novembro	Bairro dos Estados	
		Rua Amendolândia	Bairro dos Estados	
		Rua Bom Jesus	Bairro dos Estados	
		Rua Ceará	Bairro dos Estados	
		Rua Palmeiras	Bairro dos Estados	
		Rua Felipe Camarão	Bairro dos Estados	
		Rua João Félix	Bairro dos Estados	
		Rua Maranhão	Bairro dos Estados	
		Rua Maria Amélia de Santana	Bairro dos Estados	
		Rua Mato Grosso	Bairro dos Estados	
		Rua Moreira Sales	Bairro dos Estados	
		Rua Nova Londrina	Bairro dos Estados	
		Rua Paraná	Bairro dos Estados	
		Rua Minas Gerais	Bairro dos Estados	
		Rua 1º Trav 15 de Novembro	Bairro dos Estados	
		Rua Piauí	Bairro dos Estados	
		Rua Santa Luzia	Bairro dos Estados	
		Rua São João do Bocaiuva	Bairro dos Estados	
		Rua Travessa Paraná	Bairro dos Estados	
		Rua 21 de Abril	Bairro dos Estados	
		Rua Alto São Paulo	Carmelitas	
		Rua Pedro Borges	Areinha	
		Rua Marechal Rondon	Jardim Teresópolis	
		Av. Guarani	Jardim Teresópolis	
		Travessa Guarani	Jardim Teresópolis	
		Rua Piracicaba	Jardim Teresópolis	
	2	Rua 13 de Maio	Alto de Santo Antônio	34
		Rua Santa Verônica	Alto de Santo Antônio	
		Rua Tenente Arnaldo	Alto de Santo Antônio	
		Rua Maria Isabel de Santana	Alto de Santo Antônio	
		Rua Deise de Araújo	Alto de Santo Antônio	
		Rua Itaité	Alto de Santo Antônio	
		Rua João Félix	Alto de Santo Antônio	
		Rua Enéas Cavalcanti	Areiro	



**PREFEITURA DE**  
**CAMARAGIBE**

		Rua Major Isidoro	Areeiro	
		Rua Major Araci	Areeiro	
		Rua Antônio Camilo	Areeiro	
		Rua Henrique de Holanda	Areeiro	
		Rua do Escurinho	Areeiro	
		Rua São Roberto	Areeiro	
		Rua São Eduardo	Areeiro	
		Rua Alba Valdez	Celeiro	
		Rua da Ladeira	Córrego do Desastre	
		Rua Maria das Dores	Córrego do Desastre	
		Rua 2º Travessa Campinense	Córrego do Desastre	
		Rua 1º Travessa Bela Vista	Córrego do Desastre	
		Rua Coelho Neto	Estação Nova	
		Rua Itapemirim	Estação Nova	
		Rua Oliveira Lima	Estação Nova	
		Rua Limoeiro do Norte	Santa Mônica	
		Rua Santa Maria	Santa Terezinha	
		Rua Ceará Mirim	Santa Terezinha	
		Rua Estrada do Redentor	Santana	
		Rua Severino dos Reis	Santana	
		Rua São Francisco do Piauí	Santana	
		Rua João Alves de Barros	Timbi	
		Rua José Isídio da Silva	Timbi	
		Rua José Camilo	Timbi	
		Rua Mara Rosa	Viana	
		Rua Tenente Arnaldo	Viana	
	3	Rua Gilberto Viegas	Estrada dos Macacos	9
		Rua Gilberto Viegas	Jardim Primavera	
		Rua Travessa São Paulo	Lot. São Paulo	
		Rua da Glória	Lot. São Pedro	
		Rua 1º Travessa Estrada das Pedreiras	Lot. São Pedro	
		Rua Gilberto Viegas	Vale das Pedreiras	
		Rua Turmalina	Vale das Pedreiras	
		Rua Topázio	Vale das Pedreiras	
		Rua da Linha	Vale das Pedreiras	

Ano	Área	Endereço	Bairro	Quantidade
2024	1	Rua Ana Maria Amélia de Santana, 158	Bairro dos Estados	11
		Rua João Carneiro da Cunha	Bairro dos Estados	
		Rua Mato Grosso, 696	Bairro dos Estados	
		Rua Guarani, 65	Bairro dos Estados	
		Av. Pernambuco, 221	Bairro dos Estados	
		Rua Mato Grosso, 974	Bairro dos Estados	
		Rua Piauí, 379	Bairro dos Estados	
		Rua João Carneiro da Cunha, 53	Jardim Teresópolis	
		Rua Solano Carneiro da Cunha, 350	Jardim Teresópolis	



**PREFEITURA DE**  
**CAMARAGIBE**

		Rua Marechal Cândido Rondon, 61	Jardim Teresópolis	
		Rua Guarani, 27	Jardim Teresópolis	
	2	Rua Califórnia, 110	Alto de Santo Antônio	13
		Rua Braz Diniz, 338	Timbi	
		Rua 4ª Travessa Santo Antônio, 145	Timbí	
		Rua Maria das Dores	Timbí	
		Rua Porto Rico	Timbí/Expansão	
		Rua Rio Claro, 40	Alberto Maia	
		Rua Nova América, 127	Estação Nova	
		Rua Nova América, 8	João Paulo II	
		Rua Califórnia, 63	Areeiro	
		Rua São Roberto, 766-a	Areeiro	
		Rua Jovelina Albuquerque dos Prazeres, 781	Bairro Novo	
		Estrada do Redentor, 305	Santana	
		Rua Cachoeira do Itapemirim	Viana	
	3	Rua São Geraldo, 25	Lot. São Pedro	3
		Estrada da Pedreiras, 455	Lot. São Pedro	
		Rua 1ª Travessa Artur de Medeiros(rua beira rio), 318	Vila da Fábrica	
	4	Rua Santa Vitória, 23-a	Aldeia/Chã de Peroba	7
		Rua Alpes de Medeiros, 18	Tabatinga	
		Rua São Bernardo, 37	Tabatinga	
		Rua Alfredo Duarte	Tabatinga	
		Rua São Bernardo, 2	Tabatinga	
		Rua Mário de Alencar, 351	Vera Cruz	
		Rua Sérgio Romero	Vera Cruz	

Ano	Área	Endereço	Bairro	Quantidade	
2025	1	Rua Paraná, 211	Bairro dos Estados	8	
		Rua 2º Travessa Bom Jesus, 401	Bairro dos Estados		
		Rua Bom Jesus, 46	Bairro dos Estados		
		Rua 5º Travessa Téofilo de Melo, 21	Bairro dos Estados		
		Av. Pernambuco, 439	Bairro dos Estados		
		Rua Mato Grosso	Bairro dos Estados		
		Av. Pernambuco, 103	Bairro dos Estados		
		Rua Maria Amélia de Santana, 7521	Bairro dos Estados		
	2	Rua Maria Isabel de Santana	Corrégo do Desastre	17	
		Rua João Félix, 11	Alto de Santo Antônio		
		Rua João Félix	Corrégo do Desastre		
		Rua São Pedro de Aldeia, 164	Santa Maria		
		Rua Oliveira Lima, 364	Estação Nova		



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

		Rua Trindade, 37	Céu Azul	
		Rua Porto Rico, 44	Timbi	
		Sítio Mesquita	Sítio Mesquita	
		Rua Cachoeira do Itapemirim, 266	Viana	
		Córrego do Desastre, 280	Viana	
		Rua Alba Valdez, 125	Timbi	
		Rua Arapongas, 281	Viana	
		Rua Estrada do Redentor, 305	Santana	
		Rua dos Veterinários, 4	Timbi	
		Rua São Roberto, 766	Areeiro	
		Rua Antônio Olinto dos Santos, 22	Alberto Maia	
		Córrego do Desastre	Alto de Santo Antônio	
3		Rua Gilberto Viegas	Jardim Primavera	5
		Rua Augusto dos Anjos, 34	Jardim Primavera	
		Rua Gilberto Viegas, 192	Jardim Primavera	
		Rua Estrada das Pedreiras, 529	Lot. São Pedro	
		Rua Cassimiro de Abreu, 261	Jardim Primavera	
4		Rua Antônio Ferreira de Lima, 76	Aldeia	12
		Rua Félix Pacheco, km7, 390	Aldeia	
		Córrego da Andorinha, 25	Tabatinga	
		Rua São Francisco de Assis, 13	Tabatinga	
		Rua 24 de Maio, 449	Tabatinga	
		Rua Uberlândia, 38	Tabatinga	
		Rua Hilton Mendes Barbosa, 22	Tabatinga	
		Rua Santo Antônio da Platina, 47	Tabatinga	
		Rua Antônio de Castro, 70	Tabatinga	
		Rua 3º Travessa Arlindo Lopes dos Santos, 211	Tabatinga	
		Rua Beira Rio	Baixinha	
		Rua Humberto Teixeira, 135	Ostracil	

Fonte: Base de dados: 2023 a 2025 SECDEF (Central de Atendimento e Relatório de chuvas)

## 9.7. RISCOS TECNOLÓGICO

### 9.7.1 COLAPSO EM EDIFICAÇÕES

O cenário de risco associado às edificações no município diz respeito à possibilidade de desabamento, especialmente em edificações de alvenaria resistente, como os prédios do tipo caixão. Esse risco estrutural é avaliado pela Defesa Civil, considerando diversos fatores.

A avaliação do risco de desabamento em edificações de alvenaria resistente segue critérios



definidos a partir de laudos técnicos elaborados pela Secretaria de Proteção e Defesa Civil e pelo ITEP.

O laudo de técnico nº 035.513 de 22 de Janeiro de 2009 do ITEP aponta para as seguintes edificações:

Tabela 16 - Edificações laudadas com risco

NOME	RUA	BAIRRO	Nº PAVIMENTOS	QTE BLOCOS	Nº APT POR PAVIMENTO
Conjunto residencial Horizonte Azul	Rua Ataufo Alves, 130	Jardim Primavera	4	9	4
Conjunto Residencial Bela Floresta	Rua Rui Barbosa, 65	Jardim Primavera	4	9	4
Edf Sol Nascente	Rua Janiopolis, 80	Jardim Primavera	4	1	2
Residencial Santa Monica	Rua Josadark Alves de França, 305	Santa Mônica	4	7	4
Edf. Sem Nome	Rua União da Vitória, 144	Timbi	3	1	2
Edf. Manoel Emanoela	Rua Nossa Senhora de Lourdes, 20	Timbi	3	3	2

Fonte: ITEP

### 9.7.2 ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Os riscos associados ao rompimento de barragens são classificados conforme as diretrizes do órgão fiscalizador. Em Pernambuco, a responsabilidade pela fiscalização das barragens construídas para acumular água nos rios, exceto as destinadas à geração de energia hidrelétrica, recai sobre a Agência Pernambucana de Águas e Climas (APAC). No município de Camaragibe, existem três barragens: a Barragem de Besouro, que está classificada na categoria de Dano Potencial Associado (DPA) Alto, e as Barragens Condomínio Residencial Torquato Castro, a Barragem de Clube Rancho Salvador, que é classificada como DPA baixo.

Os riscos relacionados ao potencial transbordamento das barragens abordados neste documento estão alinhados aos planos estabelecidos pelo órgão responsável pelas ações de emergência da Barragem de Besouro. Segundo levantamentos realizados pela Defesa Civil. Embora a classificação da barragem do Besouro seja considerada Alta, atualmente ela não oferece risco potencial ao município.

A classificação do Dano Potencial Associado — alto, médio ou baixo — é determinada com base no potencial de perdas humanas e nos impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes da ruptura da barragem, focando na área a jusante. Para os propósitos deste documento, serão consideradas as ações referentes à Barragem de Besouro, (Figura 7). O Plano de Contingência para a Barragem segue as orientações da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa).



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE



Figura 7 - Fotos da Barragem do Besouro - 2025



## 10. POPULAÇÃO ASSISTIDA

Seguindo as diretrizes do Marco de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (RRD), a gestão municipal de Camaragibe visa atender às pessoas em situação de vulnerabilidade, assegurando a igualdade de gênero, os direitos das pessoas com deficiência e o respeito às minorias, garantindo o acesso a direitos essenciais para aqueles afetados por desastres (ONU, 2016). As orientações desse documento direcionam o município para a compreensão e fortalecimento da capacidade social coletiva, com o objetivo de construir resiliência em desastres naturais, promovendo o envolvimento da população e da sociedade civil no planejamento e na implementação de ações de resiliência.

O público-alvo em cenários iminentes de desastre compreende todos os cidadãos residentes em áreas de risco, com prioridade para os grupos mais vulneráveis, de acordo com suas especificidades. Quando os desastres ocorrem, as demandas desses grupos tendem a se intensificar. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) define como público-alvo os cidadãos e suas famílias que, em função de suas trajetórias de vida ou das circunstâncias às quais estão submetidos, enfrentam imposições sociais, econômicas e políticas que comprometem sua dignidade. Nesse contexto, a atenção é direcionada prioritariamente a famílias e indivíduos em situação de violência, fragilidade ou contingência, condições que geram vulnerabilidades e ampliam os riscos sociais.

Destacam-se, entre as populações vulneráveis, aquelas que vivem em contextos de acentuada vulnerabilidade socioeconômica, como crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento psíquico, população em situação de rua e pessoas LGBTQIAPN+, que tendem a ser ainda mais impactadas em situações de emergência (Brasil, 1993; PNAS, 2004).

Adicionalmente, merece atenção o chamado *grupo invisível*, formado por indivíduos sem registro civil ou documentos pessoais (como RG, CPF e Carteira de Trabalho), bem como os moradores de áreas de risco e demais populações expostas a condições insalubres e privadas do acesso a direitos básicos.

Para atender a essas demandas, o Plano de Contingência adota protocolos específicos voltados para mulheres, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, agricultores e pescadores. As principais necessidades desses grupos minoritários são consideradas por meio do diálogo constante com seus representantes, em articulação com as demais secretarias municipais. A participação desses grupos deve ser garantida em todas as etapas do Plano de Proteção e Defesa Civil, com especial atenção às ações de resposta descritas na matriz de responsabilidades.



#### a) MULHERES

As orientações para atendimento à necessidade do grupo de mulheres são pautadas nas diretrizes do “Plano de Ação De Gênero do Marco de Sendai” para RRD, que destaca a importância das intervenções locais para fortalecer a resiliência por meio de ações intersetoriais e sensíveis ao gênero.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), as mulheres têm **14 vezes mais chances de morrer ou sofrer ferimentos** em decorrência de desastres ambientais relacionados ao clima, em comparação com os homens. Essa disparidade evidencia a vulnerabilidade de gênero em contextos de crise climática.

Nos países subdesenvolvidos, as mulheres representam cerca de metade da força de trabalho em atividades ligadas aos cuidados do lar, à agricultura e, em muitos casos, assumem o papel de chefes de família. Essa sobrecarga de responsabilidades, somada ao acesso desigual a recursos, infraestrutura e serviços, agrava sua condição de vulnerabilidade diante de eventos extremos.

As mulheres e meninas, em toda sua diversidade, são impactadas com maior intensidade, enfrentando restrições mais severas a seus direitos fundamentais e obstáculos significativos para garantir sua sobrevivência e bem-estar. Essa situação se torna ainda mais crítica quando as comunidades em que vivem são atingidas por desastres ambientais, aprofundando desigualdades já existentes e ampliando os riscos sociais e econômicos a que estão expostas (ONU, 2015).

Como integrante das cidades resilientes, o município de Camaragibe observa as indicações do Plano de Ação de Gênero estabelecidos no Marco de Sendai seguidos pela UNRRD através da Secretaria da Mulher. Ao estabelecer atendimento aos grupos minoritários focados nas necessidades das mulheres, o município reforça o compromisso na garantia dos direitos primordiais resguardados às mulheres e demais grupos minoritários.

#### b) IDOSOS

Conforme as disposições gerais da Lei 12.608/2012, artigo 2º, inciso IV, o grupo de idosos será atendido seguindo procedimentos de atendimento para grupos vulneráveis. Este parecer propõe o cumprimento das disposições legais, observando as normas aplicáveis, o acompanhamento e ações regulamentares de Proteção e Defesa Civil. Segundo o manual “Como Construir uma cidade Resiliente” (MCR, 2012) ao incluir grupos vulneráveis na capacitação local, o município está fortalecendo a estrutura social da cidade para criar resiliência.

Os idosos são considerados grupos vulneráveis por apresentarem-se particularmente fragilizados



em situações de emergência. Isso porque, além do declínio da capacidade funcional decorrente do processo de envelhecimento, múltiplos fatores contribuem para a redução da resiliência dos idosos, como enfermidade, obesidade, deficiência e habitação em áreas de risco e condições inadequadas de infraestrutura (Bodsteis et al, 20140)

As condições de mobilidade e as limitações impostas pelo envelhecimento afetam diretamente um grupo populacional em constante expansão. De acordo com a Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE, 2022), o município de Camaragibe apresentava, em 2010, uma taxa de envelhecimento de 6,27%, que aumentou para 10,03% em 2022. Esse crescimento impõe novos desafios à formulação de protocolos específicos para a proteção e o atendimento da população idosa, especialmente em situações de risco.

Tais protocolos devem contemplar diretrizes voltadas à evacuação de pessoas com mobilidade reduzida; à oferta de abrigos de emergência acessíveis, livres de barreiras físicas; ao acesso oportuno a medicamentos; à disponibilidade de cuidadores para auxílio nas atividades da vida diária; e à provisão de equipamentos de apoio, como bengalas, cadeiras de rodas, andadores ou dispositivos médicos, como balões de oxigênio.

A gestão eficaz dos riscos de desastres demanda uma abordagem integrada que envolva planejamento, mitigação e resposta. Nesse contexto, considerar os idosos como grupo vulnerável nos planos de contingência representa uma ação estratégica e ética, que vai ao encontro dos princípios do Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres (2015–2030). Este marco enfatiza a importância de “não deixar ninguém para trás” e reconhece a necessidade de incluir todas as populações, especialmente as mais vulneráveis, nos processos de tomada de decisão. A UNDRR reforça essa diretriz ao destacar que os governos locais devem não apenas proteger os idosos, mas também promover sua participação ativa na formulação de políticas públicas, no planejamento e na implementação de ações voltadas à redução de riscos. Ao reconhecer os idosos como agentes de mudança com conhecimento acumulado e experiências valiosas, a gestão municipal fortalece a resiliência comunitária e amplia a eficácia das estratégias de prevenção e resposta a desastres.

### c) PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

A definição da UNDRR (Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres) amplia a compreensão sobre deficiência ao enfatizar que não se trata apenas da condição individual (física, mental, intelectual ou sensorial), mas da interação dessa condição com barreiras sociais, físicas e institucionais, que comprometem a participação plena e igualitária das pessoas na sociedade.



Segundo dados do Censo de 2010 (IBGE), o Brasil já contava com cerca de **46 milhões de pessoas com algum grau de incapacidade**, um número expressivo que demonstra a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas. Esse cenário se agrava com as projeções da UNDRR de que, até 2050, **quase 940 milhões de pessoas com deficiência viverão em áreas urbanas**, representando **15% da população urbana global**. Essa urbanização acelerada exige planejamento urbano acessível e resiliente.

O **Relatório Mundial sobre a Deficiência** (OMS, 2011) corrobora esses dados ao estimar que **mais de um bilhão de pessoas no mundo** vive com algum tipo de deficiência, das quais cerca de **200 milhões enfrentam dificuldades funcionais severas**. Esse grupo é particularmente vulnerável em situações de desastres, devido a **barreiras de mobilidade, acesso à informação, moradia inadequada e falta de acesso a serviços essenciais**

A inclusão das pessoas com deficiência na construção de planos de redução de risco é parte da iniciativa global iniciada pelo Marco de Sendai 2015-2030, como diretriz da ONU no contexto da redução de risco de desastres. Este marco estimula a abordagem inclusiva com relação à pessoa com deficiência e outros grupos vulneráveis nos principais processos e políticas, coordenando ativamente os esforços para integrar uma abordagem inclusiva da deficiência à pauta da redução do risco de desastres, de acordo com os seus princípios orientadores.

Os principais objetivos do referido documento estão fundamentados no engajamento coletivo e na acessibilidade. O engajamento coletivo — ou participação significativa — é um aspecto essencial para a construção de uma cidade resiliente. Para garantir a participação plena e efetiva desse grupo, é imprescindível que os governos locais assegurem os meios sociais, econômicos, educacionais, culturais, tecnológicos, de saúde, entre outros, que promovam o mais alto grau de autonomia. Isso inclui a adoção de medidas legislativas, administrativas e demais ações apropriadas.

A acessibilidade é um aspecto fundamental para a participação coletiva, pois garante que todas as pessoas tenham acesso adequado e oportuno às informações e aos espaços físicos onde as atividades são realizadas. Para que essa participação seja efetiva, é imprescindível identificar as barreiras físicas e principais dificuldades enfrentadas, além de envolver representantes dos diferentes grupos nos planos e nas discussões.

Ao tratar dessas questões, o governo municipal reafirma seu compromisso com a construção de uma cidade resiliente e inclusiva, garantindo uma participação segura e digna, e promovendo a independência e a autonomia das pessoas com deficiência. Dessa forma, fortalece a implementação de políticas de prevenção, evita a invisibilidade dessas pessoas e reduz as barreiras que agravam sua situação de vulnerabilidade.



d) LGBTQIAPN+

Nos seus princípios orientadores, o Marco de Sendai ressalta a importância de incorporar a perspectiva de gênero em todas as políticas e práticas de Redução do Risco de Desastres (RRD) (UNDRR, 2024). As catástrofes ambientais e as crises climáticas representam desafios significativos para a sociedade contemporânea. Embora tais eventos afetem a todos, grupos historicamente marginalizados, como a população LGBTQIAPN+, enfrentam desafios adicionais que podem aumentar sua vulnerabilidade. Além das adversidades enfrentadas por toda a população durante uma catástrofe, as comunidades que, em condições normais, já convivem com barreiras que restringem seus direitos fundamentais tendem a sofrer efeitos ainda mais severos da discriminação e da exclusão em contextos de desastres ambientais (Dil e Costa, 2023).

A abordagem das questões de gênero na perspectiva da RRD foi motivada através do Plano das Ações de Gênero do Marco de Sendai - PAG, (2015 – 2030). É um dos objetivos primordiais desse plano aumentar a preparação ao enfrentamento de desastres por meio de ferramentas eficazes para restabelecer de forma célere as condições de recuperação, reabilitação e reconstrução. Através da experiência em eventos passados, o aumento da exposição ao risco e vulnerabilidade das pessoas, LGBTQIAPN+, viu-se a necessidade de reforçar ainda mais a preparação para a resposta a desastres, principalmente nas medidas preventivas, integradas a redução do risco de desastres dos grupos vulneráveis.

Segundo o artigo 19 (d), do Marco de Sendai, a redução de desastres “requer o empoderamento e a participação inclusiva, acessível e não discriminatória, dando atenção especial às pessoas desproporcionalmente afetadas por desastres”.

Para muitos representantes da causa o empoderamento começa na representatividade. A participação coletiva e a representação, são um dos princípios preconizados pelas ações das perspectivas de gênero deste referido plano.

Entendendo a necessidade de incluir as demandas dos grupos vulneráveis, em especial as pessoas em suas particularidades e diversidades de gênero, o PLANCON - SEPDEC segue as orientações do PAG Sendai (2015-2030).

A Secretaria de Proteção e Defesa Civil municipal, por meio das ações previstas no ciclo da gestão de risco — preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação — atua em parceria com as demais Secretarias e Coordenadorias municipais na gestão dos riscos, buscando atender às principais demandas dos grupos vulneráveis.



Reforça, ainda, seu compromisso com o atendimento às pessoas LGBTQIAPN+, promovendo ações que garantam assistência adequada, livre de qualquer forma de discriminação, e assegurando que seus direitos e dignidade sejam plenamente respeitados em situações de crise.

Destaca-se, também, a importância da participação coletiva no processo de entendimento e identificação das necessidades básicas, em articulação com as demais Secretarias e Coordenadorias municipais envolvidas.

#### e) COMERCIO E INDUSTRIA

Como citado anteriormente o município de Camaragibe é 100% urbano, o que torna perceptível que desastres naturais afetam principalmente os setores do comércio e indústria da região.

Conforme a Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE-2021), o município possui 14.003 empregados no mercado formal, desses, 4.227 estão captados pelo setor de comércio e 4.924 pelo setor de serviços.

Associado aos impactos sociais acima descritos, os desastres destroem a propriedade das pequenas e médias empresas de forma severa, uma vez que as perdas de propriedade tendem a ser de grande valor.

Com mais frequência do que se imagina, desastres causam interrupções nos negócios, seja pela ausência de clientes ou por apagões. Essas situações podem ser especialmente desafiadoras para as empresas. Proteger-se contra essas interrupções é uma tarefa difícil, e as interrupções causadas por inundações são ainda mais complexas, pois poucas indústrias possuem seguros que cubram esses riscos, e os comércios geralmente ficam desprotegidos.

Há alguns negócios que fecham suas portas quando um desastre atinge e nunca reabrem; há outros que continuam por mais alguns anos, mas nunca se recuperam completamente.

A produção e o nível de riqueza do município são diretamente afetados por esses eventos, o que impacta significativamente o PIB local. Por isso, incluir os comerciantes e pequenas indústrias neste documento é fundamental para minimizar os impactos dos desastres sentidos por esses grupos. Essa inclusão atende a um princípio básico da redução de riscos de desastres: promover políticas públicas preventivas e reparatórias.



## f) RESILIÊNCIA A DESASTRES

As cidades estão cada vez mais expostas a eventos adversos, como desastres naturais e suas consequências. A frequência crescente desses eventos impõe sérios desafios aos gestores públicos na redução de riscos de desastres. Nesse contexto, o conceito de resiliência urbana torna-se cada vez mais relevante.

Cidades resilientes são aquelas que conseguem resistir e se recuperar de situações adversas, sejam elas de origem natural, social ou econômica (UNDRR, 2016). O município de Camaragibe, foi incluído em 26/12/2022 e participa da iniciativa global "Construindo Cidades Resilientes" (MCR), liderada pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos (UNDRR), estando na categoria "B"<sup>11</sup>. Essa iniciativa promove a resiliência local por meio da articulação de diversos atores, da defesa política, da troca de conhecimentos e experiências, e do estabelecimento de redes de aprendizagem entre cidades. Ao mesmo tempo, fortalece capacidades técnicas, conecta diferentes níveis de governo e fomenta alianças estratégicas.

A iniciativa (MCR) procura apoiar as cidades através de iniciativas para a redução de riscos e o desenvolvimento de resiliência por meio de um roteiro para a resiliência urbana, facilitando o acesso a ferramentas de conhecimento, diagnóstico, monitoramento e relatórios. Também oferece orientação e apoio às cidades para melhorar seu entendimento sobre redução de riscos e resiliência, melhorar o planejamento estratégico de acordo e executar ações que lhes permitam avançar (ONU, 2015).

No âmbito dessa iniciativa, a gestão municipal de Camaragibe busca coordenar ações entre as Secretarias municipais, priorizando o atendimento às populações que vivem em áreas de risco, sempre considerando a igualdade de gênero e as necessidades de pessoas com deficiência, idosos, LGBTQIAN+, pescadores, agricultores e demais grupos minoritários. As ações estão organizadas em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e estrutural.

### 10.1 DIMENSÃO SOCIAL

A Dimensão Social adota uma abordagem baseada nos direitos humanos para a gestão e redução inclusiva de riscos de desastres, promovendo a participação ativa de pessoas dos grupos minoritários na concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, especialmente em áreas urbanas. Essa dimensão busca garantir o acesso universal a serviços básicos e assegurar a existência de uma rede de

---

11 [15.MCR2030](#)



proteção social eficiente após a ocorrência de desastres. Entre as ações prioritárias, destacam-se a reserva de áreas seguras para atividades estratégicas e alojamentos temporários, bem como a mobilização de diferentes públicos de interesse em todas as etapas do processo, fortalecendo redes e alianças sociais.

Os princípios norteadores do Marco de Sendai, no artigo 19 (c), enfatizam que a redução de riscos de desastres deve proteger as pessoas, suas propriedades, saúde, meios de subsistência e bens, incluindo o patrimônio cultural e ambiental. Além disso, a promoção e proteção de "todos os direitos humanos, inclusive o direito ao desenvolvimento", é fundamental (ONU, 2021).

Para que isso se concretize, é necessário contar com uma base de evidências robusta, composta por dados desagregados, diretrizes e outras ferramentas que apoiem a formulação de políticas, estratégias e planos de redução de risco de desastres resilientes e inclusivos (ONU, 2015). O público alvo da dimensão social envolve todas as pessoas em suas diversidades de gêneros, deficiências, idosos, LGBTQIAPN+, entre outros grupos minoritários como agricultores e pescadores.

No entanto, as prioridades relacionadas à preparação, prevenção, resposta e resiliência frequentemente não incorporam adequadamente a perspectiva de gênero. Essa lacuna foi destacada no Plano de Ação de Gênero (PAG), elaborado para a implementação do Marco de Sendai 2015-2030, onde as questões de gênero, juntamente com outras demandas de grupos minoritários, foram identificadas como fundamentais para orientar planos de ação em diversas regiões do mundo.

## 10.2 DIMENSÃO AMBIENTAL

A Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecem, entre suas 17 metas, o ODS 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Esse objetivo reforça a importância da biodiversidade e da integridade dos ecossistemas como pilares essenciais para alcançar a sustentabilidade.

A iniciativa "Construindo Cidades Resilientes" destaca a adoção de planos e abordagens baseadas em ecossistemas, reconhecendo sua relevância para a qualidade de vida e o bem-estar humano (ONU-HABITAT, 2016). Da mesma forma, o Marco de Sendai também enfatiza a importância de abordagens ecológicas para a redução de riscos de desastres, alinhando-se às discussões sobre o novo Marco Pós-2020 da Biodiversidade Global.

O gerenciamento baseado em ecossistemas considera o ecossistema de forma integral, incluindo os seres humanos como parte do ambiente. Essa abordagem foca em unidades ambientais naturais, como



bacias hidrográficas, zonas úmidas e ecossistemas costeiros, junto com as comunidades humanas que habitam ou dependem desses recursos. Além disso, reconhece as pressões sociais e os excessos no uso dos recursos naturais, promovendo padrões sustentáveis de uso e ocupação do solo para garantir que as funções essenciais do ecossistema sejam preservadas, assegurando, assim, a continuidade dos serviços dos quais as populações urbanas dependem. Essa visão integrada reforça a necessidade de alinhar estratégias urbanas com a preservação ambiental, garantindo que o desenvolvimento seja resiliente e sustentável a longo prazo (ONU-HABITAT, 2016).

No Brasil, as ações integradas que contemplam a gestão sustentável do ambiente são orientadas através da Lei nº 12.608, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), com políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente e mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável.

A tomada de decisão com base na gestão sustentável considera esses fatores como parte essencial para a construção de uma cidade resiliente, por ter um caráter interdisciplinar, envolve vários atores e atua no principal foco da gestão de risco: “a redução do risco de desastres”. Como caráter preventivo, as questões ambientais são observadas no aspecto físico e natural das cidades. As áreas de morro, as áreas alagáveis e as populações que nelas residem fazem parte da estrutura socioambiental da cidade que deve ser levada em consideração nos planos de ação municipal.

Ao adotar os aspectos ambientais no Plano de Contingência Municipal, as áreas de risco do município são tratadas como prioritárias na gestão do risco de desastres do município. Algumas ações já são adotadas na gestão municipal, a exemplo da iniciativa “Governos locais para a sustentabilidade”.

As ações preventivas também são adotadas pela Proteção e Defesa Civil do município através de monitoramento das áreas de risco, treinamentos e capacitação dos moradores através dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs).

### 10.3 DIMENSÃO ECONÔMICA

A dimensão econômica tem como objetivo antecipar e mitigar os impactos dos desastres, utilizando tecnologias de monitoramento, alerta e alarme para proteger a infraestrutura, os bens comunitários e individuais – incluindo residências, bens materiais, patrimônios culturais e ambientais, além do capital econômico. Também busca minimizar os danos físicos e sociais causados por eventos climáticos



extremos, terremotos e outras ameaças naturais ou provocadas pela ação humana (UNISDR, 2016).

Estudos indicam que, em muitos países, a exposição de pessoas e ativos está crescendo mais rapidamente do que a capacidade de reduzir a vulnerabilidade. Isso resulta na geração de novos riscos e no aumento constante das perdas causadas por desastres, com impactos significativos sobre a economia, a sociedade, a saúde, a cultura e o meio ambiente, tanto a curto quanto a longo prazo. As perdas são especialmente evidentes em níveis locais e comunitários, onde pequenos desastres recorrentes e de evolução lenta afetam de forma mais intensa as comunidades, famílias e pequenas e médias empresas. Esses eventos representam uma parcela considerável das perdas totais, incentivando os governos locais a desenvolverem planos de ação focados na redução dessas perdas e danos (ONU, 2015).

Com base nessa perspectiva, o governo local atua de forma intersetorial, estabelecendo parcerias com os governos federal e estadual para a prevenção e recuperação dos prejuízos econômicos. Isso inclui medidas como incentivos fiscais, linhas de financiamento, cartas de crédito e assistência emergencial às pessoas afetadas. Essas ações são orientadas pelos princípios do Marco de Sendai, que prevê a proteção de pessoas, bens, saúde, meios de subsistência, patrimônios culturais e ambientais, além de promover e proteger os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento (ONU, 2015).

#### 10.4 DIMENSÃO ESTRUTURAL

De acordo com o UNDRR (2016), as questões relacionadas à infraestrutura abrangem moradia, meios de subsistência e transporte. As iniciativas voltadas para a construção de cidades resilientes buscam atender a população em áreas de risco, com base na Gestão de Risco de Desastres (GRD), por meio de ações que visam prever, controlar e reduzir os fatores de risco. O gerenciamento de áreas de risco inclui tanto ações de prevenção quanto de preparação, que podem ser estruturais ou não estruturais, e aplicáveis em situações de risco existente ou potencial. As ações estruturais, que focam em mitigar as consequências de processos naturais sobre o ambiente físico, envolvem intervenções como a estabilização de encostas e obras de engenharia voltadas para a macro e microdrenagem. Essas intervenções são essenciais para a urbanização de áreas vulneráveis e, em muitos casos, exigem a realocação de moradores das áreas de risco.

Essas iniciativas seguem as principais diretrizes do programa "Construindo Cidades Resilientes", com base nos dez passos para tornar as cidades mais resilientes, conforme estabelecido pelo UNDRR (2016).



**3. Fortalecer a capacidade financeira para resiliência:** investir em infraestrutura e recursos para que a cidade possa responder a desastres.

**4. Buscar um desenvolvimento urbano resiliente:** construir cidades que sejam mais resistentes a eventos adversos.

**8. Aumentar a resiliência da infraestrutura:** investir em infraestrutura que seja mais resistente a eventos adversos.

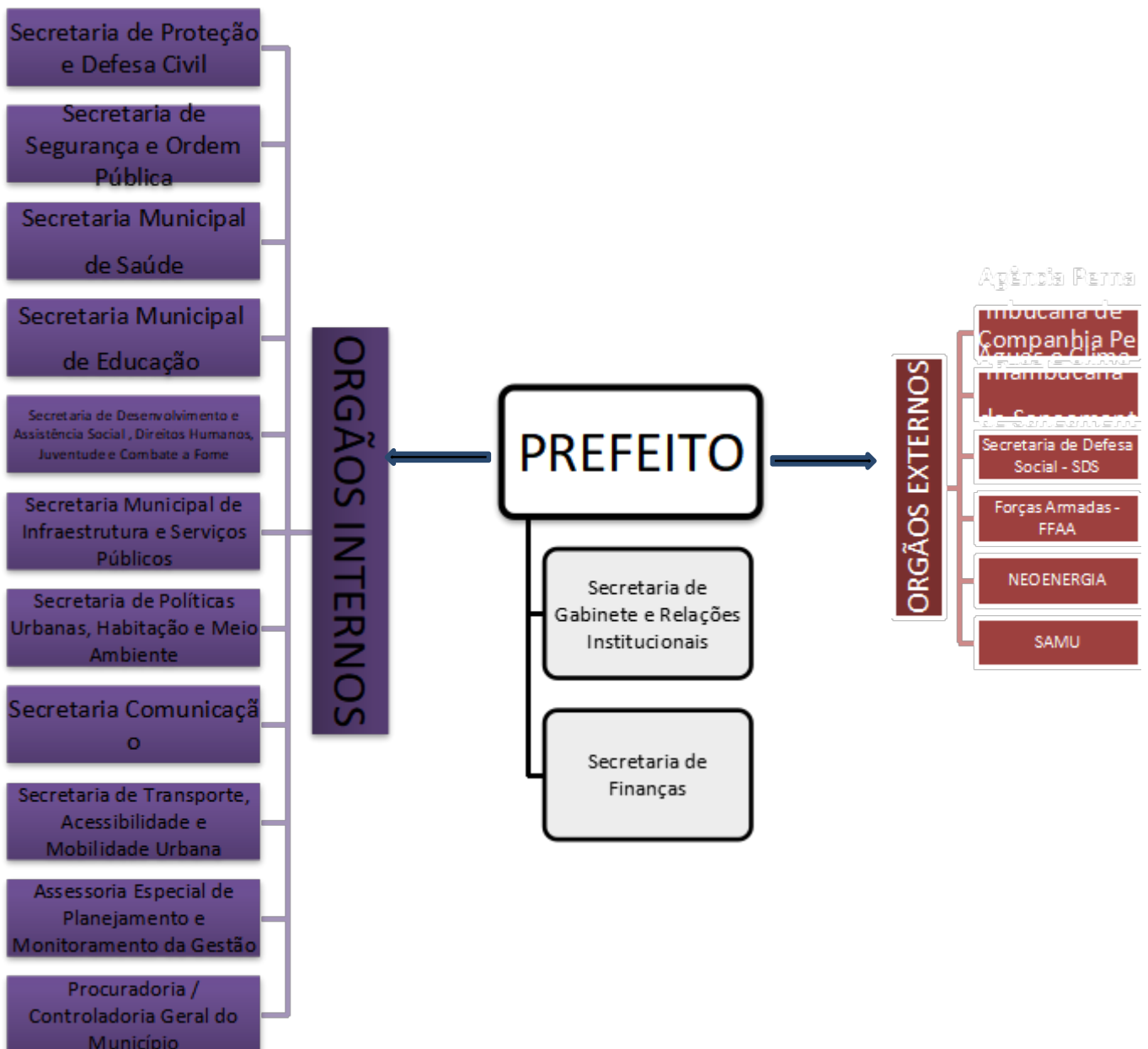
**10. Acelerar a recuperação e reconstruir melhor:** investir em medidas para reconstruir a cidade de forma mais resiliente após um desastre.



## 11. CICLO DA GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES - GRD

Em situações de iminência de um desastre natural ou tecnológico, a gestão dos riscos será coordenada pela Secretaria de Proteção e Defesa Civil, em colaboração com outras Secretarias municipais e órgãos externos, conforme ilustrado na figura 14. O acionamento de entidades como o SAMU, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar será realizado conforme a demanda das ocorrências registradas na fase de gerenciamento do desastre.

Figura 8 - Organograma dos Órgãos Internos e Externos Responsáveis pela Execução e Apoio ao Plano de Contingência Municipal



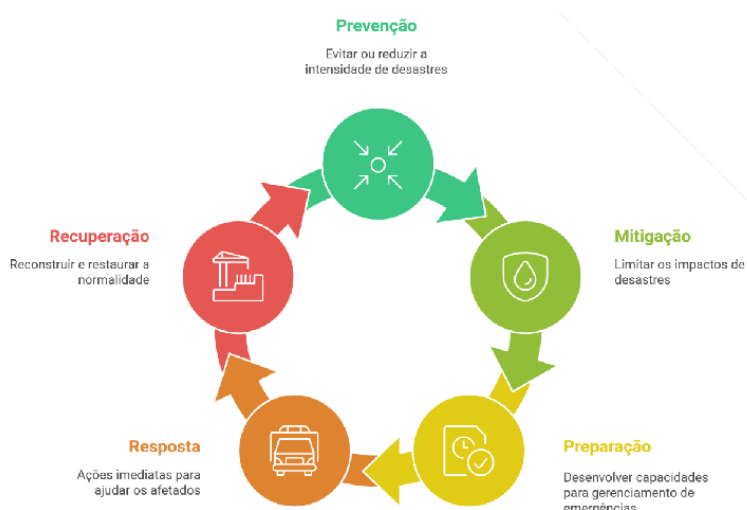


A gestão de riscos inicia-se com as fases de prevenção e mitigação, que visam avaliar e reduzir os riscos de desastres. Posteriormente, entra em ação a fase de preparação, que busca implementar medidas para otimizar a resposta do sistema de defesa civil aos eventos adversos.

Essa gestão envolve a coordenação e preparação dos diversos agentes envolvidos e se subdivide em duas frentes principais: Gestão de Risco e Gestão de Desastres (Figura 8).

No caso específico de eventos relacionados ao rompimento de barragens, a Secretaria de Proteção e Defesa Civil executará as ações sugeridas pelo Plano de Ação Emergencial (PAE) do órgão responsável pela barragem.

Figura 9 - Fases da Gestão de Risco - Defesa Civil



### 11.1 ATRIBUIÇÕES GERAIS

Todos os envolvidos no PLANCON-PDC devem se mobilizar para assegurar uma resposta eficaz ao desastre, conforme suas atribuições previamente estabelecidas. As **responsabilidades gerais** de cada participante do Plano de Contingência incluem:

- Seguir a matriz de responsabilidades e as atribuições definidas, em conformidade com os acordos realizados entre as Secretarias internas e órgãos externos ao poder municipal;
- Manter um plano de chamada atualizado, garantindo a prontidão do pessoal de sua organização e/ou Secretaria para a implementação do plano;



- Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para a execução das tarefas atribuídas à sua organização e/ou Secretaria;
- Preparar e implementar convênios e termos de cooperação que viabilizem a participação de sua organização e/ou Secretaria na execução do plano;
- Identificar e suprir as necessidades de comunicação essenciais para o cumprimento das tarefas atribuídas à sua organização e/ou Secretaria;
- Identificar fontes de equipamentos e recursos adicionais necessários para a realização das atividades previstas no plano;
- Garantir a continuidade das operações de sua organização e/ou Secretaria, incluindo o revezamento adequado de responsáveis em posições chave;
- Identificar e implementar medidas de segurança para proteger as pessoas designadas à execução das tarefas atribuídas à sua organização e/ou Secretaria.

## 11.2 ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

As Secretarias da Prefeitura Municipal de Camaragibe junto com os órgãos internos e externos convocados, terão atribuições específicas para cada fase da gestão de risco. responsabilidades serão definidas conforme o tipo de risco, seja ele natural ou tecnológico, e o momento de acionamento será determinado de acordo com a iminência do evento. Todas as atribuições deverão ser cumpridas conforme indicado na matriz de responsabilidades (anexa), previamente acordada com os participantes do PLANCON.

## 12. CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANCON

### 12.1 DESASTRES NATURAIS

As ações relativas aos desastres naturais, incluindo os riscos meteorológicos, hidrológicos e geológicos, serão executadas conforme as **fases da gestão de risco** indicadas na matriz de responsabilidade. Cada órgão, interno ou externo, deverá cumprir suas atribuições específicas de acordo com sua área de atuação.



.Vale destacar que o emprego de **voluntários ocorrerá na fase de resposta** ao desastre. As atividades dos voluntários estarão voltadas ao apoio no deslocamento das pessoas das comunidades para os Pontos de Encontro, seguindo as rotas de fuga seguras, conforme indicado no mapa de risco das localidades. Além disso, deverão seguir as orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e à conduta no cenário de desastre, conforme treinamentos realizados pela Defesa Civil Municipal e pelos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs). A atuação dos NUPDECs nas comunidades em áreas de risco é fundamental para a execução eficaz das ações do Plano Integrado de Emergência e do Plano de Contingência de Desastres Naturais.

## 12.2 DESASTRES TECNOLÓGICOS

### 12.2.1 Colapso em edificações

O Plano de Contingência Municipal para ações operativas relacionadas ao colapso de edificações baseia-se em critérios estabelecidos a partir de análises realizadas pela Defesa Civil municipal, que incluem vistorias das edificações e a indicação de risco. Essas análises envolvem avaliações e mapeamentos de riscos potenciais, além da identificação de cenários com risco iminente de desabamento.

Na eventualidade de um colapso em edificações, serão seguidas as fases do Plano de Contingência relacionadas ao risco de desabamento de alvenaria resistente, conforme acordado previamente com os órgãos internos e externos listados na matriz de responsabilidade.

### 12.2.2 Barragens

O Plano de Contingência para riscos relacionados ao rompimento de barragem segue as diretrizes estabelecidas pelo órgão empreendedor, que, em seu Plano de Ação Emergencial (PAE), delineou as ações de prevenção, mitigação e resposta nas Zonas de Autossalvamento (ZAS) e Segurança (ZSS). As responsabilidades atribuídas à Defesa Civil Municipal e aos órgãos externos estão detalhadas na matriz de responsabilidade.



### 13. GATILHOS METEOROLÓGICOS/ GEOLÓGICOS X PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA PARA O MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE

Os gatilhos meteorológicos e geológicos serão acionados com base nos alertas emitidos (Tabela 17) e nas informações divulgadas pelos órgãos oficiais de meteorologia, como CEMADEN, APAC, INMET e ANA. Atualmente, a Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC) e CEMADEN operam nove pluviômetros no município, localizados nos seguinte lugares:

Tabela 17 - Localização dos pluviômetros

PCD	Endereço	Ponto Referência
Vila da Fabrica	Rua Charlie Darwin, 239 , Vila da Fabrica	Ginásio Poliesportivo Aluizio Rocha
Timbi	Av. Belmino Correia	Dentro do terreno da Guarda Ambiental
	Rua Damião Pedro da Cruz, 512R	Dentro da área de retransmissora de telefonia
Convento Carmelo	Rua Irmã Margarida Maria	Dentro da área do Convento Carmelita – próximo ao portão principal
Jardim Primavera		
Aldeia	Av Luiza de Medeiros, 875	Na laje superior do CEMEC – Caixa D'água
Alberto Maia	Rua Monte Carlos , 820	Dentro do Colégio Santo Anônio
Bairros dos Estados	Rua Mato Grosso s/n	Dentro da escola Carmela Ourico Lapenda – Caixa D'água
Prefeitura	Av. Belmino Correa, 3038	Pátio de Estacionamento
		Laje superior – Caixa D'água
UR7	Rua Vale do Sirigi, 1074	Dentro da área de retransmissora de telefonia

Os dados desses pluviômetros podem ser consultados no site da APAC (<https://geoportal.apac.pe.gov.br>) e ([Informacoes das PCDs Cemaden](#)). Informações em tempo real sobre previsões meteorológicas e riscos associados poderão ser visualizadas pelo sites acima descritos.



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

Tabela 18 - Gatilhos Meteorológicos em Relação ao Tempo de Precipitação

ESTADO	PREVISÃO DE CHUVAS	NIVEL DOS RIOS	ALERTA DO CEMADEN	OUTROS INDICADORES
<b>NORMALIDADE</b>	≤ 30mm em até 24h	nível normal	-	sem previsão de chuvas e ausência de ocorrências
<b>OBSERVAÇÃO</b>	30mm a 50mm em até 24h	cota de alerta	ALERTA ALTO: Probabilidade alta de deslizamentos em 2h	com previsão de chuvas e ausência de ocorrências graves
<b>ALERTA</b>	50mm a 100mm em até 24h	cota de inundação	ALERTA MUITO ALTO: Probabilidade alta de deslizamentos em 1h	Chuvas + ocorrências + danos e prejuízos + pontos de alagamentos
<b>ALERTA MÁXIMO</b>	acima de 100mm em até 24h	cota de inundação	ALERTA MAXIMO: Probabilidade alta de deslizamentos a qualquer instante	Chuvas + ocorrências + danos e prejuízos + pontos de alagamentos

Fonte: Secretaria/Coordenadoria de Defesa Civil, 2025



## 14. FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA GERENCIAMENTO DE RISCO

A SECDEF conta com **CINCO** ferramentas e técnicas projetadas para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos associados a desastres naturais: (i) Sistema de Alerta e Alarme; (ii) Acompanhamento Meteorológico em Tempo Real; (iii) Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil; (iv) Sala Integrada de Emergência; e (v) Simulação de Desastres.

O objetivo dessas iniciativas é proteger vidas, preservar o patrimônio e reduzir as consequências sociais, além de minimizar os danos ao meio ambiente. Isso é alcançado por meio de comunicações formais sobre riscos, leitura meteorológica em tempo real, mapeamento de áreas suscetíveis a desastres e análise de vulnerabilidades.

### 14.1 SISTEMA DE ALERTA E ALARME

Os sistemas de alerta e alarme são mecanismos operacionais destinados à previsão, monitoramento e notificação das condições ambientais que favorecem a ocorrência de desastres (MDR, 2021).

Esse sistema é o principal meio de comunicação sobre riscos de desastres para a população e autoridades. Ele é composto por cinco fases: **normalidade, observação, alerta e alerta máximo**. Cada fase é definida por critérios (danos e prejuízos) e parâmetros específicos (como radar meteorológico e precipitação), conforme ilustrado na tabela 17. Esses critérios e parâmetros são ajustados de acordo com a avaliação de risco de desastres.

Tabela 19 - Gatilhos meteorológicos

ESTADO	PREVISÃO DE CHUVAS	NIVEL DOS RIOS	ALERTA DO CEMADEN	OUTROS INDICADORES
<b>NORMALIDADE</b>	≤ 30mm em até 24h	nível normal	-	sem previsão de chuvas e ausência de ocorrências
<b>OBSERVAÇÃO</b>	30mm a 50mm em até 24h	cota de alerta	ALERTA ALTO: Probabilidade alta de deslizamentos em 2h	com previsão de chuvas e ausência de ocorrências graves
<b>ALERTA</b>	50mm a 100mm em até 24h	cota de inundação	ALERTA MUITO ALTO: Probabilidade alta de deslizamentos em 1h	Chuvas + ocorrências + danos e prejuízos + pontos de alagamentos
<b>ALERTA MÁXIMO</b>	acima de 100mm em até 24h	cota de inundação	ALERTA MAXIMO: Probabilidade alta de deslizamentos a qualquer instante	Chuvas + ocorrências + danos e prejuízos + pontos de alagamentos



Figura 10 - Ciclo de Monitoramento do Sistema de Alerta e Alarme

Fase I - Normalidade	Fase II - Observação	Fase III - Alerta	Fase IV - Alerta Máximo
Chuva ≤ 30mm em até 24h	Chuva 30mm a 50mm em até 24h	Chuva 50mm a 100mm em até 24h	Chuva acima de 100mm em até 24h
sem previsão de chuvas e ausência de ocorrências	com previsão de chuvas e ausência de ocorrências graves + Alerta alto do CEMADEN de deslizamento de terra	Chuvas + ocorrências + danos e prejuízos + pontos de alagamentos + Alerta muito alto do CEMADEN de deslizamento de terra	Chuvas + ocorrências + danos e prejuízos + pontos de alagamentos + Alerta Máximo do CEMADEN de deslizamento de terra.
FASE I de responsabilidade interna da SECDEF, engloba as principais ações de mitigação e prevenção.	FASE II - de responsabilidade interna da SECDEF, engloba as principais ações de mitigação e prevenção.  Etapa onde os alertas são emitidos à população, início da preparação para evacuação das áreas R4	FASE III - etapa de resposta. Ocorre a mobilização dos agentes de defesa civil para ativação do Plano de Ação (INICIO DA FASE II DO PLANO DE ATIVAÇÃO) + Emitir alerta para evacuação imediata.  Possibilidade de ativação do PLANCON	FASE IV – etapa de resposta + Emitir alerta para evacuação obrigatória.  Instalação do Gabinete Integrado de Emergência e Posto de Comando Geral na sede da SECDEF.  O Prefeito assume o papel de Gerenciador de Risco. Analisar a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública

Fonte: SEDEC Camaragibe

As fases I e II são de responsabilidade interna da SECDEF, englobando as principais ações de mitigação e prevenção de desastres. Já nas fases III e IV, concentram-se as etapas de resposta.

Os alertas são enviados à população a partir da fase II (Observação), quando emitidos alertas da APAC ou ocorrem chuvas com acumulados significativos (30mm a 50mm até 24h). Nessa fase, em decorrência do alerta alto do CEMADEN de deslizamento de terra, é dado início a etapa de preparação para evacuação da população que se encontra nas áreas de risco R3 e R4.

A partir da fase III (Alerta), ocorre a mobilização do efetivo da Defesa Civil para sede. Nessa etapa é dado alerta/ alarme para evacuação imediata da população que se encontra nas áreas de risco R3 e R4

A fase IV reflete um aumento nos acumulados de chuva e nas ocorrências de danos e prejuízos à população, especialmente àquelas que vivem em áreas suscetíveis a deslizamentos ou inundações. Nessa fase, o Gabinete Integrado de Emergência e Posto de Comando Geral é ativada, sendo a principal ferramenta para a coordenação e gerenciamento de desastres.



É importante ressaltar que, em situação de Alerta Máximo, o Prefeito assume o papel de gerenciador de risco, ao mesmo tempo em que analisa a decretação de situação de emergência ou calamidade pública. Também nessa etapa é emitido um alerta/alarme para evacuação obrigatória de todos que residem áreas de risco R3 e R4.

Os alertas são encaminhados por meio das redes sociais oficiais da prefeitura (WhatsApp, Instagram), e da Plataforma de Interface de Divulgação de Alertas Públicos (IDAP), uma ferramenta disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e pela Defesa Civil Nacional.

Os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs) desempenham um papel fundamental como mediadores da comunicação de risco nas áreas mais afetadas por desastres. Os voluntários são treinados e preparados para informar a população sobre os riscos de forma direta, realizando abordagens porta a porta, além de iniciar a mobilização para evacuação quando necessário.

#### 14.1.1.Preparação para evacuação de área

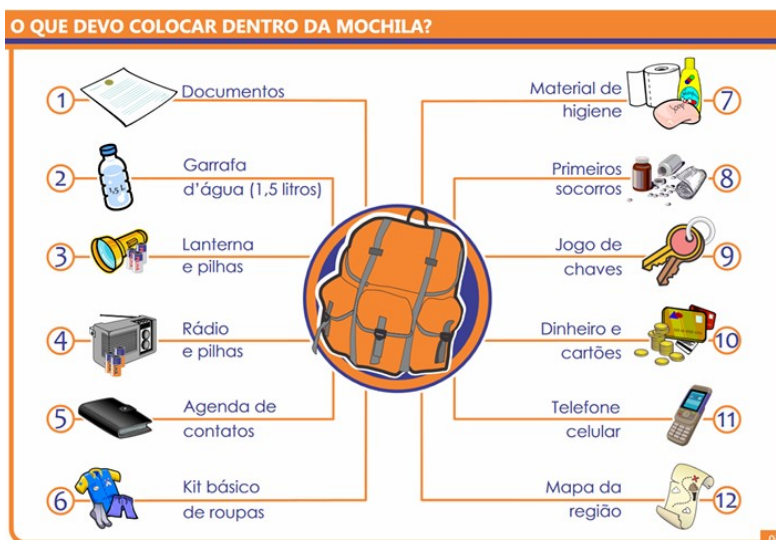
Os moradores das áreas de risco de movimentos de massa poderão receber os ALARMES do município de diversas formas, por exemplo, via: Envio de mensagem SMS, Redes sociais: WhatsApp, etc., apitos, megafones, Canais de Rádio e/ou TV; Veículos da DCM (carros de som, etc.), NUPDECs.

As ações realizadas antes ou na iminência de um desastre têm por objetivo evitar danos à população caso o cenário venha a se concretizar.

O morador deve iniciar, imediatamente, as ações de Preparação para Evacuação assim que receber o comunicado de Alerta Alto/Alerta de Preparação para Evacuação do município. Ou seja, deverá conferir agilmente seu kit/mochila, conforme figura, preparado anteriormente conforme recomendação no plano de contingência.



Figura 11 - Kit Mochila



Em seguida, o morador ficará de prontidão até receber o Alerta Muito Alto/Alarme para Evacuação Imediata quando de fato terá que desocupar seu imóvel imediatamente, percorrendo rotas de fuga pré-estabelecidas até atingir aos pontos de encontro ou abrigo.

Diante das áreas operacionais e identificados os riscos R3 e R4, foram definidas as rotas e acolhimentos abaixo:

ÁREA	BAIRRO	SUBDIVISÕES	RUA PARA EVACUAÇÃO	PONTO DE ENCONTRO	ROTA
1	ESTADOS	XXX	Rua Bom Jesus	<b>Escola Municipal Carmela Orrico Lapenda</b>	MAPA 1
			Rua 21 de Abril		
			Rua Henrique Dias		
			Rua Minas Gerais		
			Rua Rio de Janeiro		
			Rua Maranhão		
			Rua Paraná		
			Rua Mato Grosso		



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

ÁREA	BAIRRO	SUBDIVISÕES	RUA PARA EVACUAÇÃO	PONTO DE ENCONTRO	ROTA
<b>2</b>	AREINHA	XXX	Rua Pedro Borges	<b>Casa da Sra Neide Maria Dias Amâncio</b>	MAPA 2
	CARMELITAS	XXX	Rua Oscar Silva Figueiredo	<b>Assembléia de Deus em Carmelitas</b>	MAPA 3
			Rua Alto São Paulo		
			Rua Santa Maria		
	ALTO PADRE CÍCERO	XXX	Rua Filadélfia	<b>Escola Estadual Prof. Antônio Carneiro Leão</b>	MAPA 4
			5ª Travessa Teófilo de Melo		
	AREIRO	XXX	Rua Amaro Albino Pimentel	<b>Assembléia de Deus do Areiro</b>	MAPA 5
			Rua Santa Clara		
			Rua São Roberto		
			Rua Antônio Camilo		
			Rua Araci		
			Rua Major Isidoro		
			Rua Maria das Dores		
			Rua Henrique de Holanda		
	ESTAÇÃO NOVA	XXX	Rua Manoel Bandeira	<b>Escola Municipal Santo Antônio</b>	MAPA 6
			Rua Oliveira Lima		
			Rua Presidente Kennedy		
			Rua Itapemirim		
			Rua Nova América		
	ALTO SANTO ANTÔNIO	Córrego do Desastre	Rua Nova Jerusalem	<b>Escola Municipal Marcelo José</b>	MAPA 7
Rua José Isídio					
Rua Maria Isabel de Santana					
Rua Getúlio Alves de Albuquerque					
XXX		Rua João Félix			
		Rua 13 de Maio			
TIMBI	XXX	Rua Clodoaldo Marques de Santana	<b>Escola Municipal Lúcia Guerra</b>	MAPA 8	
		Rua Dr. Eugênio			
		Rua Antônio Soares de Lima			



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

ÁREA	BAIRRO	SUBDIVISÕES	RUA PARA EVACUAÇÃO	PONTO DE ENCONTRO	ROTA
3	LOTEAMENTO SÃO PEDRO	XXX	Rua Cosme Damião	<b>Escola Municipal Prof. Paulo Freire</b>	MAPA 9
			Rua Estrada das Pedreiras		
			2ª Travessa Estrada das Pedreiras		
			Travessa São Miguel		
	JARDIM PRIMAVERA	XXX	Rua Maria Barbosa	<b>Escola Municipal Jardim Primavera</b>	MAPA 10
			Rua Gilberto Viegas		
	VALE DAS PEDREIRAS	XXX	Rua Safira	<b>Associação de Moradores do Vale da Pedreiras (Sede Nosso Vale)</b>	MAPA 11
			Rua Águas Marinhas		
			Rua Gilberto Viegas		
			Estrada dos Macacos		
	VILA DA FÁBRICA	XXX	Rua José de Arruda	<b>Clube Guarany</b>	MAPA 12
			Travessa Riacho		
4	TABATINGA	Centro	Rua 24 de Maio	<b>Assembleia de Deus de Tabatinga</b>	MAPA 13
			Rua 25 de Maio		
			Rua 26 de Maio		
			Rua São Lucas		
		Centro	2ª Travessa Luiza de Medeiros	<b>Creche Judite Maria</b>	MAPA 14
			Rua Georgia		
			Rua São Francisco de Assis		
		Córrego da Andorinha	Rua Antônio de Castro	<b>Escola Municipal Antônio Luiz de Souza</b>	MAPA 15
		Córrego do Jacaré	Rua Dias Martins		
			Rua Galvão Raposo		
			2ª Travessa Amaro Duarte		
			Rua Amaro Coutinho		
		Córrego do Paleta	Rua André Rebouças		
			Rua Ana Nery	<b>Instituto São Jorge</b>	MAPA 16
			Rua Armando Soriano		
		Rua Uberlândia			
		Ostracil	Rua Aragão	<b>Escola Municipal Ercina Lapenda</b>	MAPA 17
			Rua São Paulo		
Rua Apolo					



### **a) Rotas de fuga**

As rotas de fuga serão estabelecidas para cada cenário de risco e devem indicar o caminho mais seguro entre as áreas de risco ocupadas pela população e os pontos de encontro e/ou abrigos. Para definição das rotas de fuga, recomenda-se que cumpram alguns requisitos básicos:

- Preferencialmente devem ser traçadas em um trabalho conjunto entre agentes da defesa civil municipal e moradores das áreas de risco. Essa população alvo é a mais indicada para definir essas rotas de fuga, uma vez que, constitui-se de pessoas com conhecimento do seu ordenamento espacial (acessos, escadarias, concentrações de construções, etc.) de onde vivem;

- Deve evitar cruzar áreas de perigo que coloquem a população em risco durante a evacuação da área. Quando for impossível evitar que uma rota de fuga atravesse uma área de perigo recomenda-se que o trecho perigoso (susceptível a movimento de massa e até mesmo a inundação) seja devidamente identificado, sinalizado e de conhecimento da população alvo;

- Devem buscar trajetos que minimizem as dificuldades de deslocamento, evitando barreiras físicas, inclinações excessivas, transposições de obstáculos, levando em conta eventuais necessidades especiais de pessoas da comunidade;

- Devem permitir a saída da população das áreas de risco no menor tempo possível;

- Devem ser sinalizadas por meio da instalação de placas indicativas da direção a seguir e da distância a percorrer até ao ponto de encontro;

- As placas devem ser instaladas a cada mudança de direção ou em linha reta e, dentro do limite do alcance visual. Ou seja, estando em uma placa, deve-se enxergar a outra;

- As placas devem ser confeccionadas em material durável e pintadas em cores vivas utilizando tintas ou adesivos refletivos, facilitando sua visualização quando da utilização de lanternas durante períodos de pouca luz solar;

- Quando as condições permitirem, é desejável que haja iluminação artificial ao longo das rotas de fuga;

- Definir, entre a própria população residente dessas áreas de risco, equipe responsável por conduzir os moradores vulneráveis pelas rotas de fuga de forma adequada durante a evacuação.



### **b) Pontos de encontro ou acolhimento**

São áreas seguras para onde os moradores de áreas de risco de movimentos de massa se deslocam no processo de evacuação, percorrendo rotas de fuga prioritariamente definidas no Plano de Contingência.

Posteriormente, seguem para os abrigos mediante orientações e autorização dos agentes da Defesa Civil Municipal. Seguem abaixo, alguns requisitos para definição dos Pontos de Encontro:

1. Preferencialmente, devem ser áreas externas aos setores de perigo e de risco de movimentos de massa mapeados pela CPRM;
2. Devem ser áreas seguras e definidas em conjunto com agentes da defesa civil municipal e moradores das áreas de perigo, além de outros atores envolvidos no gerenciamento de riscos e desastres do município. Informações locais são muito valiosas e aumentam o comprometimento das pessoas dessas áreas de risco com as ações contidas no plano de contingência;
3. As rotas de fuga também são um elemento importante para escolha dos Pontos de Encontro, uma vez que, interligam as residências em setores de risco com áreas seguras onde se concentrarão os vulneráveis no processo de evacuação;
4. Áreas que acolherão as pessoas das áreas de perigo e de risco após a evacuação de suas residências e percorrer rotas de fuga pré-estabelecidas no plano;
5. Os moradores permanecerão nos Pontos de Encontro até que agentes da defesa civil municipal, líderes comunitários ou NUPDECs capacitados e treinados repassem orientações a eles sobre as atuais condições geológicas, meteorológicas, das vias terrestres, dos rios, dos abrigos, etc.;
6. Em seguida, os moradores poderão seguir para os abrigos desde que agentes da defesa civil municipal, líderes comunitários ou NUPDECs liberem este deslocamento em condições seguras de mobilização através das rotas de fuga;
7. No momento da evacuação, não é necessário que os moradores das áreas de risco se dirijam primeiramente aos pontos de encontro para apenas em seguida ir aos abrigos. Caso o abrigo esteja mais próximo do Cenário de Risco que o Ponto de Encontro, as pessoas podem se locomover diretamente para o abrigo, desde que estabelecido no Plano de Contingência, sempre seguindo as rotas de fuga pré-estabelecidas;
8. Deverão ser permanentemente identificados e atualizados, quando necessário. A localização dos Pontos de Encontro deverá ser divulgada a toda população que ocupa os cenários de risco;
9. Nos Pontos de Encontro em que houver disponibilidade (espaço físico e seguro), podem ser alocados mantimentos e/ou equipamentos para servirem de apoio durante uma emergência (enquanto tiver presença de morador evacuado e no aguardo orientações da defesa civil municipal), tais como: lanternas,



sinalizadores, alimentos não perecíveis, dentre outros.

### **c) abrigos**

É conveniente identificar outros elementos de interesse existentes no entorno das áreas de risco ou dentro delas desde que sejam seguros e, que tenham potencial utilidade para as ações previstas no Plano de Contingência, tais como abrigos ou locais para abrigamentos.

Seguem abaixo, alguns requisitos para definição dos Abrigos ou Locais para Abrigamentos:

1. Um abrigo deve ser localizado em local seguro, interna ou externamente aos dos cenários de risco. Internamente, apenas quando definitivamente não tiver outro lugar seguro, próximo e no entorno das áreas de perigo e de risco;

2. As rotas de fuga devem ser de fácil acesso para que os moradores das áreas de risco possam se deslocar sem impedimentos, tanto dos pontos de encontro como de suas residências para os abrigos ou locais de abrigamentos;

3. Caso o município não possua ou não tenha condições de construir abrigo próprio, os pontos de encontro, nesses casos, podem servir de locais de abrigamentos temporários, desde que tenham estrutura adequada para tal;

4. A Defesa Civil Municipal deverá mapear todos os elementos de interesse dentro e no entorno dos Cenários de Risco, ou seja, instituições públicas (por exemplo, escolas) e privadas que podem servir de locais de abrigamentos, além de cadastrar os abrigos propriamente ditos, caso existam no município.

5. De acordo com a Lei Federal nº 12.608/2012, compete aos municípios organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e de segurança;

6. A Política Nacional de Assistência Social incluiu o gerenciamento de abrigos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, cabendo ao Assistente Social a responsabilidade de gerenciar os abrigos provisórios em calamidades públicas emergenciais;

7. O planejamento das ações de abrigo deve essencialmente garantir o provimento de água, alimentação, boas condições de higiene, saúde e segurança, além de elementos mínimos que garantam o respeito e a dignidade humana. Com essa concepção é necessário dar atenção a situações igualmente importantes, como considerar que a organização do espaço deve privilegiar a condição de aglutinação familiar ou de vizinhança. Em uma situação de abrigamentos, é de fundamental importância a garantia da segurança nas áreas evacuadas e interditadas por parte do Poder Público;



8. Os abrigos ou locais de abrigamentos têm que prever ações de preparação para o processo de evacuação, antes mesmo do desastre se concretizar. Na iminência de um desastre de movimento de massa, os abrigos devem ser abertos e prontamente preparados para receber a população que venha a evacuar das áreas de risco;

9. A depender das proporções e da complexidade do cenário, esta ação pode ser subdividida em outras ações menores, como a mobilização da equipe responsável pelo abrigo, preparação do local para recebimento da população, abertura do abrigo e até mesmo a finalização das atividades do abrigo, após o desastre e do retorno à normalidade;

10. Caso um cenário de risco de movimento de massa se concretize, impossibilitando o retorno da população à suas casas, os moradores terão que permanecer no abrigo provisoriamente até que uma solução definitiva seja alcançada. Nesse caso, o abrigo deverá ter condições de dar suporte à população por todo esse período;

#### 14.2 NÚCLEO COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (NUPDECS)

Os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs) são formados por voluntários da própria comunidade, que desempenham um papel fundamental nas ações preventivas em áreas de risco. Além disso, oferecem orientação à população e prestam socorro imediato em situações de emergência ou calamidade. Esses núcleos atuam como elo entre a Defesa Civil Municipal e a comunidade local, com o objetivo de capacitar e organizar moradores para atuarem nos diferentes ciclos da gestão de riscos, em articulação com a Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil. As principais atividades desenvolvidas pelos NUPDECs incluem:

- Avaliação de riscos e elaboração de mapas temáticos que identificam ameaças, vulnerabilidades dos cenários e áreas de risco acentuadas.
- Promoção de medidas preventivas, tanto estruturais quanto não estruturais, com o objetivo de reduzir os riscos de desastres.
- Elaboração de Planos de Contingência para responder a possíveis desastres, além da realização de exercícios simulados para aprimorar esses planos.
- Treinamento de voluntários e equipes técnicas operacionais para atuar em situações de desastre.



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

A Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil conta com o apoio de quatro NUPDECs na gestão de riscos de desastres naturais, localizados nas comunidades abaixo:

Tabela 20 - Bairros de Caramagibe por área operacional

AREA 1	
1	BAIRROS DOS ESTADOS
AREA 2	
14	ALBERTO MAIA (Santa Maria, Santa Terezinha)
	ALTO SANTO ANTONIO
	AREEIRO
	BAIRRO NOVO (Alto Padre Cícero)
	CELEIRO
	CEU AZUL
	ESTAÇÃO NOVA
	LOTEAMENTO JOÃO PAULO II
	LOTEAMENTO SÃO JOÃO , SÃO PAULO (Paulo Afonso)
	SANTA TEREZA
	SANTA MÔNICA
	SANTANA
	TIMBI
	VIANA (Córrego do Desastre)
AREA 3	
9	ALDEIA DE BAIXO
	ALTO DA BOA VISTA
	VILA DA INABI
	JARDIM PRIMAVERA
	LOTEAMENTO SÃO PEDRO
	LOTEAMENTO SÃO PAULO
	NAZARÉ
	VALE DAS PEDREIRAS (Macacos)
	VILA DA FÁBRICA
ÁREA 4	
5	ALDEIA (Loteamento Telebrás, Araçá, Ostracil)
	TABATINGA (Corrego Andorinha, Burro, Inferno, Jacaré, Paletó, Loteamento São Jorge, Baixinha, )
	BORRALHO
	OITENTA
	VERA CRUZ



### 14.3 SALA DE MONITORAMENTO

A Sala Monitoramento (SIE) é um espaço físico dedicado ao monitoramento das condições meteorológicas e ao atendimento do call center 24 horas.

Além da coleta de informações meteorológica das estações da APAC, a sala faz parte do conjunto de equipamentos utilizados na prevenção e resposta a situações de risco natural. Nas fases 3 (“Alerta”) e 4 (“Alerta Máximo”), com a decretação de situação de emergência ou calamidade pública, a Sala de Monitoramento se torna o elo importante entre as ocorrências / demandas e o Gabinete Integrado de Emergência, com o Prefeito assumindo o papel de gerenciador de risco e tomador de decisões da Defesa Civil no município.

### 14.4 SIMULAÇÃO DE DESASTRE

Utilizado para prever ocorrências e impactos de desastres, o Simulado é baseado na simulação de cenários de risco, como inundações e movimentação de massa. Ele faz parte do Plano de Contingência para desastres relacionados a riscos naturais (geológicos e hidrológicos) e tecnológicos (colapso de barragens), sendo estabelecido nas fases de preparação e resposta.

Os objetivos gerais da realização do simulado incluem:

- Promover a participação da comunidade;
- Avaliar a capacidade de ação do poder público;
- Analisar os protocolos de atendimento.

Os objetivos específicos são:

1. Informar a população das áreas de risco sobre a realização do simulado;
2. Instruir instituições que integram os órgãos internos e externos sobre o plano de contingência e as ações da matriz de responsabilidade a serem desempenhadas durante o simulado;
3. Orientar a população sobre os procedimentos a serem adotados em caso de evacuação das áreas de risco;
4. Realizar a evacuação da comunidade das áreas de risco de forma eficiente, com um tempo determinado de acordo com as características de cada local;
5. Testar a funcionalidade dos abrigos;



**PREFEITURA DE**  
**CAMARAGIBE**

6. Verificar se os meios de transporte conseguem atender à demanda de evacuação das pessoas afetadas em um tempo hábil;
7. Promover a integração entre os órgãos de resposta a desastres e as entidades da sociedade civil;
8. Incentivar a participação das organizações da sociedade civil.

Camaragibe, 30 de Março de 2026.

DIEGO DA ROCHA CABRAL  
Prefeito



## 15. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA. Bacias Hidrográficas - GL -2. Disponível em: <https://www.apac.pe.gov.br/bacias-hidrograficas-gl-2/185-bacias-hidrograficas-gl-2/223-gl-2>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, 2022. Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE) - Taxa de envelhecimento. Período de Referência (1991–2022). Disponível em:

[http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao\\_formato2.aspx?codFormatacao=1542&CodInformacao=1288&Cod=3](http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=1542&CodInformacao=1288&Cod=3). Acesso em: 20 de ago. 2025.

BODESTIN, A.; LIMA, A. V. V.; BARROS, A. M.G. A vulnerabilidade do idoso em situações de desastres: necessidade de uma política de resiliência eficaz. Ambiente e Sociedade, v.XVII, n.2, p. 157-174, abr.-jun. 2014. São Paulo. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/mVBdgpwNz5YymN4tTQZHGXR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, 2004.

BRASIL. Secretaria/Coordenadoria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA) / Agência Nacional de Águas (ANA). Serviços Analíticos e Consultivos em Segurança de Barragens; Produto 4, Classificação de Barragens: Avaliação dos Critérios Gerais Atuais, Metodologia Simplificada para Áreas Inundadas a Jusante e Diretrizes para a Classificação. Contrato N° 051/ANA/2012, Relatório final. Brasília, maio 2014.

BRASIL. Lei Federal 12.608, de 10 de abril de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n°s 12.340, de 1° de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.



# PREFEITURA DE CAMARAGIBE

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Plano Municipal de Redução de Riscos. \_\_\_\_\_MUNICÍPIO\_\_\_\_\_ - PE: Relatório 1, Plano de Trabalho Caderno de mapas. Brasília, 26 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Midiateca - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade). Publicado em: 07 dez. 2017. Disponível em: [Classificação e Codificação Brasileira de Desastres \(Cobrade\) - Cemaden Educação](#). Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Cemaden e IBGE lançam base de dados sobre população exposta em áreas de risco de desastres. 29 jun. 2018. Disponível em: [População em áreas de risco no Brasil | IBGE](#) Acesso em: 12 jun. 2025.

DIL, G.; COSTA, C. L. B.; Subcidadania LGBTI+ nos desastres ambientais e a força integrativa da exclusão, v. 9, n.9, p.278 - 294. Jul-dez, 2023. XII Encontro Internacional do conpedi Buenos Aires – Argentina.

GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DAS CIDADES; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PMRR. Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_MUNICÍPIO\_\_\_\_\_ – Plano Municipal de Redução de Risco em Assentamentos Precários - PMRR. \_\_\_\_\_MUNICÍPIO\_\_\_\_\_, jun. 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022. Rio de Janeiro, 2022.

IBAPE/SP - INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS. Norma de Inspeção Predial, 2012. Disponível em: <https://www.ibape-sp.org.br/biblioteca-digital.php?id=2&sub=1>. Acesso em: 03 jun. 2025.

\_\_\_\_\_MUNICÍPIO\_\_\_\_\_. Lei ordinária nº 736, de 01 de novembro de 2017, Dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Prefeitura de Camaragibe e dá outras providências \_\_\_\_\_MUNICÍPIO\_\_\_\_\_ e dá outras providências. Disponível em: [Lei Ordinária 736 2017 de Camaragibe PE](#). Acesso em : out.2025

\_\_\_\_\_MUNICÍPIO\_\_\_\_\_, Pernambuco, 2025. Disponível em: [Lei Ordinária 1054 2025 de Camaragibe PE](#). Acesso em: nov. 2025.

\_\_\_\_\_MUNICÍPIO\_\_\_\_\_. Lei nº 1.055/2025/GAB.Plano Plurianual 2022-2025.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 e dá outras providências. Disponível em: [Lei Ordinária 1055 2025 de Camaragibe PE](#).



MARENCO, J. A. Água e mudanças climáticas. Instituto de Estudos Avançados da USP, Academia Brasileira de Ciências, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres. Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres, 2015- 2030.

\_\_\_\_\_. (ONU-NEWS) (2015) “Mulheres e crianças têm 14 vezes mais chances de morrer em desastres”. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/10/1530121>. Acesso 16 out. 2024.

ONU/WHO (World Health Organization). Relatório mundial sobre a deficiência. The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012. 334 p. Disponível em: [https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020\\_por.pdf](https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf). Acesso em: 17 out. 2024.

SINSB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Relatório de Segurança de Barragens, 2022. Disponível em: <https://www.snisb.gov.br/portal-snisb/inicio>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM. Atlas do Meio Físico do Município de Camaragibe\_: Sistema de Informações para Gestão Territorial da Região Metropolitana do Recife - Projeto SINGRE. Recife, 1997.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM. Diagnóstico da População em áreas de risco geológico, Camaragibe - PE: Organizadores: Júlio Cesar Lara, Maria Carolina Rodrigues Marcussi. Belo Horizonte, 2021.

BASE DE DADOS DO ESTADO (BDE) . Disponível em: [BDE](#).

ARAÚJO, Rafael Campos de Alencar. Principais Patologias em Prédios-caixão na RMR.– Recife: 2015.

MANTOVANI, Bárbara. Mapeamento de risco a movimentos de massa e inundação em áreas urbanas do município de Camaragibe. Recife: 2016.

BANDEIRA, Ana patricia nunes. Mapa de risco de erosão e escorregamento das encostas com ocupações desordenadas no município de camaragibe-pe. – Recife: 2003.



## **16. ANEXOS**

- Matriz de responsabilidade;
- Equipamentos públicos municipais: Saúde, educação, Assistência Social;
- Formulário de Informações de Desastres - FIDE;
- Relação de contatos prioritários em situação de emergência;
- Caderno de mapas;



**PREFEITURA DE**  
**CAMARAGIBE**

**MATRIZ DE RESPONSABILIDADE**

# SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E COMBATE À FOME

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA	RECUPERAÇÃO
Manter cadastro prévio dos locais para abrigo provisório.	Identificar as pessoas que devem ser retiradas das áreas de risco.	Apoiar nas vistorias dos locais destinados a abrigar a população atingida, conforme plano de contingência.	Elaborar cadastramento dos desabrigados e/ou desalojados.	Manter atualizado o cadastramento e o controle dos beneficiários nos programas sociais destinados as vítimas do desastre.
Adquirir itens de assistência humanitária com base nos desastres ocorridos no município.	Desenvolver plano de preparação de assistentes sociais para lidar com pessoas vítimas de desastres.	Participar de simulados.	Providenciar a gestão e manutenção dos abrigos durante sua ativação.	Apoiar a ação dos municípios nos serviços, programas e projetos destinados às famílias desabrigadas.
Providenciar a gestão e manutenção dos abrigos em tempo de normalidade.	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Realizar atividades recreativas e educativas nos locais onde houver a presença de desabrigados.	Efetivar, quando cessar a emergência, a orientação para desocupação dos abrigos e retorno da normalidade.
Providenciar a alocação das pessoas que vivem em área de risco previamente identificadas.	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Cadastrar, coordenar e controlar os voluntários que auxiliarão os órgãos de apoio.	Acompanhar as famílias desalojadas e/ou desabrigadas, encaminhando-as para os serviços, programas e projetos de apoio.
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Oferecer suporte psicológico para pessoas afetadas.	Verificar a implantação de auxílio-moradia.
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx		Direcionar as famílias que tiverem suas casas destruídas pelas chuvas para os programas de habitação do estado / município.

<b>PREVENÇÃO</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>	<b>PREPARAÇÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Acompanhar familiares para o reconhecimento de vítimas, apoiando-os e orientando-os no encaminhamento para os serviços de assistência social, de saúde ou funerário, conforme o caso.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Realizar o cadastramento das famílias afetadas pelo desastre para inclusão em benefícios sociais.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Realizar o monitoramento dos alojamentos, distribuição de alimentos e itens de assistência humanitária.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Realizar campanhas de donativos, se necessário.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Apoiar a secretaria de saúde .	XXXXXXXXXX

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA	RECUPERAÇÃO
Articular com os órgãos da imprensa o fortalecimento das ações destinadas à prevenção de desastres, estabelecidas pela SEPDEC.	xxxxxxxxxx	Promover campanhas educativas institucionais para informar as medidas de segurança à população que reside em áreas de riscos.	Definir e orientar agentes públicos para contato com a imprensa.	Informar sobre as ações do poder público municipal relacionadas ao restabelecimento da normalidade .
Divulgar orientações quanto as medidas preventivas e emergenciais através da mídia oficial.	xxxxxxxxxx	Participar de simulados.	Divulgar ações desenvolvidas e planejadas pelos órgãos de resposta à emergência.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Divulgar os alertas emitidos ou replicados pela Defesa Civil .	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Repassar releases para a imprensa.	xxxxxxxxxx

## PROCURADORIA / CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

<b>PREVENÇÃO</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>	<b>PREPARAÇÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Participar de todas as decisões estratégicas do Gabinete de Gerenciamento para orientar quanto ao amparo legal das ações deliberadas.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Analisar as documentações elaboradas pelo Município referente as ações de defesa civil para a decretação de situações de emergência e/ou estado de calamidade pública.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Analisar e vistar todos os processos e contratos emergenciais decorrentes da situação de emergência e/ou estado de calamidade pública provocados pelo desastre.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Analisar, com equipe própria, todas as ações de resposta executadas pelo SIMPDEC.	XXXXXXXXXX

<b>PREVENÇÃO</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>	<b>PREPARAÇÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Analisar os procedimentos de controle com independência e objetividade, propondo medidas corretivas quando esses forem inexistentes ou se revelarem vulneráveis.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Cientificar, tempestivamente os órgãos componentes do SIMPDEC, sobre a existência de falhas ou ilícitos de seu conhecimento que sejam caracterizados como irregularidade ou ilegalidade.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Apoiar os setores demandantes na prestação de contas dos recursos recebidos .	XXXXXXXXXX

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA	RECUPERAÇÃO
Colaborar nas campanhas educativas da Defesa Civil nas escolas municipais.	Elaborar o planejamento para o funcionamento da Rede Escolar e o restabelecimento das aulas no menor tempo possível, nas áreas sujeitas a desastres.	Participar dos simulados específicos para evacuação das unidades das unidades escolares.	Restabelecer a normalidade nas unidades educacionais afetadas pelo evento.	xxxxxxxxxx
Colaborar com a SEPDEC na implementação do programa DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS.	Elaborar o planejamento para o possível remanejamento de alunos dentro da Rede Escolar, com o objetivo de evitar a interrupção das atividades escolares.	Participar de simulados	Apoiar as ações voltadas para ajudar na ocupação das crianças e adolescentes desabrigados e nas aulas de reforço nas escolas que forem utilizadas como abrigo temporário.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Disponibilizar transporte para as famílias que serão encaminhadas aos abrigos.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Realizar o levantamento dos danos e prejuízos nas escolas.	xxxxxxxxxx

## SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA	RECUPERAÇÃO
Realizar vistorias preventivas de barragens, açudes e passagens molhas, quando demandados pela Defesa Civil Municipal.	xxxxxxxxxx	Planejar o apoio de engenheiros e técnicos para auxiliar a ação da defesa civil em áreas vulneráveis a desastres.	Restabelecer a trafegabilidade, executar a limpeza e desobstrução das vias públicas afetadas pelo desastre com o emprego de maquinário e/ou serviços adequados.	Recuperar a trafegabilidade das áreas afetadas pelo desastre com a solução definitiva para o cenário.
Realizar, com o assessoramento da SEPDEC, obras e serviços preventivos nas áreas e risco.	xxxxxxxxxx	Participar de simulados.	Restabelecer os acessos das pontes e passagens molhadas danificadas pelo desastre.	Recuperar as pontes e passagens molhadas danificadas pelo desastre.
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Executar a fiscalização das ações de restabelecimento.	Executar a fiscalização das ações de recuperação.
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Disponibilizar equipes operacionais para reforço as equipes de campo.	Reconstruir o sistema de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e áreas de contenção de encostas destruídas pelo desastre.
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Disponibilizar maquinários para remoção de materiais.	Realizar captação de recursos para reconstrução junto ao Governo Federal através do S2ID.

<b>PREVENÇÃO</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>	<b>PREPARAÇÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Realizar obras de engenharia visando a redução do grau de vulnerabilidade da área de risco e o desenvolvimento urbano.	Disponibilizar máquinas, caminhão e demais materiais necessários para apoio as ações de remoção de entulhos.
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	Disponibilizar transporte para o deslocamento de equipes da Defesa Civil ao campo.

## SECRETARIA DE POLÍTICA URBANA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA	RECUPERAÇÃO
<p>Articular com as diversas esferas municipais, ações e programas de urbanização e habitação em áreas de risco mapeadas pelo município.</p>	<p><b>Revisão do Plano Diretor:</b> Estabelecer regras rígidas de ocupação do solo, identificando zonas de interesse social e delimitando áreas onde o parcelamento ou edificação são restritos devido ao risco geológico ou hidrológico.</p> <p><b>Regularização Fundiária (REURB):</b> Promover a regularização de assentamentos consolidados, integrando-os à malha urbana oficial quando for tecnicamente possível mitigar os riscos locais.</p>	<p>Participar de simulados e de seminários referente a urbanização e instituição de ZEIS.</p>	<p>Participar de todas as decisões estratégicas do Gabinete de Gerenciamento para orientar quanto ao amparo legal das ações deliberadas.</p>	<p>Controlar o cadastro e a entrega das casas oriundas dos programas habitacionais, registrando a propriedade de cartório de imóveis.</p>
<p>Auxiliar a defesa civil municipal no mapeamento e fiscalização das áreas vulneráveis a desastres.</p>	<p>Apoiar nas ações de fiscalização ambiental. Apoiar na atualização do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), classificando áreas de acordo com a vulnerabilidade, a deslizamentos e inundações para guiar intervenções técnicas.</p>	<p>Realizar visitas técnicas e auxiliar no cadastramento das residências</p>	<p>Obter um diagnóstico atualizado por setor das residências em Alto Risco de vulnerabilidade, registrando o número de residências a serem relocadas e freiando novas construções.</p>	<p>Realizar a construção de novos conjuntos habitacionais com subsídio federal, para relocação das residências quando não poderem ser regularizadas, e regularizar as possíveis, após as intervenções técnicas das obras necessárias para minimizar os riscos</p>

<b>PREVENÇÃO</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>	<b>PREPARAÇÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
Impedir, de acordo com o plano diretor do município, as ocupações em áreas de elevado grau de risco e vulnerabilidade.	Utilizar do poder de Polícia, com o apoio da Guarda Municipal, fiscalização e demolição em áreas impróprias para residências, nos casos de início de invasão.	Preparar o Controle Urbano e criar um sistema de rotina para fiscalização nas áreas mapeadas de alto índice de vulnerabilidade	Participar de ações de fiscalização coletiva preventiva	Mapear e registrar as residências em alto risco, coibindo novas invasões, bem como preparando as famílias residentes a não permitir novas invasões e preparando para se deslocarem aos novos conjuntos habitacionais.
	Articular com a defesa civil ao deslocamento de famílias residentes em áreas de "risco alto" ou "muito alto" (onde a mitigação é inviável) para novos conjuntos habitacionais em locais seguros.			

## SECRETARIA DE TRANSPORTES, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA

<b>PREVENÇÃO</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>	<b>PREPARAÇÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
Realizar levantamento das estradas que podem ser interditadas em virtude de fortes precipitações.	xxxxxxxxxx	Participar de simulados.	Isolar áreas de risco no sistema viário.	xxxxxxxxxx
Planejar rotas alternativas e desvios das áreas mapeadas com risco de interdição decorrentes de fortes chuvas.	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Definir e executar rotas alternativas de transito e transporte, com base nos pontos de risco.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Disponibilizar técnicos para compor equipes de sinalização e transportes.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Executar a sinalização vertical e horizontal de emergência.	xxxxxxxxxx

## ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA	RECUPERAÇÃO
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Coordenar, em conjunto com o gabinete de gerenciamento o planejamento e gestão dos recursos de toda a operação de resposta ao desastre.	Em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Planejar, desenvolver e acompanhar ações que visem ao desenvolvimento econômico e social do município.
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Monitorar as ações, bem como os recursos disponíveis.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Remanejar os recursos financeiros para as ações emergenciais em conjunto com a secretaria de Finanças.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Gerenciar as doações de recursos financeiros e de materiais para atendimento as populações afetadas.	XXXXXXXXXX

## SECRETARIA DE SAÚDE

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA	RECUPERAÇÃO
Mapear os cenários de riscos para planejar a resposta das ações de urgência, ações de vigilância, controle e prevenção de doenças, assim como, a reabilitação dos serviços necessários à assistência à saúde e outros serviços essenciais.	Elaborar plano para pronto atendimento e deslocamento das equipes de saúde aos locais afetados por desastres.	Elaborar planejamento para regulação dos enfermos crônicos durante uma eventual necessidade de evacuação em virtude do desastre.	Disponibilizar profissionais de saúde para atuarem na assistência aos abrigos temporários.	xxxxxxxxxx
Disponibilizar vacinas ( <b>sugerir as vacinas</b> ) para as equipes de intervenção que estarão operando na quadra chuvosa.	Mapear as unidades de saúde que podem ser afetadas por desastres, decorrentes de fortes precipitações.	Realizar imunização do pessoal de intervenção direta: agentes de saúde, guarda municipal, assistentes sociais, defesa civil, educadores, etc.	Apoiar as ações municipais com relação ao reforço de materiais, medicamentos, campanhas educativas e veículos necessários ao atendimento à população afetadas.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Promover programa de vacinação e outras medidas coletivas de saúde pública nas áreas de risco.	Relocar o atendimento da rede quando houver comprometimento da estrutura de saúde pelo desastre.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Acionar o SAMU.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Apresentar possíveis leitos nos hospitais municipais para remoção de vítimas.	xxxxxxxxxx

## SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA	RECUPERAÇÃO
Mapear e cadastrar as áreas de criação de animais do município, principalmente aquelas que estão em áreas de risco ou cercanias.	Elaborar plano para pronto atendimento e deslocamento das equipes aos locais afetados por desastres.	Realizar treinamentos com os Técnicos para atendimento dos animais que necessitam de atendimento pós-desastre.	Disponibilizar profissionais para atuarem na assistência, coleta e remoção dos animais afetados pelo desastres.	Realizar a devolução dos animais aos seus tutores e na destinação dos animais resgatados que não possuam tutores.
Mapear os lugares que poderão servir como abrigos emergenciais.	Mapear os locais que poderão servir de abrigos temporários.	Auxiliar a SEPDEC na emissão de alertas e ordem de evacuação	Apoiar as ações municipais com relação a triagem clínica, cuidados emergenciais e protocolos sanitários dos animais existentes em abrigos.	xxxxxxxxxx
Informar a população sobre rotas de fuga que aceitam pets e locais de abrigo específicos para animais.	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Realizar a evacuação assistida e transporte adequados dos animais para locais seguros ou locais de acolhimento	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Auxiliar no manejo das carcaças dos animais mortos.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Auxiliar na gestão de alimentação dos animais sob custódia municipal.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Realizar a identificação e registro de animais resgatados.	

## SECRETARIA DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA	RECUPERAÇÃO
Apoiar as ações preventivas da Secretaria de Proteção e Defesa Civil.	xxxxxxxxxx	Recomendar o período de prontidão dos serviços de emergência dos órgãos que a compõem.	Manter o regime de prontidão com reforço nas unidades.	xxxxxxxxxx
Disponibilizar o telefone 153 para atendimento das solicitações da Defesa Civil.	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Acionar a defesa civil no socorro das famílias atingidas por desastres, disponibilizando efetivo.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Intensificar o patrulhamento próximo às áreas sinistradas, coibindo saques e/ou vandalismos.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Auxiliar as ações de isolamento de áreas ameaçadas e/ou atingidas por desastre, provendo as equipes de emergência de condições que possibilitem a efetivação de resgates ou evacuação dessas áreas.	xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	Realizar ações de segurança nos abrigos, evitando o acesso de pessoas que possam pôr em risco a vida dos que ali se encontram.	xxxxxxxxxx

<b>PREVENÇÃO</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>	<b>PREPARAÇÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Intensificar o serviço de patrulha nas áreas atingidas.	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Garantir a fluidez dos veículos envolvidos nas ações de resposta, nas rotas de trânsito alternativas para a população e vítimas de socorro.	XXXXXXXXXX

## SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEPDEC)

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA			RECUPERAÇÃO
			OBSERVAÇÃO	ALERTA	ALERTA MAXIMO	
Acompanhar o monitoramento hidrometeorológico e a previsão de tempo no município	Divulgar o planejamento da Operação Inverno com todos os órgãos e entidades envolvidos nas ações municipais de Defesa Civil	Manter as equipes em regime de plantão permanente	Acionar o Plano de Evacuação	Emitir ALERTA/ALARME PARA EVACUAÇÃO IMEDIATA da população de área de risco R3 e R4	EMITIR ALERTA/ALARME DE EVACUAÇÃO OBRIGATÓRIA da população de área de risco R3 e R4	Apoiar a composição do processo de solicitação de recursos federais para as ações de recuperação (plano de trabalho, relatório de diagnóstico, etc)
Realizar e executar o planejamento das ações preventivas para o período invernos, intensificando as vistorias técnicas de engenharia e social nos setores R3 e R4	Atualizar o plano de contingência e o mapeamento das áreas de risco	Repassar as informações sobre os alertas emitidos pela APAC para as comunidades	Emitir ALERTA DE PREPARAÇÃO PARA EVACUAÇÃO, para a população das áreas de risco	Solicitar a ativação do (s) abrigo (s) á Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, Direitos Humanos, Juventude e Combate a Fome	Intensificar o monitoramento meteorológico	Mapear as áreas sinistradas, mediante análise dos danos e prejuízos causados para propor ações de prevenção na região atingida
Realizar estudos e propor alternativas de medidas estruturadoras e não estruturadoras nas minimizações ou neutralização dos riscos ocasionados por elevadas precipitações pluviométricas	Atualizar o S2ID	Emitir boletins de acompanhamentos acerca da evolução de eventos adversos	Mobilização das equipes da Secretaria de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC	Apoiar as equipes de resposta	Avaliar a necessidade de interdições	Propor a desmobilização do gabinete de Gerenciamento, quando cessar a emergência

## SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEPDEC)

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA			RECUPERAÇÃO
			OBSERVAÇÃO	ALERTA	ALERTA MAXIMO	
Realizar as ações de prevenção e capacitação junto aos órgãos estaduais e federais	xxxxxxxxxx	Manter o plano de contratação para suprimento de bens e serviços para assistência humanitária e serviços de restabelecimento.	Solicitar a preparação do (s) abrigo (s) à Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, Direitos Humanos, Juventude e Combate a Fome	Mobilizar as equipes técnicas da Secretaria de Proteção e Defesa Civil, através do plano de chamada	Montar as equipes extras com a mobilização de outras secretarias	Convocar em conjunto com a Secretaria de Gabinete e Relações Institucionais as secretarias para as reuniões extraordinárias na fase de recuperação do desastre
Estabelecer e atualizar os protocolos de atendimento da Defesa Civil na quadra chuvosa	xxxxxxxxxx	Realizar exercícios simulados	Comunicação com os NUPDEC's e demais secretarias	Estabelecer regime interno de plantão permanente, informando as autoridades às consequências das chuvas nas áreas afetadas	Acionar o gabinete do prefeito que avaliará a necessidade de instalação do gabinete de crises	xxxxxxxxxx
Elaborar e atualizar o planejamento para atuação integrada das ações de Defesa Civil quando da ocorrência	xxxxxxxxxx	Padronizar o contro de recebimento, armazenamento, transporte e entrega dos itens de assistência humanitária, bem como os serviços de e restabelecimento.	Manter atualizada a previsão de risco	Definir e ativar grupos de trabalhos suplementares	Apoiar o prefeito no processo de decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública	xxxxxxxxxx

## SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEPDEC)

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA			RECUPERAÇÃO
			OBSERVAÇÃO	ALERTA	ALERTA MAXIMO	
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Articular com a imprensa a divulgação de orientação para a comunidade que habita locais de riscos hidrológicos e geológicos.	Registrar ocorrências.	Gerenciar o suprimento de bens e serviços para ações de resposta nas áreas afetadas, conforme demandas do gabinete de gerenciamento	Gerenciar o suprimento de bens e serviços para ações de resposta nas áreas afetadas, conforme demandas do gabinete de gerenciamento	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Viabilizar e supervisionar as ações de socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais nas áreas afetadas	Viabilizar e supervisionar as ações de socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais nas áreas afetadas	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Apoiar as secretarias no levantamento das ações de recuperação das áreas afetadas	Apoiar as secretarias no levantamento das ações de recuperação das áreas afetadas	XXXXXXXXXX

## SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEPDEC)

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA			RECUPERAÇÃO
			OBSERVAÇÃO	ALERTA	ALERTA MAXIMO	
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Articular com os órgãos estaduais o apoio às ações de socorro , assistência, restabelecimento e recuperação de desastres, quando esgotada a capacidade do município	Articular com os órgãos estaduais o apoio às ações de socorro , assistência, restabelecimento e recuperação de desastres, quando esgotada a capacidade do município	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Acompanhar e controlar a distribuição de materiais de assistência humanitária, para efeito de prestação de contas aos órgãos de controle	Acompanhar e controlar a distribuição de materiais de assistência humanitária, para efeito de prestação de contas aos órgãos de controle	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Deslocar-se para a SEPDEC na mobilização	Instalar o posto de comando conforme plano de ativação	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Instalar o posto de comando conforme plano de ativação	Aumentar o número de telefonistas	XXXXXXXXXX

## SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEPDEC)

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA			RECUPERAÇÃO
			OBSERVAÇÃO	ALERTA	ALERTA MAXIMO	
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Estabelecer quadro de prioridades de atendimento	Realizar a remoção das famílias dos pontos de risco R4	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Realizar a remoção das famílias dos pontos de risco R4	Encaminhar através da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, Direitos Humanos, Juventude e Combate a Fome, as famílias para os abrigos	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Encaminhar através da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, Direitos Humanos, Juventude e Combate a Fome, as famílias para os abrigos	Integrar a composição operacional do gabinete de crise, no papel de assessoramento técnico em defesa civil.	XXXXXXXXXX

## SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEPDEC)

PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO	PREPARAÇÃO	RESPOSTA			RECUPERAÇÃO
			OBSERVAÇÃO	ALERTA	ALERTA MAXIMO	
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Aumentar o número de telefonistas	Levantar os danos e prejuízos do desastre, com apoio de outros órgãos e entidades, para subsidiar as ações do Governo Municipal nas áreas afetadas	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Levantar os danos e prejuízos do desastre, com apoio de outros órgãos e entidades, para subsidiar as ações do Governo Municipal nas áreas afetadas	Estabelecer quadro de prioridades de atendimento	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Intensificar o monitoramento meteorológico	Avaliar a necessidade de apoio externo	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Avaliar a necessidade de interdições	Auxiliar no socorro da população afetada	XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Registrar ocorrências.	Registrar ocorrências.	XXXXXXXXXX

# **EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**

## ESCOLAS PÚBLICAS

ITEM	ESCOLA	RUA	BAIRRO	CEP	ÁREA
1	E.M CARMELA ORRICO LAPENDA	RUA MATO GROSS S/N	BAIRRO DOS ESTADOS	54.759-970	1
2	E.M IMACULADA CONCEIÇÃO	RUA DAS PALMEIRAS, 285	BAIRRO NOVO	54.726-210	2
3	E.M JOSÉ COLLIER	RUA PIERRE COLLIER, 462	VILA DA FABRICA	54.750-210	3
4	E.M MARCELO J. J. DO A. C. DE ARAÚJO	RUA JOSÉ IZÍDIO DA SILVA, S/N	ALTO SANTO ANTONIO	54.762-750	2
5	E.M PROF. MARIA LÚCIA G. GUERRA	RUA ANTONIO SOARES DE LIMA S/N	CEU AZUL	54.768-400	2
6	E.M SANTA TERESA	RUA DOMINGOS MARTINS S/N	LOT. SANTA TERESA	64.750-000	2
7	E.M SÃO VICENTE DE PAULO	RUA BOA ESPERANÇA S/N	LOT. SANTO COSME E DAMIÃO	54.750-000	2
8	E.M ALDO FEREEIRA C. BRANCO	AV. JOSADAK ALVES DE FRANÇA S/N	SANTA MÔNICA	54.750-000	2
9	E.M CLARA LOPES	LOTEAMENTO CAPIBARIBE S/N	ALBERTO MAIA	54.750-000	2
10	E.M JOÃO PAULO II	RUA TÓQUIO MARQUES S/N	LOTEAMENTO JOÃO PAULO II – ALBERTO MAIA	54.765-970	2
11	E.M NOVA SANTANA	RUA SÃO BRÁS, S/N	LOTEAMENTO SANTANA – ALBERTO MAIA	54.777-430	2
12	E.M SANTA MARIA	RUA PARACAMBI, 150	ALBERTO MAIA	54.750-000	2
13	E.M NOSSA SENHORA DO CARMO	RUA PARACAMBI, 150	ALBERTO MAIA	54.750-000	2
14	E.M SANTO ANTÔNIO	TRAVESSA NOVA AMÉRICA S/N	ALBERTO MAIA	54.774-020	2
15	E.M XV DE NOVEMBRO	RUA DOUTOR CARLOS ALBERTO MENEZES, 338	VILA DA FÁBRICA	54.759-135	3
16	E.M MANOEL RITO	RUA ANTONIO GUILHERME DE LIMA S/N	ALDEIA DE BAIXO	54.759-235	3
17	E.M JARDIM PRIMAVERA	AV. SAMUEL MAC DOWELL S/N	JARDIM PRIMAVERA	54.753-350	3
18	E.M MANOEL CHAVES DA COSTA	LOTEAMENTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ S/N	INABI	45.753-100	3
19	E.M PROF. PAULO FREIRE	ESTRADA DAS PEDREIRAS S/N	LOTEAMENTO SÃO PEDRO	54.750-000	3
20	E.M ANTONIO LUIZ DE SOUZA	AV. LUIZA DE MEDEIROS S/N	TABATINGA	54.756-770	4
21	E.M 19 DE ABRIL	RUA SÃO PEDRO S/N	PAU FERRO	54.750-000	4
22	E.M ERSINA LAPENDA	ESTRADA DE ALDEIA KM 3	ALDEIA	54.750-000	4

ITEM	ESCOLA	RUA	BAIRRO	CEP	ÁREA
23	E.M PADRE MIGUEL	RUA CIRILO RAMOS S/N	BORRALHO	54.789-145	4
24	E.M RITA NEIVA DE OLIVEIRA	ESTRADA DE ALDEIA KM 12	ARAÇA	54.759-970	4
25	E.M SÃO JOSÉ	RUA SERGIO ROMERO S/N	PAU FERRO	54.759-970	4
26	CMEI VIVENDO E APRENDENDO	RUA GUILHERME VELOSO , 98	TIMBI	54.768-010	2
27	CMEI LUIZ ANTÔNIO DE PONTES RAMOS	RUA BELÉM DE LIMA, 16	TIMBI	54.768-847	2
28	CRECHE MARIA ALICE	AV. JOSADACK ALVES FRANÇA S/N	SANTA MÔNICA	54.771-500	2
29	ESCOLA ESTADUAL ANTONIO CORREIA DE ARAÚJO	AVENIDA PERNAMBUCO, 82	BAIRRO DOS ESTADOS	54.762-845	1
30	ESCOLA CONSELHEIRO SAMUEL MACKDOWEL	AVENIDA TIRADENTES, 455	JARDIM PRIMAVERA	54.753-460	3
31	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DEPUTADO OSCAR CARNEIRO	RUA LUIS CARLOS DE ARAÚJO	VILA DA FABRICA	54.759-620	3
32	ESCOLA FRANCISCO DE PAULA CORREIA DE ARAÚJO	RUA TEODORO BORGES, 150	TIMBI	54.768-090	2
33	ESCOLA FREI CANECA	AV. DOUTOR BELMINO CORREIA, 1264	BAIRRO NOVO CARMELO	54.759-000	2
34	ESCOLA JOAQUIM AMAZONAS	RUA TEOFILA DE MELO	BAIRRO NOVO CARMELO	54.762-300	2
35	ESCOLA MINISTRO JARBAS PASSARINHO	RUA DOS JASMINS, 20	CENTRO	54.769-150	2
36	ESCOLA PROF. ANTONIO CARNEIRO LEÃO	RUA TEOFILA DE MELO	CENTRO	54.762-300	2
37	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PROF. CARLOS FREDERICO DO REGO MACIEL	RUA OSCAR ANDRÉ DE ALBUQUERQUE, 118	TIMBI	54.765-380	2
38	ESCOLA PROFESSOR NELSON CHAVES	AV. LUIZA DE MEDEIROS DOS SANTOS, 600	TABATINGA	54.756-770	4
39	ESCOLA VALE DAS PEDREIRAS	RUA PEROLA	VALE DAS PEDREIRAS	54.753-790	3
40	ESCOLA TORQUATO DE CASTRO	ESTRADA DE ALDEIA KM 12	ALDEIA	54.789-000	4
41	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO TITO PEREIRA DE OLIVEIRA	ESTRADA DE ALDEIA KM 12	ARAÇA	54.783-010	4
42	ESCOLA MAJOR LELIO	ESTRADA DE ALDEIA KM 07	ALDEIA	54.792-991	4
43	ESCOLA TIMBI	RUA OSCAR ANDRE DE ALBUQUERQUE, 154	TIMBI	54.765-380	2
44	ESCOLA SANTA SOFIA	RUA MONOEL RIBEIRO, 800	CENTRO	54.762-290	2
45	ESCOLA ESTADUAL PIO XII	RUA TELEMACO BORBA	TIMBI	54.768-080	2
46	ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ALCIDES DO NASCIMENTO LINS	AV GENERAL NEWTON CAVALCANTI,	PE 27	54.753-220	3

## HOSPITAIS / POSTOS DE SAÚDE

ITEM	RUA	BAIRRO	OBSERVAÇÃO	ÁREA
1	ESTADA DE ALDEIA, 1151, KM 12	ARAÇÁ		4
2	RUA SERGIO ROMERO S/N VERA CRUZ	ASA BRANCA		4
3	RUA FRANCO GORNDIM, 800	BORRALHO		4
4	RUA ANA NERY, 730	TABATINGA		4
5	RUA ALBERTO FARIAS, 50-A LOT. NOSSA SENHORA APARECIDA	OITENTA		4
6	RUA APRIGIO ALVES, 258	TABATINGA		4
7	1ª TRAVESSA LUIZ JORGE DOS SANTOS, 110	TABATINGA		4
8	RUA LAURO MULLER S/N	VILA RICA		4
9	RUA EXPEDITO LOPES, 34	VILA DA FABRICA		3
10	RUA ARI DE OLIVEIRA PETER, 291	ALTO BOA VISTA		3
11	RUA MARIA AMÉLIA DE SANTANA, 38	AREINHA		1
12	AV. PERNAMBUCO, 356	BAIRRO DOS ESTADOS		1
13	AV. SAMUEL MACDOWELL, 469	JARDIM PRIMAVERA		3
14	RUA LOBATO, 33	JARDIM PRIMAVERA		3
15	RUA ALBERTO PEREIRA LEAL, 8	INAB LOT. NAZARÉ		3
16	RUA PEROLA S/N	VALE DAS PEDREIRAS I		3
17	RUA RUBI, 346	VALE DAS PEDREIRAS II		3
18	RUA DAS PEDREIRAS, 67, ALDEIA DE BAIXO	SÃO PEDRO/SÃO PAULO		3
19	RUA PILAR, 68	BURRIONE		2
20	RUA ADEMAR DE BAROS, 187	CELEIRO		2
21	AV ANTONIO SOARES DE LIMA, 524	CÉU AZUL		2
22	RUA PORTO RICO, 29	TIMBI		2
23	RUA PAULO SERGIO, 11	LOT JOÃO PAULO II		2
24	RUA LIBERATO PIANCO, 157	LOT. SÃO JOÃO E SÃO PAULO (LOT PAULO AFONSO)		2
25	RUA ANTONIO PEREIRA DE LUCENA, 76	SANTANA		2
26	ESTRADA DOS CORONEIS, 209	LOT. SÃO JOÃO E SÃO PAULO		2
27	RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 51	TIMBI		2
28	RUA DEYSE DE ARAÚJO, 441	TIMBI		2
29	RUA PADRE LUIZ NUREMBERG, 144	BAIRRO NOVO (CARMELITAS)		2
30	RUA CRISÓPOLIS, 241 -A	ALBERTO MAIA		2
31	RUA ITAPISSUMA, 552	SANTA MONICA		2

ITEM	RUA	BAIRRO	OBSERVAÇÃO	ÁREA
32	RUA VENCESLAU BRAZ, 383, SANTA MARIA	ALBERTO MAIA		2
33	RUA SEVERINA FRANCISCA DO NASCIMENTO, 3	TIMBI		2
34	RUA CANDELÁRIA, S/N	ALBERTO MAIA		2
35	RUA SENADOR POMPEU, 20	SANTA MÔNICA		2
36	RUA MARCOS PARENTE, 23	VIANA		2
37	RUA AMARO ALBINO PIMENTEL, 120	AREEIRO		2
38	RUA CARMELO ALVES DE BRITO S/N	BAIRRO NOVO I		2
39	RUA CARMELO ALVES DE BRITO S/N	BAIRRO NOVO II		2
40	RUA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA, 104	COSME DAMIÃO		2
41	AV. GUARANI, 330	BAIRRO DOS ESTADOS (JARDIM TERESÓPOLIS)		1
42	RUA SEVERINA JOAQUIM DE SANTANA, 131	TIMBI		2
43	RUA AFONSO PENA, 219	TIMBI		2
44	RUA ALFREDO OSÓRIO, 60	TABATINGA II		4
45	ESTRADA DE ALDEIA, 1097	TABATINGA II		4
46	RUA DAS FLORES S/N (PROX IGREJA DA IRMÃ CIDA)	SANTANA	CONTRO COMUNITÁRIO BONDADE DE DEUS	2
47	RUA BELGRADO, 340	SANTANA	CENTRO COMUNITÁRIO CARLOS MARIGHELLA	2
48	RUA SATIRO IVO	TIMBI	ACADEMIA DE SAUDE DE TIMBI	2
49	RUA FRANCISCO GONDIM	BORRALHO	ACADEMIA DE SAUDE DO BORRALHO	4
50	AV DOS GIRASSÓIS, 36	BAIRRO NOVO	CONSULTORIO NA RUA	4
51	RUA AMARO ALBINO PIMENTEL, 19	BAIRRO NOVO CARMELO	CENTRAL DE IMUNIZAÇÕES	4
52	RUA SEVERINO JOAQUIM DE SANTANA, 02	TIMBI	DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAUDE	2
53	RUA AMARO ALBINO PIMENTEL, 65	CENTRO	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACEUTICO	2
54	RUA PEDRO DE PAULA ROCHA, 792	CENTRO	AMBULATÓRIO LGBT	2
55	AV. LUIZA DE MEDEIROS, 149	TABATINGA	CEMEC TABATINGA	4
56	RUA ROBERT SIMONSEH S/N	VERA CRUZ	CEMEC VERA CRUZ	4
57	RUA DAMIÃO PEDRO DA CRUZ, 23	TIMBI	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	2
58	AV. DR. BELMINO CORREIA S/N	CENTRO	CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	2
59	RUA DAS ROSAS S/N	CENTRO	LAMUC	2
60	AV. DR. BELMINO CORREIA S/N	CENTRO	HOSPITAL ARISTEU CHAVES	2
61	RUA PROF. LUZ GONZADA P. DA SILVA S/N	BAIRRO NOVO	CENTRO MÉDICO HOSPITALAR	2
62	RUA PROF. LUZ GONZADA P. DA SILVA S/N	BAIRRO NOVO	CASA DE PARTO NORMAL	2
63	RUA PROF. LUZ GONZADA P. DA SILVA S/N	BAIRRO NOVO	CASA DA MULHER	2
64	RUA ADELINO FRANCISCO DE MOURA, 116	LOT SÃO PAULO	NÚCLEO DE REABILITAÇÃO	3

ITEM	RUA	BAIRRO	OBSERVAÇÃO	ÁREA
65	AV. ERSINA LAPENDA, 349	TIMBI	SAE/CTA	2
66	RUA RUBEM CORREIA, 227	VILA INABI	SAMU CAMARAGIBE	3
67	AV, LUIZA DE MEDEIROS SANTOS, 875	TABATINGA	AMBULATÓRIO INTEGRADO EM SAUDE MENTAL	4
68	RUA CANDELÁRIA, 10	ALBERTO MAIA	CAPS AD – CAMPO VERDE	2
69	RUA AFONSO PENA, 104	TIMBI	CAPS INFANTIL – CAMARÁ MIRIM	2
70	RUA SEVERINA FRANCISCA DO NASCIMENTO, 27	TIMBI	CAPS TRANSTORNO	2
71	AV. DR. PIERRE COLLIER, 477	VILA DA FABRICA	UNIDADE DE ACOLHIMENTO TRANSITÓRIO	3
72	RUA SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 10	JARDIM PRIMAVERA	RT 1 MASCULINA TIPO 1	3
73	RUA PILA, 23	CEU AZUL	RT 2 MISTA TIPO 1	2
74	1ª TRAVESSA TELEMACO BORBA, 39	TIMBI	RT 3 TIPO 1	2
75	RUA MARIA APARECIDA DE BARROS, 197	TIMBI	RT 4 MASCULINA TIPO 1	2
76	RUA BELCHIOR DE ATHAIDE , 80	BAIRRO NOVO	RT 5 FEMININA TIPO 1	2
77	RUA UNIÃO DA VITÓRIA, 99	TIMBI	RT 6 FEMININA TIPO 1	2
78	RUA DOS CEDROS, 34	BAIRRO NOVO	RT 7 MISTA TIPO 1	2
79	RUA FROIS DE ABREU, 100	CELEIRO	RT 8 MISTA TIPO 1	2
80	RUA RAFAEL BARBOSA, 121	BAIRRO NOVO	RT 9 MASCULINA TIPO 1	2
81	RUA SERTANOPOLIS, 350	TIMBI	RT 10 MISTA TIPO 1	2
82	RUA INDIANÓPOLIS, 203	TIMBI	RT 11 MASCULINA TIPO 2	2
83	RUA DANIEL FREIRE, 02	ALTO BOA VISTA	RT 12 MASCULINA TIPO 2	3
84	RUA SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, 62	JARDIM PRIMAVERA	RT 13 MASCULINA TIPO 2	3
85	RUA NOVA AMÉRICA, 94	ALBERTO MAIA	RT 14 MASCULINA TIPO 2	2
			CENTRO DE CONVIVÊNCIA DONA PALMIRA	

ATENÇÃO PRIMARIA

ATENÇÃO ESPECIALIZADA

# **FORMULÁRIO DE INFORMAÇÃO DE DESASTRES (FIDE)**

Protocolo: RES-PE-2603454-20220725-04

Município: Camaragibe

Desastre: Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas

Status: Vigência encerrada

Homologado: Não

Solicitação de Recursos

Execução

Prestação de Contas

1. Formulário de Solicitação de Recursos

2. Dados Bancários

3. Modelos

## SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC



### Formulário de Solicitação de Recursos Federais

v7

UF: PE MUNICÍPIO: Camaragibe

DESASTRE: Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas

DATA DA OCORRÊNCIA: 29/05/2022

SIMBOLOGIA:



#### TIPO DE SOLICITAÇÃO

Recursos para Ações de Restabelecimento

#### ATUALIZAÇÃO DE DADOS HUMANOS (PESSOAS)

Desabrigados nº	Desalojados nº	Afetados nº
Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos diretamente causados pelo desastre.	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, precisaram desocupar seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	Pessoas afetadas diretamente pelo desastre e que necessitam de intervenção pública para ações de resposta (excetuando os já contabilizados ao lado). Ex.: desaparecidos, isolados, enfermos, feridos, vítimas fatais, etc.
224	3230	99483

#### DESCRIÇÃO DAS METAS E ITENS

##### Meta 1:

Restabelecimento da escadaria da José Isídio - Alto santo Antônio

Devido as fortes chuvas no período do dia 25 à 29/05/2022, houve deslocamento de massa, provocado pelas fortes precipitações pluviométricas,

Caracteres restantes: 1000

Pessoas diretamente beneficiadas	Período de execução (em dias)	Valor total da meta 1
400	60	R\$ 24.215,05

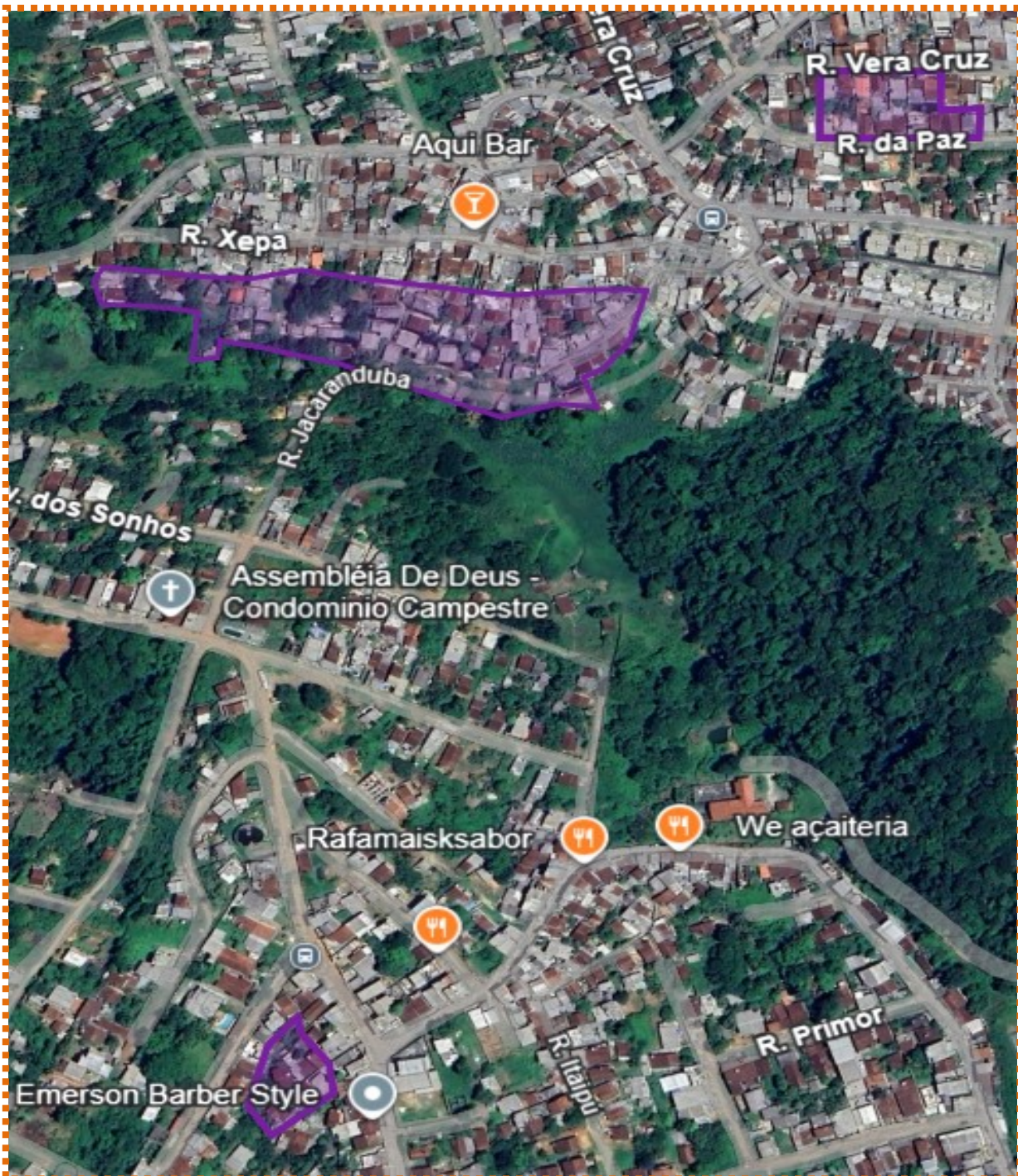
Item	Qtde.	Unid.	Período de execução (em dias)	Valor unitário (R\$)	Valor total do item
1	trabalho em terra				Serviço
	60	METRO QUADRADO	60	32,75	R\$ 1.965,00
2	escadaria				Serviço
	12	METRO	60	974,33	R\$ 11.691,96
3	Estabilização do solo				Serviço
	17	METRO CÚBICO	60	569,12	R\$ 9.675,04
4	Drenagem				Serviço
	15	METRO	60	58,87	R\$ 883,05

# RELAÇÃO DOS CONTATOS PRIORITÁRIOS

ITEM	ORGÃO	RESPONSÁVEL	PONTO FOCAL
1	Prefeitura da Cidade de Camaragibe	Prefeito Diego da Rocha Cabral	Raimundo Lemos
2	Secretaria de Proteção e Defesa Civil	Secretário Luciano Alves Bezerra da Fonsêca	Levi Félix
3	Secretaria de Segurança e Ordem Pública	Secretário Marcílio Rossini	Deyvson Melquiades
4	Secretaria Municipal de Saúde	Secretária Ana Pérez	Wesley Natam
5	Secretaria Municipal de Educação	Secretário Iran Fernandes Escobar Júnior	David Campos
6	Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, Direitos Humanos, Juventude e Combate a Fome	Secretária Dra Daiana	Andréa Gadelha
7	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	Secretário Fernando Martins	Rodrigo Xavier
8	Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, Habitação e Meio Ambiente	Secretária Amanda Matos	Marcos Honorato
9	Secretaria de Transportes, Acessibilidade e Mobilidade Urbana	Secretário Josemir Rufino	Denilson Cruz
10	Secretaria Municipal de Comunicação	Secretário Rossini Barreira	Augusto Freitas
11	Secretaria de Finanças	Secretário Gilvani Cavalcanti	Gilvani Cavalcanti
12	Secretaria de Gabinete e Relações Institucionais	Secretário Antônio Xavier Borba Neto	Raimundo Lemos
13	Secretaria de Proteção e Defesa Animal	Secretário Jaime Barbosa	Leyla Lima
14	Assessoria Especial de Planejamento e Monitoramento da Gestão	Assessor Wagner Maciel	Sonia Gomes
15	Controladoria Geral do Município	Controlador Gabriel Mateus	Gabriel Mateus

# **CADERNO DE MAPAS**





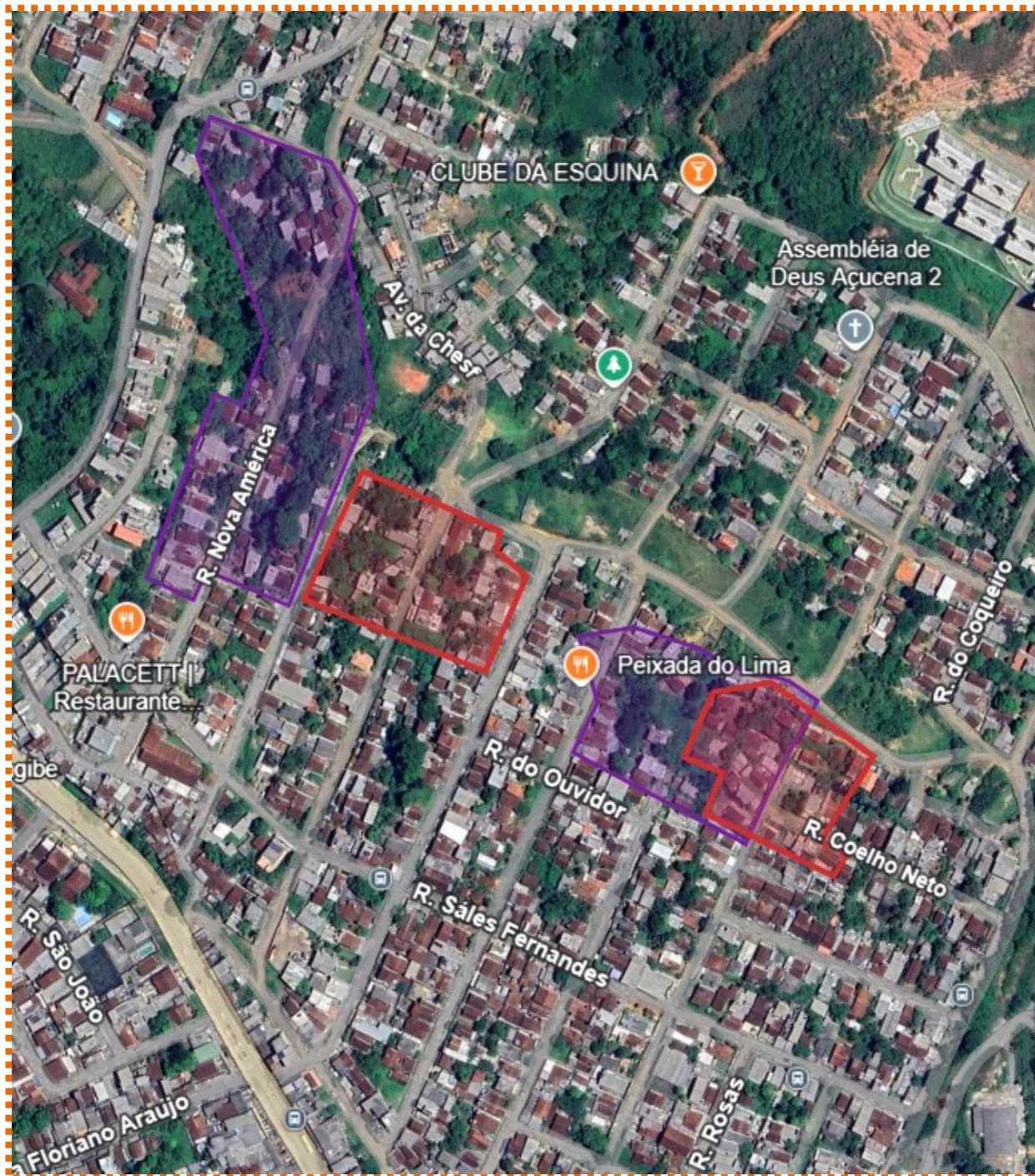
**R4**



**R3**

**ALBERTO  
MAIA**

**SANTA  
MÔNICA**



R4



R3

**ESTAÇÃO  
NOVA**

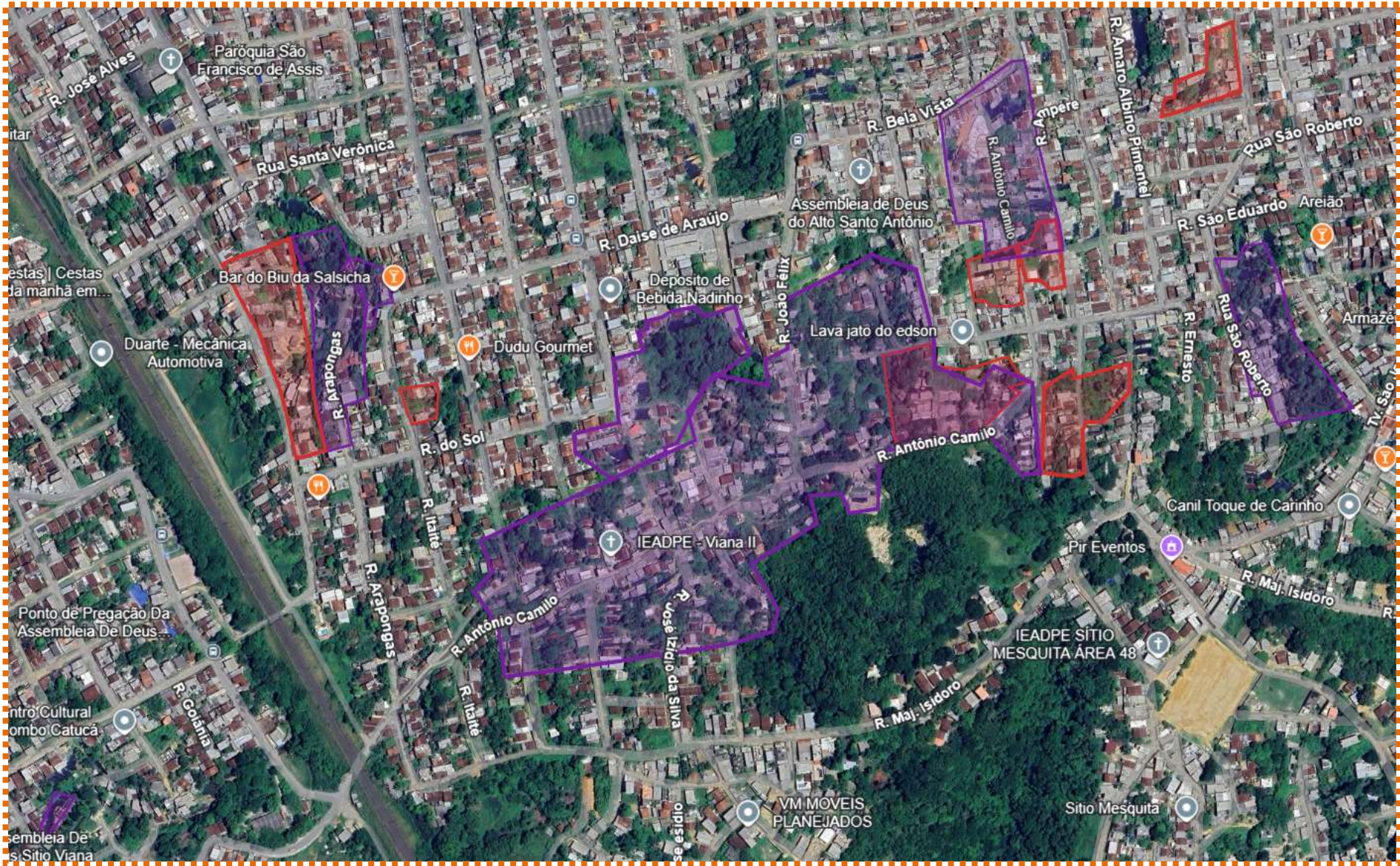


**R4**



**R3**

**TIMBI - CÉU  
AZUL**



**R4**

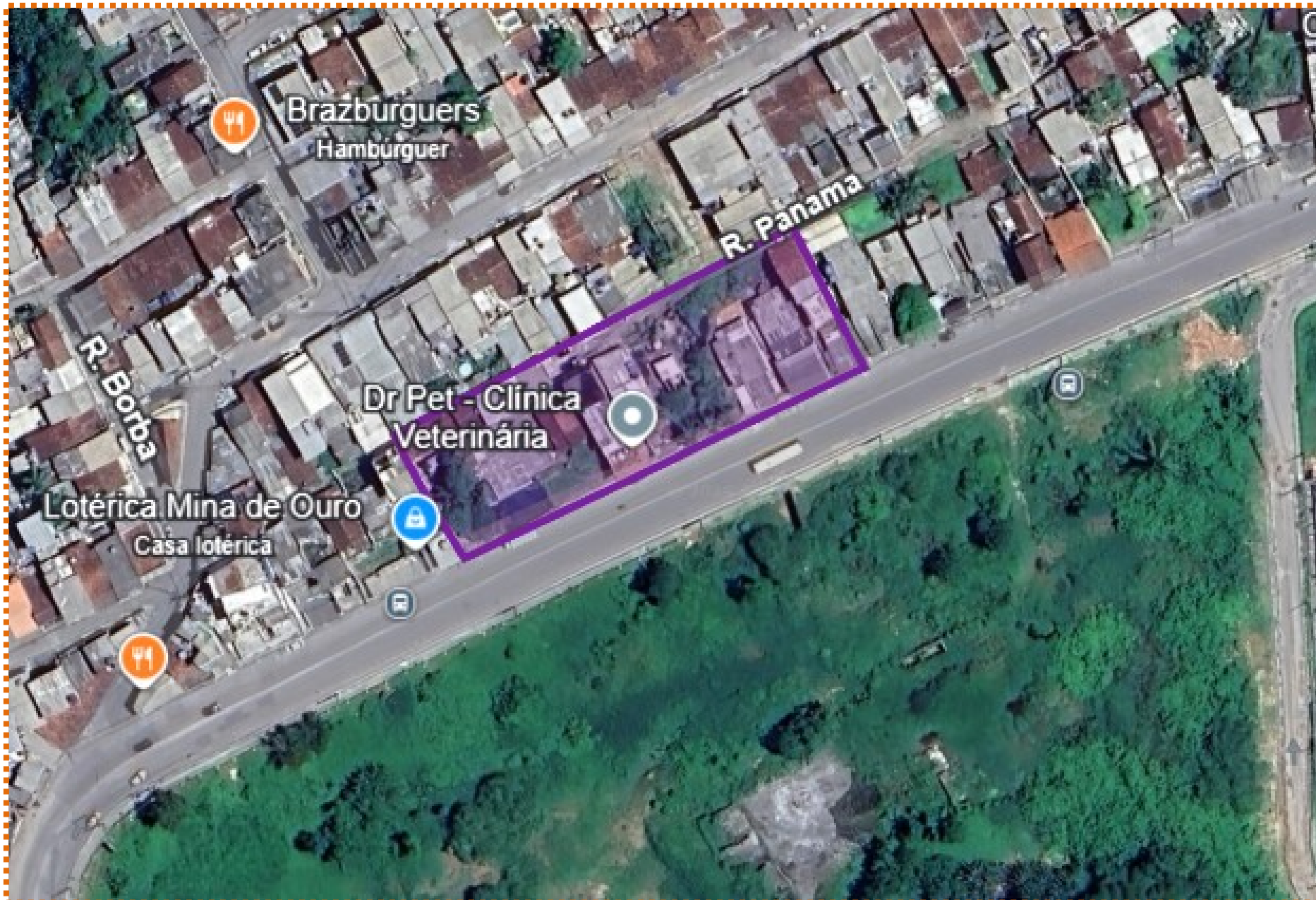
**R3**

**ALTO SANTO ANTONIO**

**AREIRO**

**CÓRREGO DO DESATRES**

**VIANA**



R4



R3

**ALTO DA  
BOA VISTA**



R4



R3

VILA DA  
FÁBRICA -  
LOTEAMENTO  
SÃO PAULO





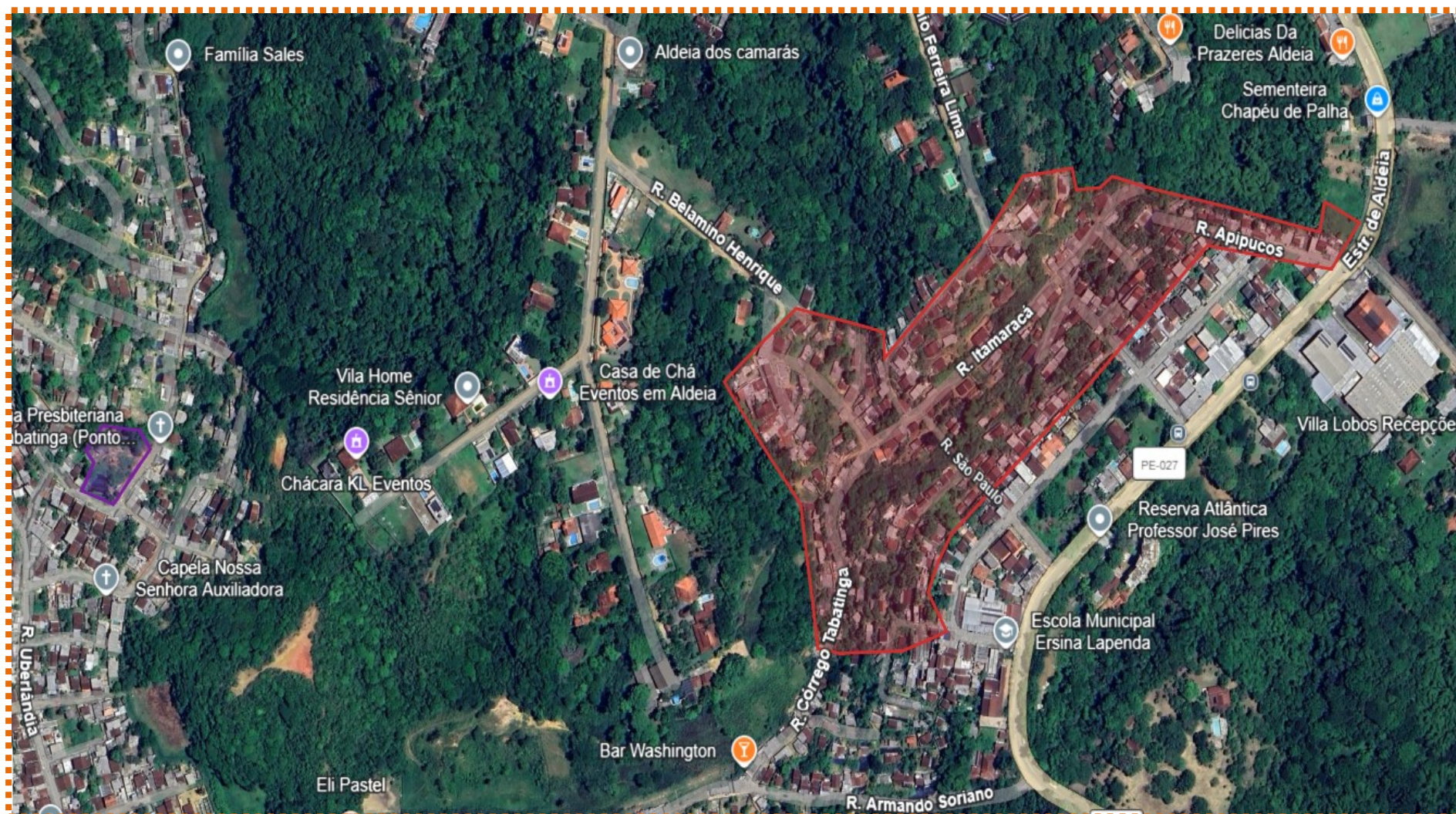
**R4**



**R3**

**TABATINGA -  
CENTRO**



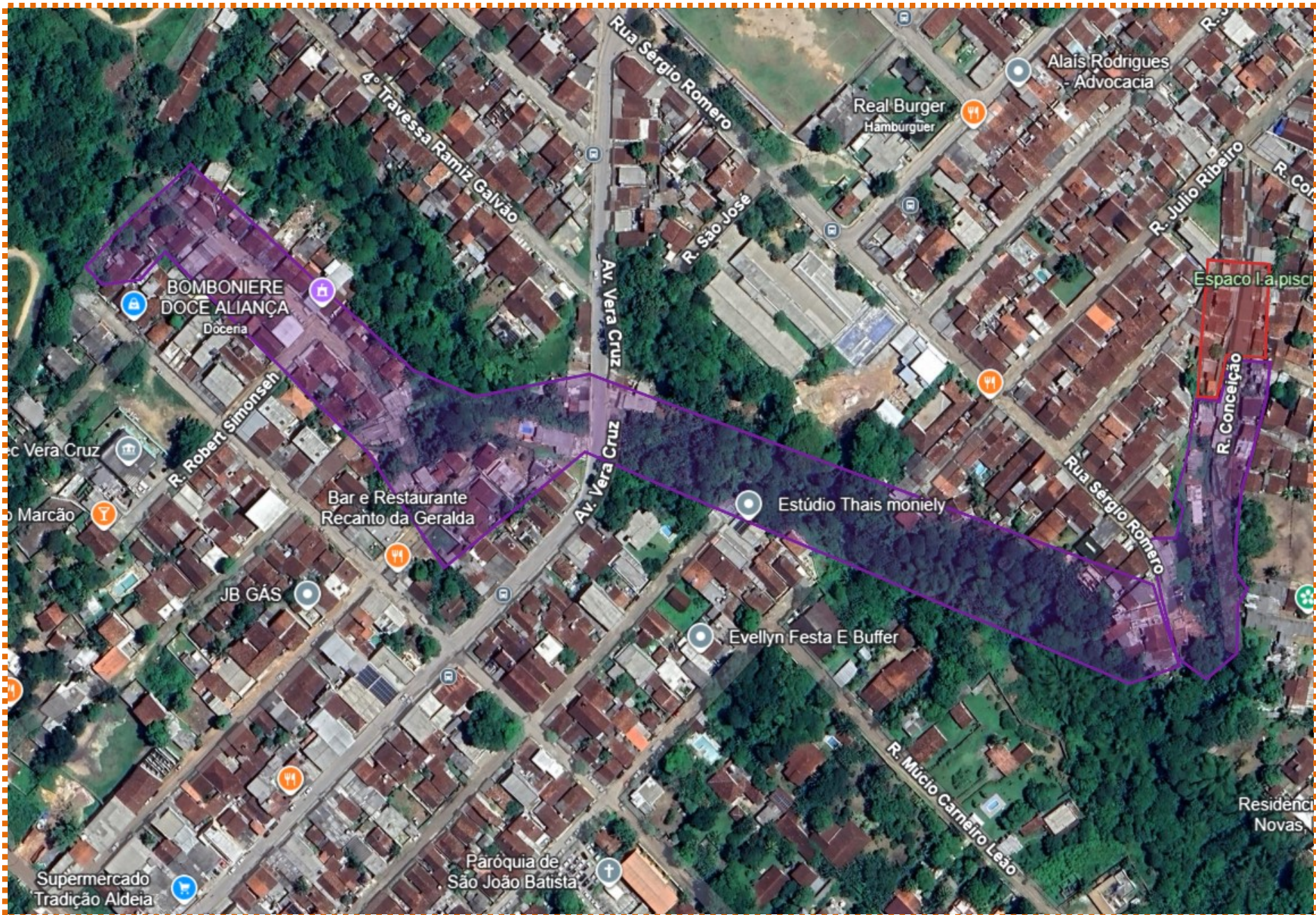


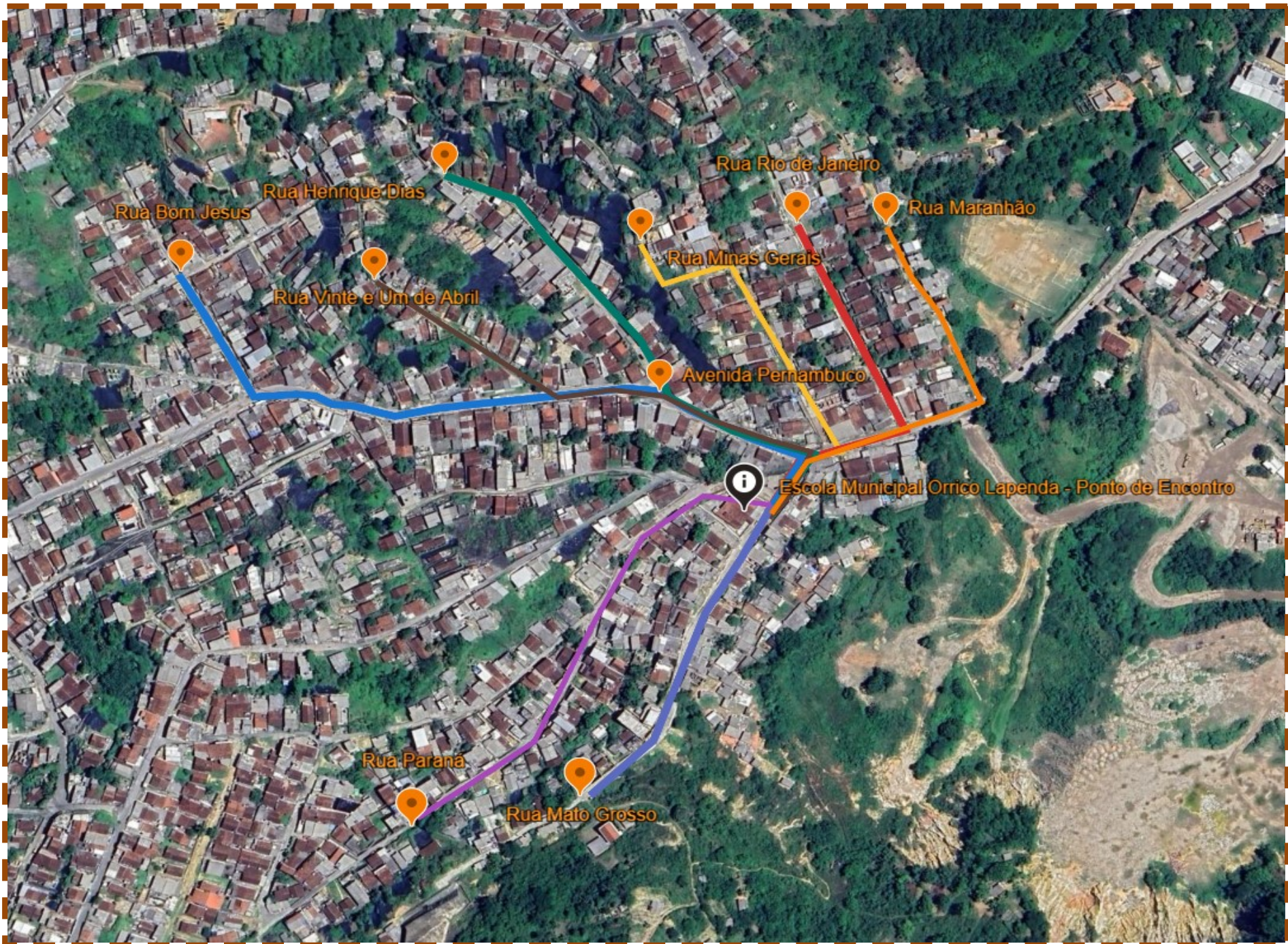
**R4**



**R3**

**OSTRACIL**

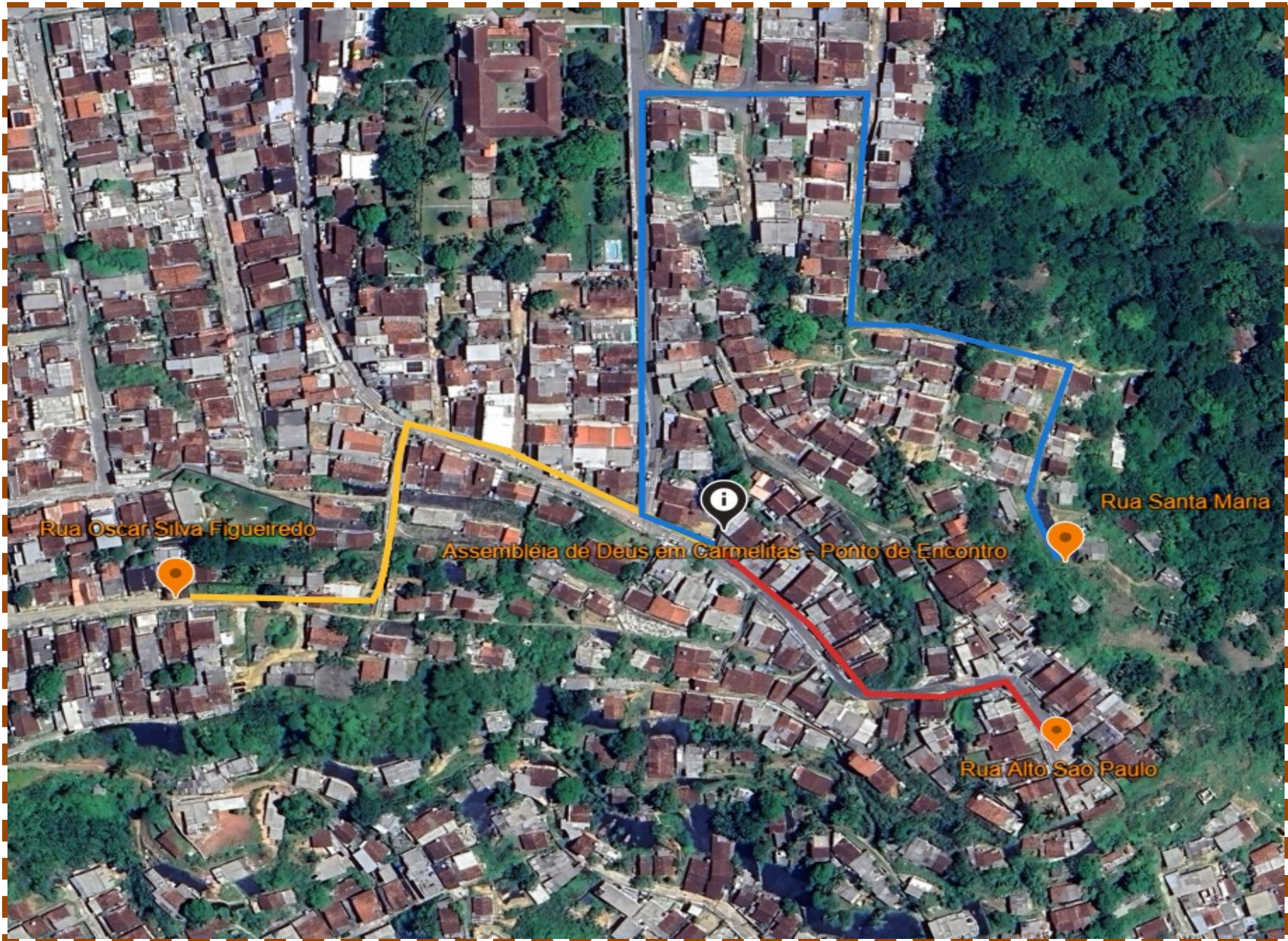




**BAIRRO DOS ESTADOS**



**PONTO DE ENCONTRO / ACOLHIMENTO**



**CARMELITAS**



**PONTO DE ENCONTRO / ACOLHIMENTO**



**AREINHA**



**PONTO DE ENCONTRO / ACOLHIMENTO**



**ALTO PADRE  
CÍCERO**



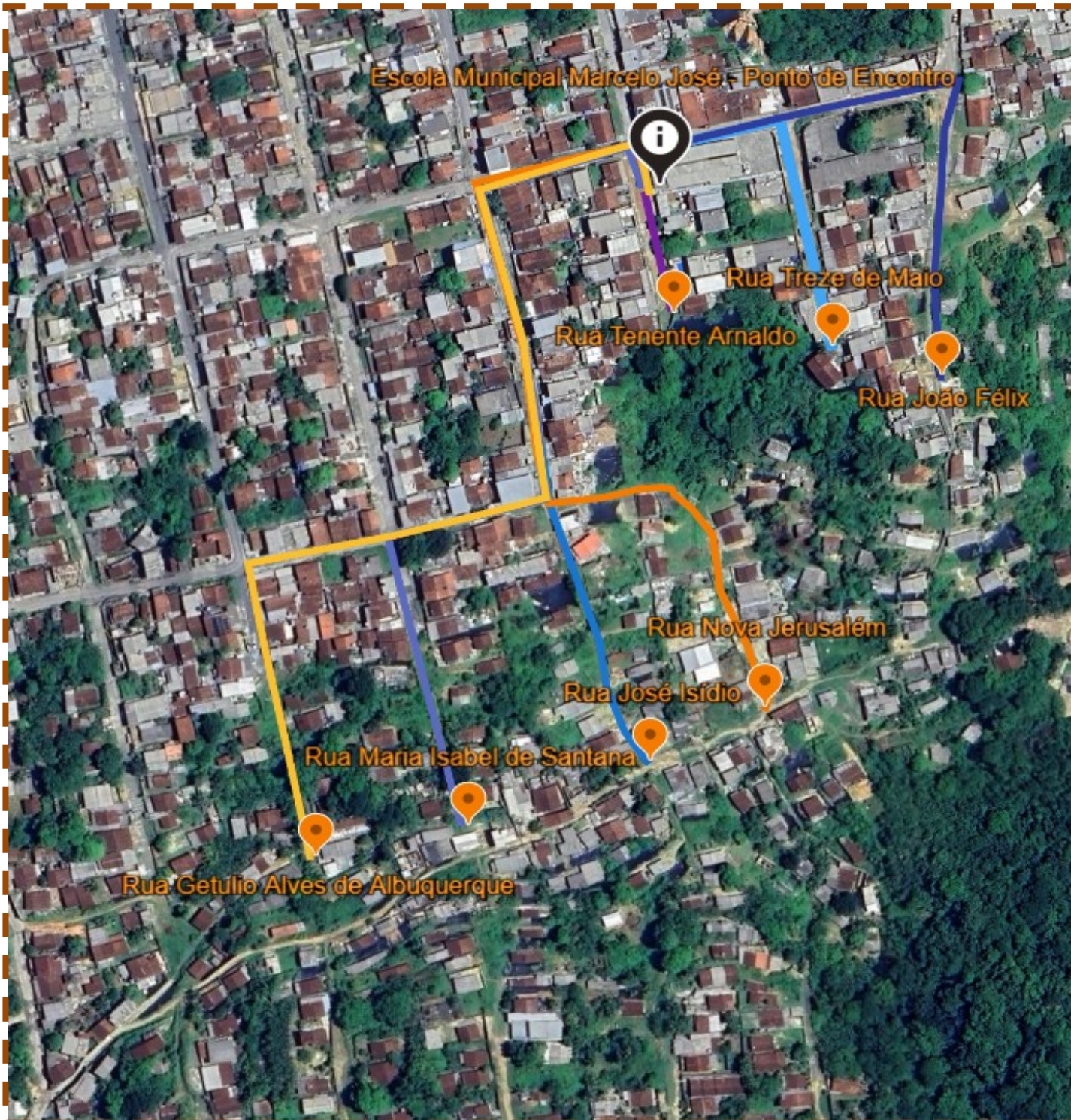
**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**



**AREIRO**



**PONTO DE ENCONTRO / ACOLHIMENTO**



**ALTO SANTO ANTÔNIO**



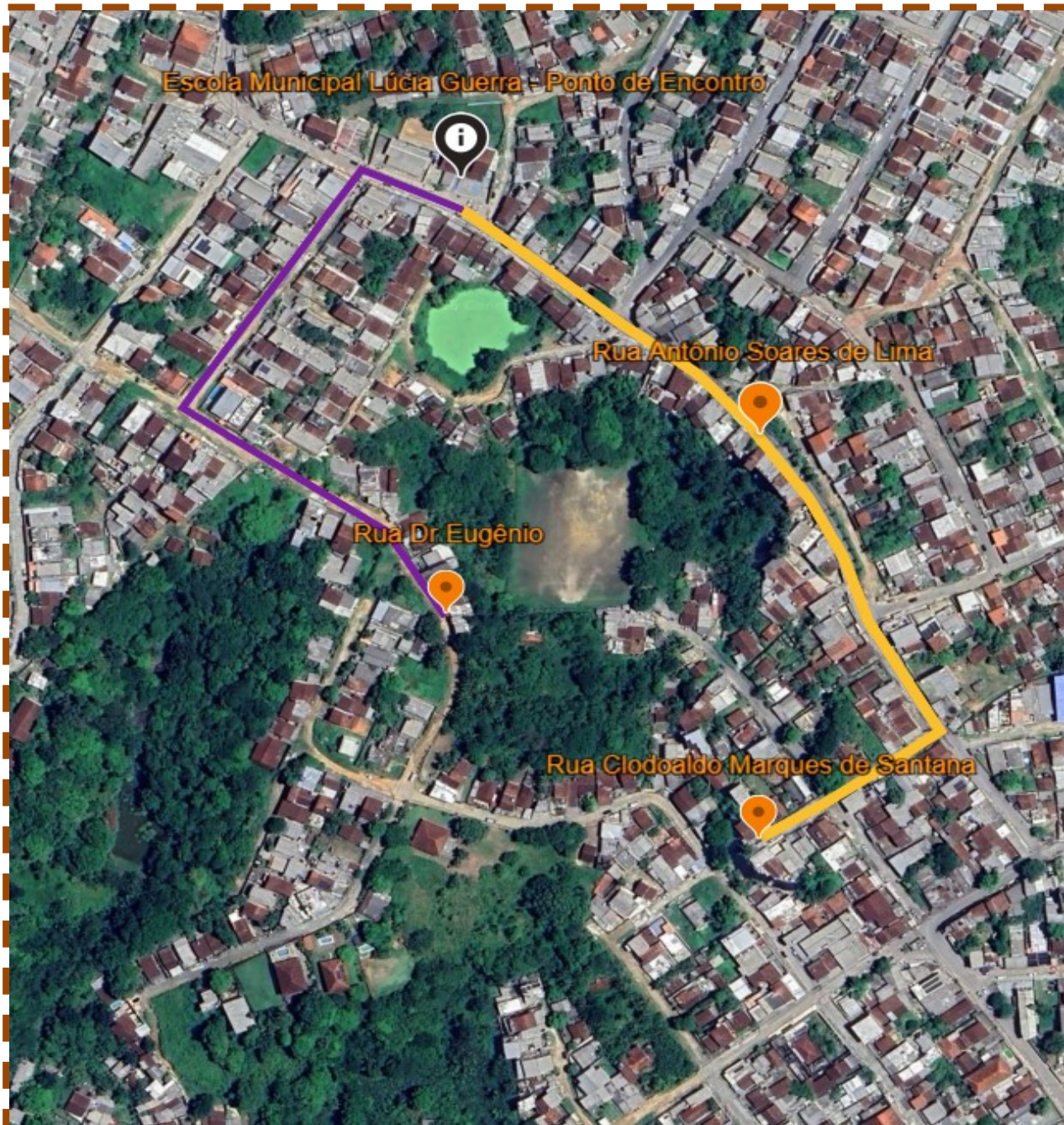
**PONTO DE ENCONTRO / ACOLHIMENTO**



**ESTAÇÃO  
NOVA**



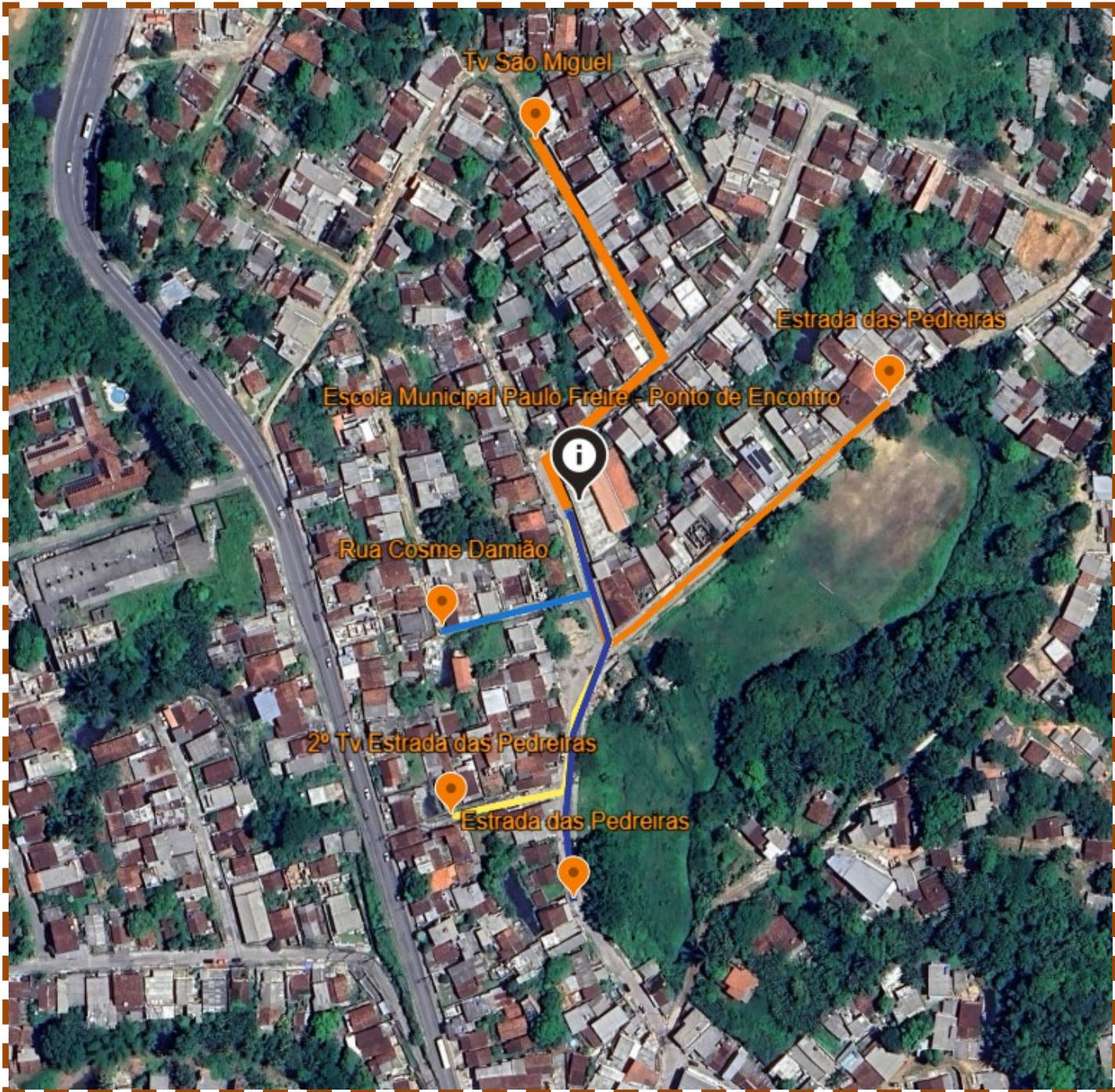
**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**



**TIMBI**



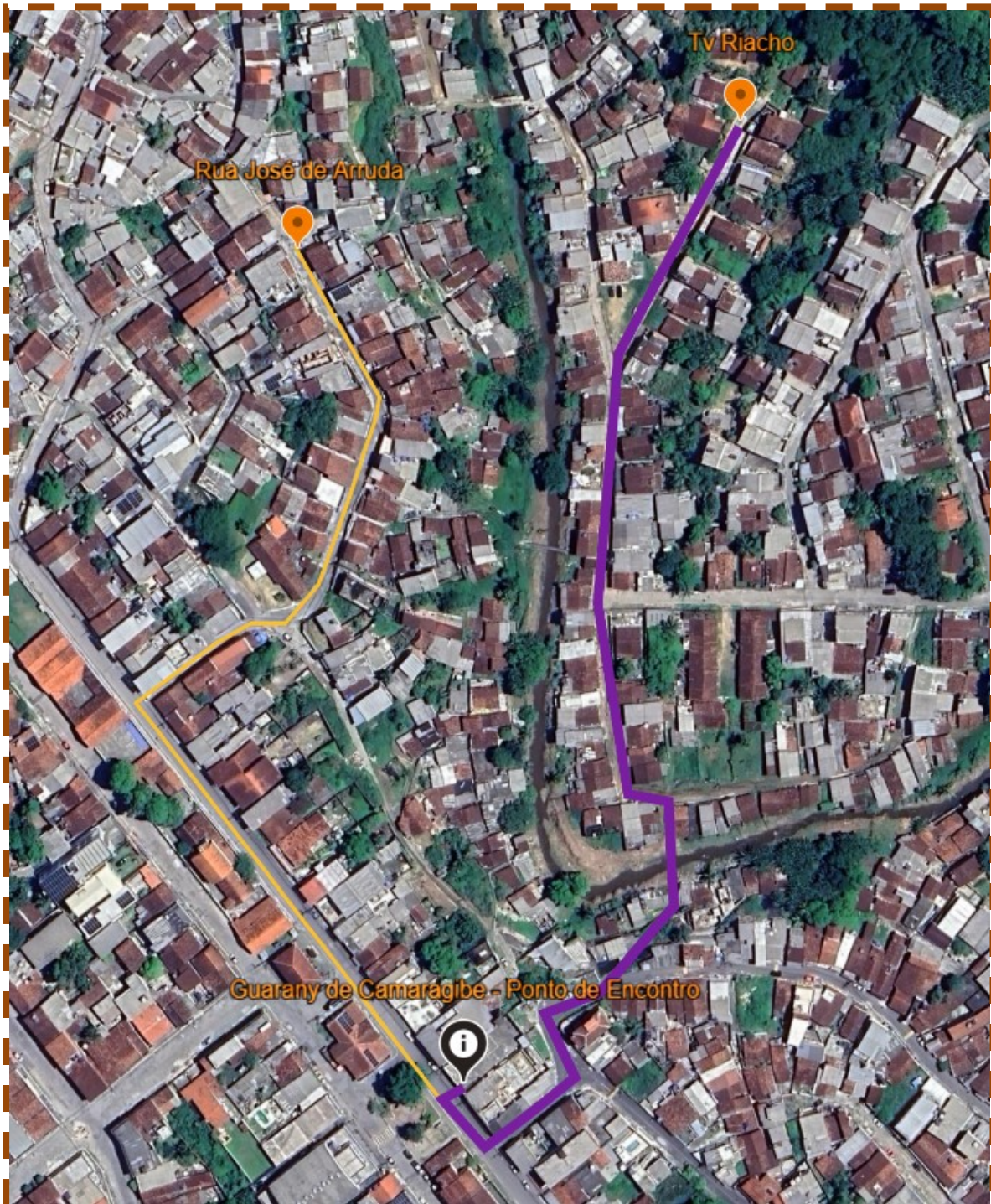
**PONTO DE ENCONTRO / ACOLHIMENTO**



**LOTEAMENTO  
SÃO PEDRO**



**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**



**VILA DA  
FÁBRICA**

**LOTEAMENTO  
SÃO PAULO**



**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**



**JARDIM  
PRIMAVERA**



**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**



**VALE DAS PEDREIRAS**



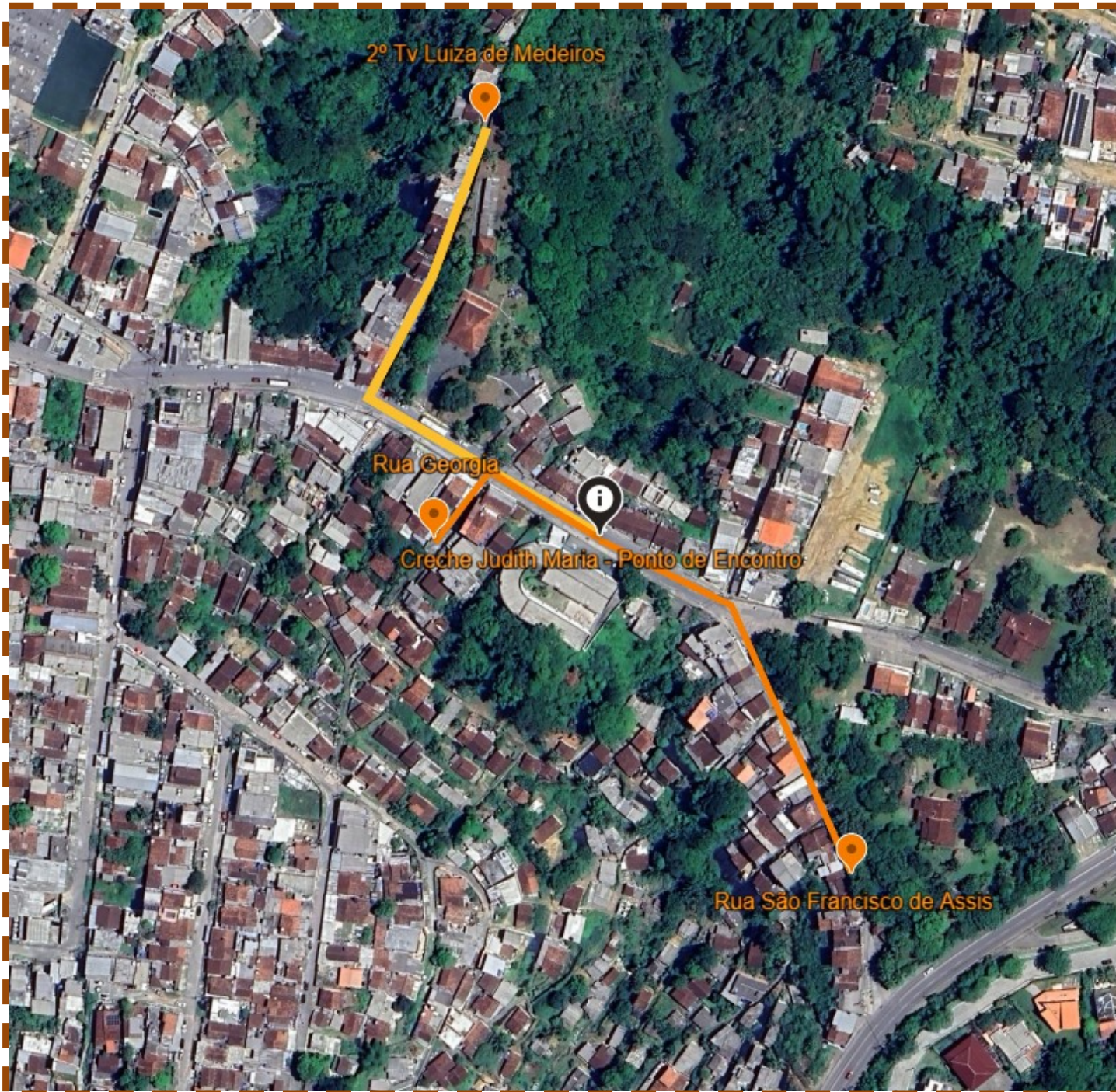
**PONTO DE ENCONTRO / ACOLHIMENTO**



**TABATINGA  
CENTRO**



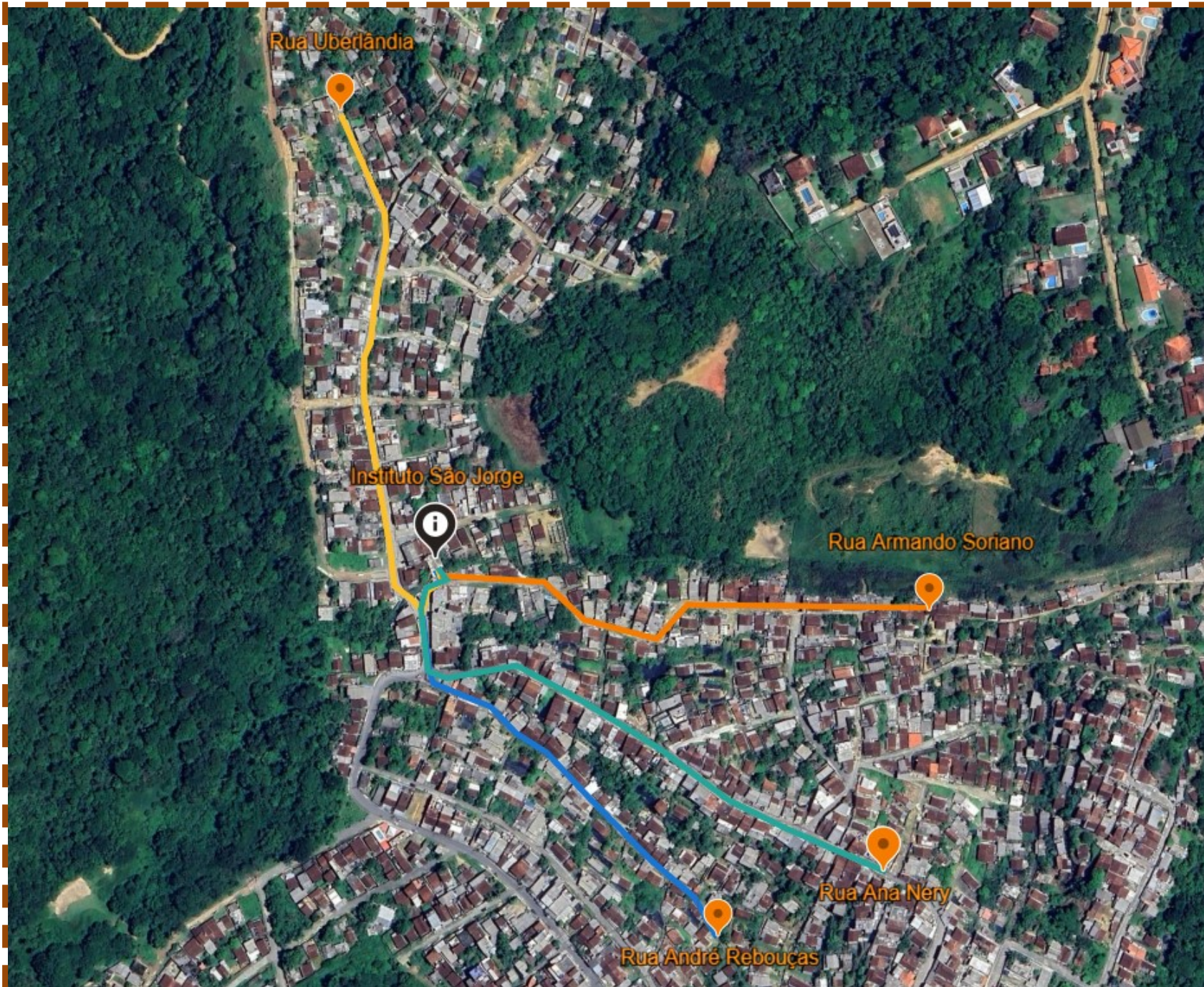
**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**



**TABATINGA  
CENTRO**



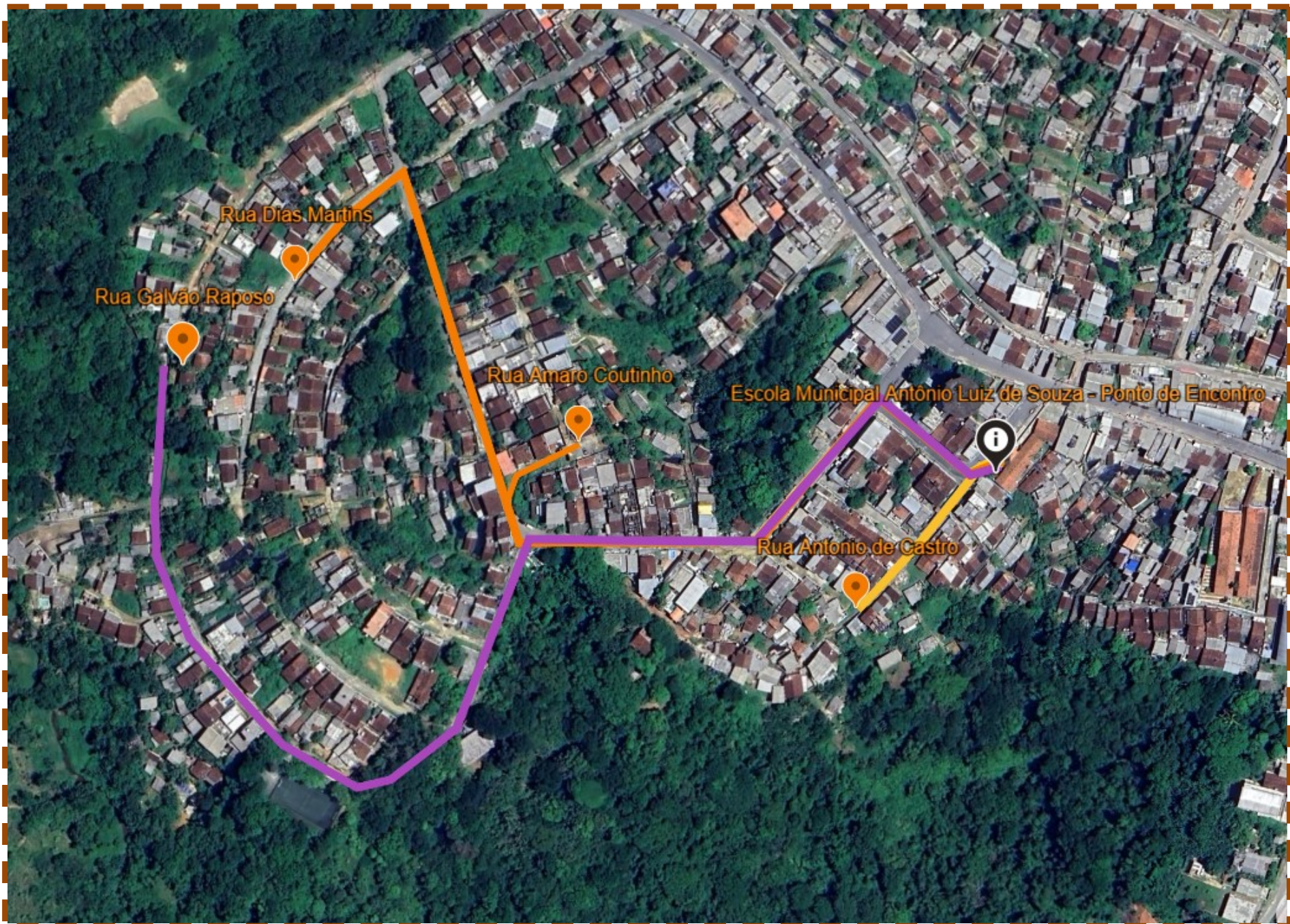
**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**



**CÓRREGO DO  
PALETÓ**



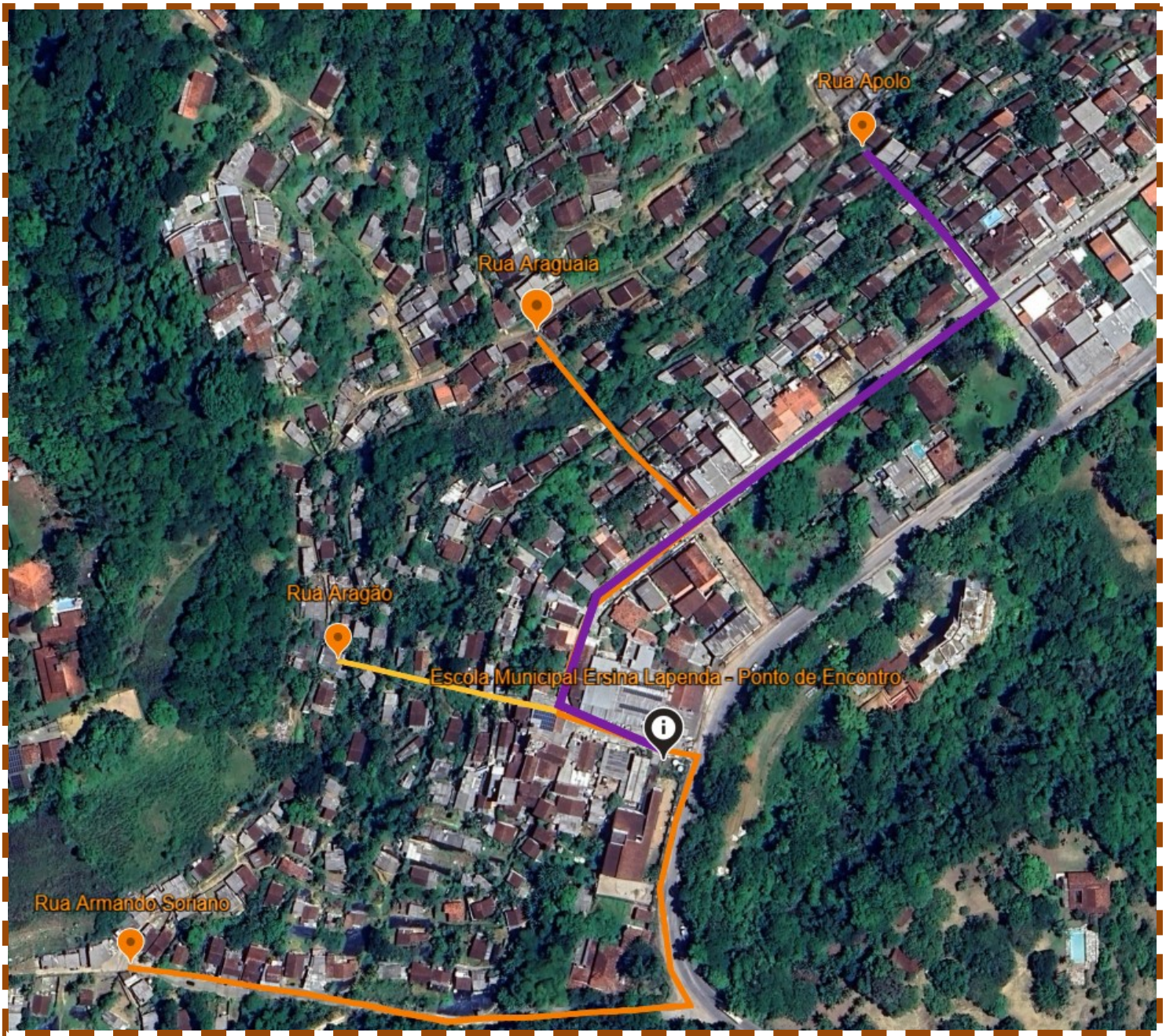
**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**



**CÓRREGO DA  
ANDORINHA**



**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**



**OSTRACIL**



**PONTO DE  
ENCONTRO /  
ACOLHIMENTO**